

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS-FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *SCRITU SENSU* EM GEOGRAFIA**

JHERSYKA DA ROSA CLEVE

**LUTAR E PERMANECER NA TERRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA
O CAMPESINATO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI**

**DOURADOS-MS
2016**

JHERSYKA DA ROSA CLEVE

**LUTAR E PERMANECER NA TERRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA
O CAMPESINATO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki

**DOURADOS-MS
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C635l Cleve, Jhersyka Da Rosa
LUTAR E PERMANECER NA TERRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
PARA O CAMPESINATO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI / Jhersyka
Da Rosa Cleve -- Dourados: UFGD, 2016.
190f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Márcia Yukari Mizusaki

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas,
Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. Fronteira. 2. Luta pela terra. 3. Assentamento Rural. 4. Acampamento
Rural. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki

Professora: Dra. Claudia Marques Roma

Professor: Dr. João Edmilson Fabrini

Resultado:

DEDICATÓRIA

Para meu avô Patrocínio e minha avó Ana, que partiram antes do término deste trabalho.

Para Zenaide e Marcos. Meus queridos pais, que me ensinaram a lutar pelos meus sonhos.

A todas as pessoas que lutam diariamente em busca de uma sociedade mais justa, em especial aos assentados e acampados da fronteira, por continuarem firmes na luta pela terra.

AGRADECIMENTOS

Ainda bem cedo quando resolvi sair de casa para cursar a Graduação, cruzaram o meu caminho diversas pessoas e cada uma delas em algum momento estimularam a minha caminhada para chegar até aqui. Assim, agradeço a todos e todas que contribuíram diretamente ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Marcos e Zenaide. É por vocês que continuo nesta caminhada, sem vocês seria inviável esta pesquisa. Quando resolvi sair de casa para cursar a graduação, vocês não mediram esforços para me ajudarem a buscar o meu sonho. Muito obrigada por cada esforço e por acreditarem neste meu sonho.

À minha orientadora Márcia Yukari Mizusaki, que desde o início deste trabalho se mostrou disposta a todos os momentos que precisei de orientação. Obrigada, pela liberdade proporcionada nos caminhos da pesquisa, assim como na confiança em aceitar trabalhar comigo nesta empreitada. A você Márcia deixo meu carinho e minha admiração.

À professora Maria José Martinelli Silva Calixto, o tempo que passei no grupo Pet Geografia foi fundamental para continuar nesta caminhada.

À professora Ana Maria, pessoa que me ensinou as primeiras palavras. Mulher guerreira, que batalha em prol de uma educação de qualidade. Um exemplo a ser seguido.

Ao amigo Lairtes, por todas as nossas experiências vividas. Somos companheiros de luta e de sonhos, que os (des) caminhos da vida não anulem a cumplicidade que construímos ao longo destes anos.

Aos amigos Rúbia, Cássio, Polly, Fábio e Júnior. Pessoas que dividiram comigo desde a graduação momentos de angústias e conflitos, mas também os momentos mais felizes que eu poderia ter ao longo desta caminhada. Obrigada pela amizade e por partilharem dos mesmos sonhos.

Às amigas Marina, Barbara e Daiane, pela amizade fortalecida durante o período de mestrado e por partilhar de angústias e otimismo nos momentos difíceis. Obrigada meninas.

À querida Meire, por abrir a sua casa e me hospedar durante o tempo que passei no nordeste. Mulher guerreira, um exemplo de professora a ser seguido. A você deixo toda a minha admiração.

Aos funcionários do INCRA e AGRAER, o fornecimento de dados e informações foi de extrema importância para a realização deste trabalho.

Aos membros do grupo TERRHA, as reflexões feitas em nossos colóquios tiveram grande importância na confecção deste Trabalho. Um abraço especial para Tayaná, obrigada por todo apoio.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. João E. Fabrini e Prof. Dr. Fernando Perli, cujas observações e sugestões enriqueceram o trabalho.

À Valéria, pela presteza constante.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

E por fim, agradeço imensamente a todos os sujeitos assentados e acampados na fronteira. Agradeço pela possibilidade de conhecer pessoas tão simples e que muito me ensinaram. Obrigada, por me atenderem sempre com disposição e um sorriso no rosto. Apesar de todas as dificuldades, sempre estiveram dispostos a contribuir com este trabalho. Carrego comigo a história e o rosto de cada um e espero ter conseguido neste trabalho textualizar um pouco disso.

EPÍGRAFE

*“Minhas raízes estão no ar
Minha casa é qualquer lugar
Mas se depender de mim eu vou até o fim
Voando sem instrumentos
Ao sabor do vento
Se depender de mim eu vou até o fim”.*

(Engenheiros do Hawaii)

RESUMO

Apresentaremos, neste trabalho, aspectos sobre a luta pela terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, destacando os assentamentos e acampamentos dessa faixa de fronteira, a partir da análise da formação, organização e experiência de vida dos sujeitos envolvidos nesse processo de luta para conquistar ou permanecer na terra. Para compreendermos essa dinâmica definimos como recorte territorial para análise três assentamentos e dois acampamentos localizados nos municípios de Bela Vista (MS/BR) (que faz fronteira com Bella Vista Norte-PY) e Ponta Porã (MS/BR) (que faz fronteira com Pedro Juan Cabalero-PY). Entre os assentamentos estudados no município de Ponta Porã estão: Assentamento Corona, Assentamento Itamarati e acampamento Nova Esperança II. No município de Bela Vista buscamos estudar o Assentamento Tupanceretan e acampamento Santo Antônio. Buscamos através do estudo evidenciar que a luta pela terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai é diversa e composta por inúmeros sujeitos sociais. Constatou-se através das entrevistas com os acampados e assentados especificidades que os diferenciam de assentamentos e acampamentos que não estão localizados na fronteira. Dentre as particularidades presentes na luta pela terra na fronteira podemos destacar a presença dos brasiguaios e a livre circulação para cruzar a fronteira, seja para visitar amigos ou parentes, quanto para compra e venda de produtos. Dessa forma, a luta pela terra nesta fração do território apresenta particularidades específicas do espaço de fronteira.

Palavras- chave: Fronteira; Luta pela terra; Assentamento Rural; Acampamento Rural.

ABSTRACT

We search, in this academic work, discuss aspects about the fight for the land in the border between the Brazil and the Paraguay, highlighting the settlements and camps in this border region, from the analysis of training, organization and life experience of those involved in this process of struggle to gain or stay on land. Understanding this dynamic we defined as territorial section for analysis three settlements and two camps in the municipalities of Bela Vista (MS/BR) (which borders Bella Vista Norte -PY) and Ponta Porã (MS/BR) (which borders Pedro Juan Cabalero-PY). Among the settlements studied in the city of Ponta Porã are: Corona Settlement, Itamarati Settlement and Nova Esperança II Camp. In the municipality of Bela Vista studied settlements are: Tupanceretan Settlement and Santo Antônio Camp. We sought through the study of several settlements and camps show that the struggle for land on the border between Brazil and Paraguay is vast and composed of numerous social subjects. It was found through interviews with the campers and settlers specifics that differentiate the settlements and camps that are not located at the border. Among the peculiarities present in the struggle for land on the border we can highlight the presence of “brasiguaios” and free movement across the border either to visit friends or relatives, as buying and selling products. Thus, the struggle for land in this part of the territory has specific features of the border area.

Key words: Frontier; Struggle for Land; Rural Settlement; Rural Camp.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	12
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE GRÁFICOS	15
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	16
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
1. A QUESTÃO AGRÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL- PARAGUAI.....	39
1.1. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul	39
1.2. Um cenário anunciado: o caso dos brasiguaios.....	52
2. “É POR ISSO QUE A GENTE LUTA”: ESPAÇOS DE LUTA E RESISTÊNCIA NOS ACAMPAMENTOS DA FRONTEIRA BRASIL- PARAGUAI.....	63
2.1 O acampamento Nova Esperança II	67
2.2 O acampamento Santo Antônio	71
2.3 A luta por um pedaço de chão: a adesão de trabalhadores aos movimentos sociais de luta pela terra.....	75
2.4 O cotidiano de quem mora debaixo das lonas na faixa de fronteira Brasil- Paraguai.	80
3. PERMANECER NA TERRA: ASSENTAMENTOS RURAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI.	87
3.1 Itamarati.....	91
3.1.1 CUT	112
3.1.2 MST.....	118
3.1.3 FETAGRI	124
3.1.4 AMFFI.....	128
3.2 Assentamento Corona.....	131
3.3 Assentamento Tupanceretan.....	145
3.4 Análise comparativa dos assentamentos Itamarati, Corona e Tupanceretan.....	154
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
5. REFERÊNCIAS	161

6. ANEXOS	170
------------------------	------------

LISTAS DE MAPAS

Mapa 01- Mato Grosso do Sul. Localização do município de Bela Vista.....	21
Mapa 02- Mato Grosso do Sul. Localização do município de Ponta Porã.	22
Mapa 03- Espacialização dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul até o ano de 2010.	51
Mapa 04- Assentamento Itamarati.....	97
Mapa 05- Localização do assentamento Itamarati I.....	100
Mapa 06- Mato Grosso do Sul. Mobilidade socioterritorial dos assentados do assentamento Itamarati para compras e visitas.....	102
Mapa 07- Mato Grosso do Sul. Deslocamento dos entrevistados do assentamento Itamarati para atendimento médico.	105
Mapa 08- Central Única dos Trabalhadores no Assentamento Itamarati.....	114
Mapa 09- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Assentamento Itamarati.....	120
Mapa 10- Federação dos Trabalhadores na Agricultura no assentamento Itamarati.....	126
Mapa 11- Assentamento Corona. Territorialidade campesina na organização produtiva.....	136
Mapa 12- Assentamento Corona. Espacialização da prática de arrendamento entre os assentados.....	143
Mapa 13- Mato Grosso do Sul. Deslocamento dos entrevistados do assentamento Tupancreretan para compras e visitas.....	153

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01- Localização acampamento Nova Esperança.....	67
Figura 02- Placa de doações do acampamento Nova Esperança II.....	69
Figura 03-- Localização acampamento Santo Antônio	72
Figura 04: Infraestrutura Assentamento Itamarati..	98
Figura 05: Pivô central de irrigação utilizado no assentamento Itamarati.	110
Figura 06: Criação de gado leiteiro no lote individual do Sr. Levino, assentado na CUT. ..	118
Figura 07: Plantação de maracujá no lote individual do Sr. Paulo, assentado no MST.....	122
Figura 08 Bolos produzidos pela senhora Vânia, assentada no MST..	123
Figura 09: Criação de gado leiteiro no lote individual do Sr. Manoel, assentado na FETAGRI.	127
Figura 10: Lote Individual do senhor Elias no assentamento Corona, criação de aves.	138
Figura 11: Lote Individual do senhor Wilson no assentamento Corona, plantação de milho, feijão e mandioca.	140
Figura 12: Escola municipal do assentamento Tupanceretan	146
Figura 13: Estrada no Assentamento Tupanceretan.....	147
Figura 14: Assentamento Tupanceretan. Criação de gado no lote individual da dona Maria.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Produção de arroz, feijão e soja em Mato Grosso do Sul.....	41
Tabela 02- Imóveis e área improdutiva- MS – INCRA/2003.....	44
Tabela 03: Mato Grosso do Sul. Número de assentamentos criados entre 1984 e 2008.....	49
Tabela 04: Dados comparativos da Fazenda Itamarati em 1980 e 2000	94
Tabela 05- Assentamento Itamarati I. Os grupos sociais por área ocupada	99
Tabela 06- Assentamento Itamarati I. Organização da produção por grupo social	99
Tabela07- Assentamento Corona. Distribuição lotes a partir da produção agrícola.	134
Tabela 08- Principais produtos produzidos assentamento Tupanceretan	148

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Estabelecimentos por Grupo de Área Total em Mato Grosso do Sul nos Anos de 1975 e 1995 (%)	43
Gráfico 02- Mato Grosso do Sul: número de ocupações- 1988 a 2013.....	44
Gráfico 03- Local Anterior de moradia das famílias do assentamento Itamarati.....	101
Gráfico 04- Situação dos assentados antes do assentamento Itamarati	107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGRAER- Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

AMFFI- Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CUT- Central Única dos Trabalhadores

FAF- Federação da Agricultura Familiar

FETAGRI- Federação dos Trabalhadores da Agricultura

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IDATERRA- Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul.

MS- Mato Grosso do Sul

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SOMEÇO – Sociedade de Melhoramento e Colonização

APRESENTAÇÃO

De início é apropriado dizer que este trabalho não tem como único fim apenas a obtenção de um título, mas sim, de relatar a vida desses sujeitos que tem tanto a nos dizer. É a partir das primeiras leituras sobre Geografia Agrária que este trabalho surge.

O contato com o grupo TERRHA (Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social) teve grande importância durante toda a minha graduação e as inúmeras tardes discutindo textos no LEUA- Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários foram fundamentais para aguçar o desejo em pesquisar assentamentos e acampamentos.

Durante a graduação foi possível realizar um trabalho de iniciação científica, intitulado “A experiência de luta e permanência na terra no assentamento Retirada da Laguna, Município de Guia Lopes da Laguna-MS”. Nesta pesquisa analisamos a organização e as formas de resistências enfrentadas por estes assentados.

Este estudo teve como fruto um reconhecimento, o prêmio de melhor trabalho de iniciação científica na área de ciências humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Entendemos que tal premiação foi significativa para continuarmos neste caminho, pois através do estudo de assentamentos e acampamentos que poderemos levar para outros espaços às falas, histórias e trajetórias dos camponeses que lutam por condições melhores de vida.

Fazer esse retrospecto remete a diversas lembranças, aos primeiros trabalhos de campo, os primeiros relatos, a curiosidade por não compreender o modo de vida camponês. Essas lembranças é o que motivam e impulsionam este trabalho, pois um relato de um assentado vale muito mais que um título de mestre. É uma experiência para vida pessoal que não tem preço algum.

Muitas são as pesquisas sobre assentamentos e acampamentos na Geografia Agrária, e o que notamos é uma luta constante por parte dos movimentos sociais. Buscamos evidenciar que na fronteira entre o Brasil e o Paraguai a luta também é diária, na qual os camponeses que vivem nesta fração do território têm buscado estratégias para permanecer e entrar na terra.

Assim sendo, a necessidade de estudar a luta pela terra na fronteira tem como objetivo compreender como têm se dado as formas de resistência pelos sujeitos que ali vivem.

INTRODUÇÃO

Sinto-me pobre por viver numa sociedade em que índios e camponeses precisem proclamar de voz viva que são humanos, que não são animais, e menos ainda animais selvagens. Por identificar-me com eles, fico em dúvida sobre o lugar que ocupo, na escala que vai do animal ao homem, numa sociedade que não titubeia em proclamar a animalidade de seres que não são considerados pessoas unicamente porque são diferentes- falam outra língua, tem outra cor, outros costumes. Uma sociedade que, no final, não tem clareza sobre a linha-limite que separa homem do animal (MARTINS, 1993, p. 63).



Introdução

É sempre gostoso a gente lembrar alguma coisa, o papel de vocês dentro do assentamento é muito importante, porque com vocês a gente não perde a nossa história, eu passei fome no acampamento e foi doído aquela época, tenho muita coisa para te contar. (MARINHO, Entrevista, 28.02.2015)

Quando comparo o que os camponeses me mostraram com o que eu mostro deles, sinto desconforto e frustração. O formato acadêmico não consegue capturar a riqueza e a diversidade de uma cultura construída sobre bases tão diversas. Este é, entretanto, o único jeito que aprendi. É também – hoje estou convencida – exatamente o formato que os rebeldes de Formoso desejariam que eu usasse. Eles não me transmitiram a sua história simplesmente para que eu a devolvesse a eles. Eles me transmitiram a sua história para que fosse traduzida e divulgada para outros públicos e outros círculos. Entre si, dispensam tradutores: falam a mesma linguagem (AMADO, 1993, p. 48).

A fronteira entre o Brasil e o Paraguai é marcada por inúmeros conflitos sociais, dentre os quais podemos destacar os decorrentes da luta pela terra. O movimento migratório de brasileiros para o Paraguai está relacionado à diversas determinações. Dentre elas destacamos a expropriação de famílias camponesas do Brasil, principalmente a partir da década de 1960, com a modernização conservadora do campo brasileiro. A construção da Ponte da Amizade (1962/1965), contribuiu o fluxo de migração brasileira para o país vizinho.

Além destes fatores, entendemos que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu teve contribuição neste processo migratório. Esta hidrelétrica expropriou aproximadamente 9.000 famílias de camponeses. A área inundada abarcou vários municípios do oeste do Paraná, fazendo os camponeses brasileiros expropriados buscarem no país vizinho a esperança de comprar terras a preços mais baixos e o retorno ao campo.

Assim, a construção da hidrelétrica de Itaipu causou uma “migração forçada” desses camponeses para o território paraguaio e para outros locais¹.

¹ O Assentamento Retirada da Laguna localizado no município de Guia Lopes da Laguna/MS, é composto por camponeses expropriados pela construção de Itaipu.

O governo ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989) afetou profundamente o contexto agrário da fronteira, agravando os conflitos existentes. Baseado no estímulo à agricultura extensiva, concedendo grandes superfícies de terras para estrangeiros. Segundo Nogueira (2011, p. 23):

O Estado paraguaio também desejava promover a modernização da agricultura no país a fim de se tornar um grande produtor de grãos. Logo, precisava de mão-de-obra brasileira, especialmente de descendentes de europeus do sul do país, que possuíam gosto e experiência com a terra.

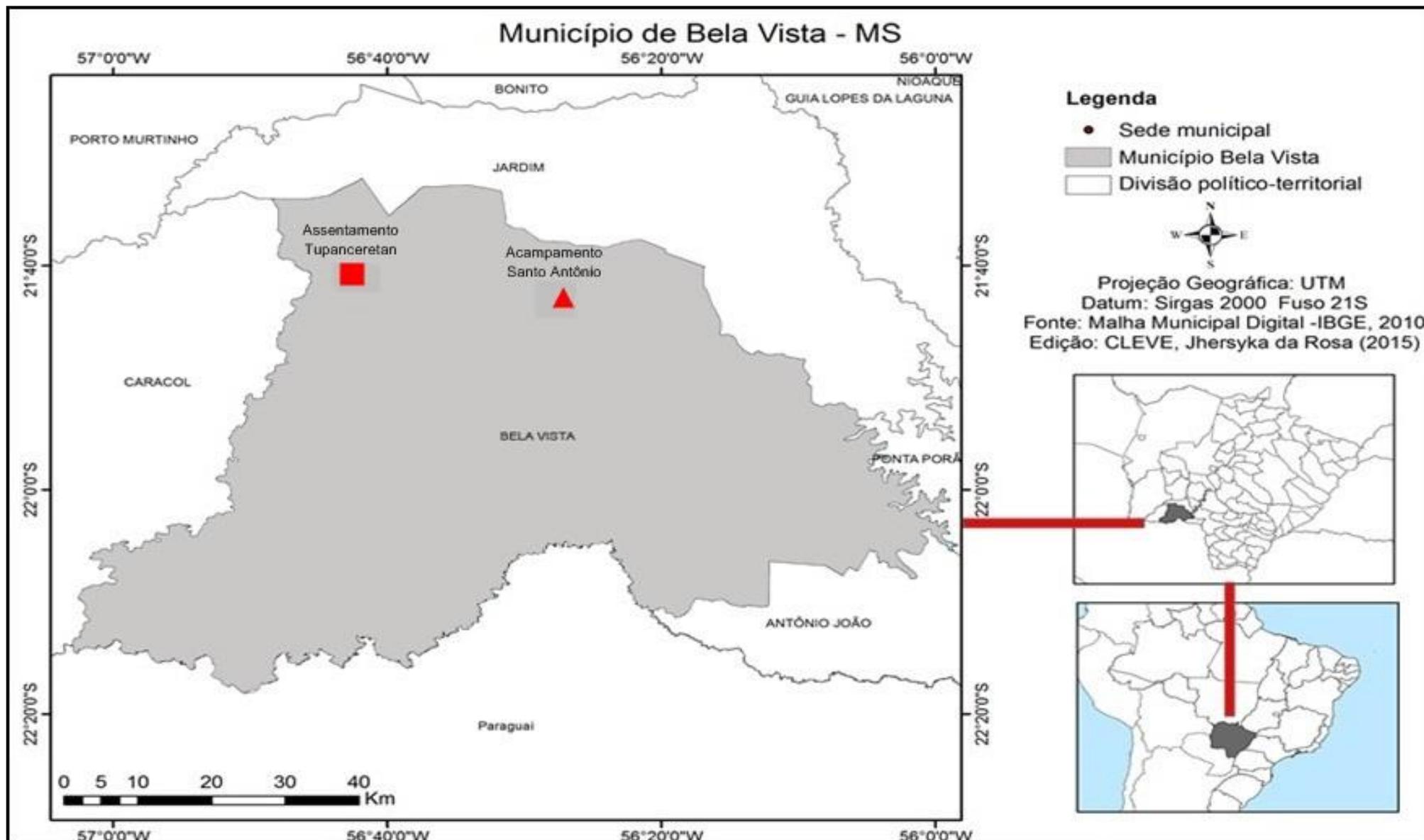
Dessa forma, os projetos de colonização no Paraguai tiveram profundo impacto nas relações entre os brasileiros e os paraguaios, pois durante a década de 1960 e 1970, os governos paraguaio e brasileiro contribuíram para a ocupação da fronteira. Os camponeses brasileiros buscaram no Paraguai a possibilidade de reprodução social.

O que notamos é que ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, os conflitos de terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai acirram-se em virtude da expansão do agronegócio no Paraguai. Muitos camponeses paraguaios estão sendo expulsos de suas terras e muitos brasileiros que foram tentar a “sorte” estão retornando para o Brasil sem cidadania alguma.

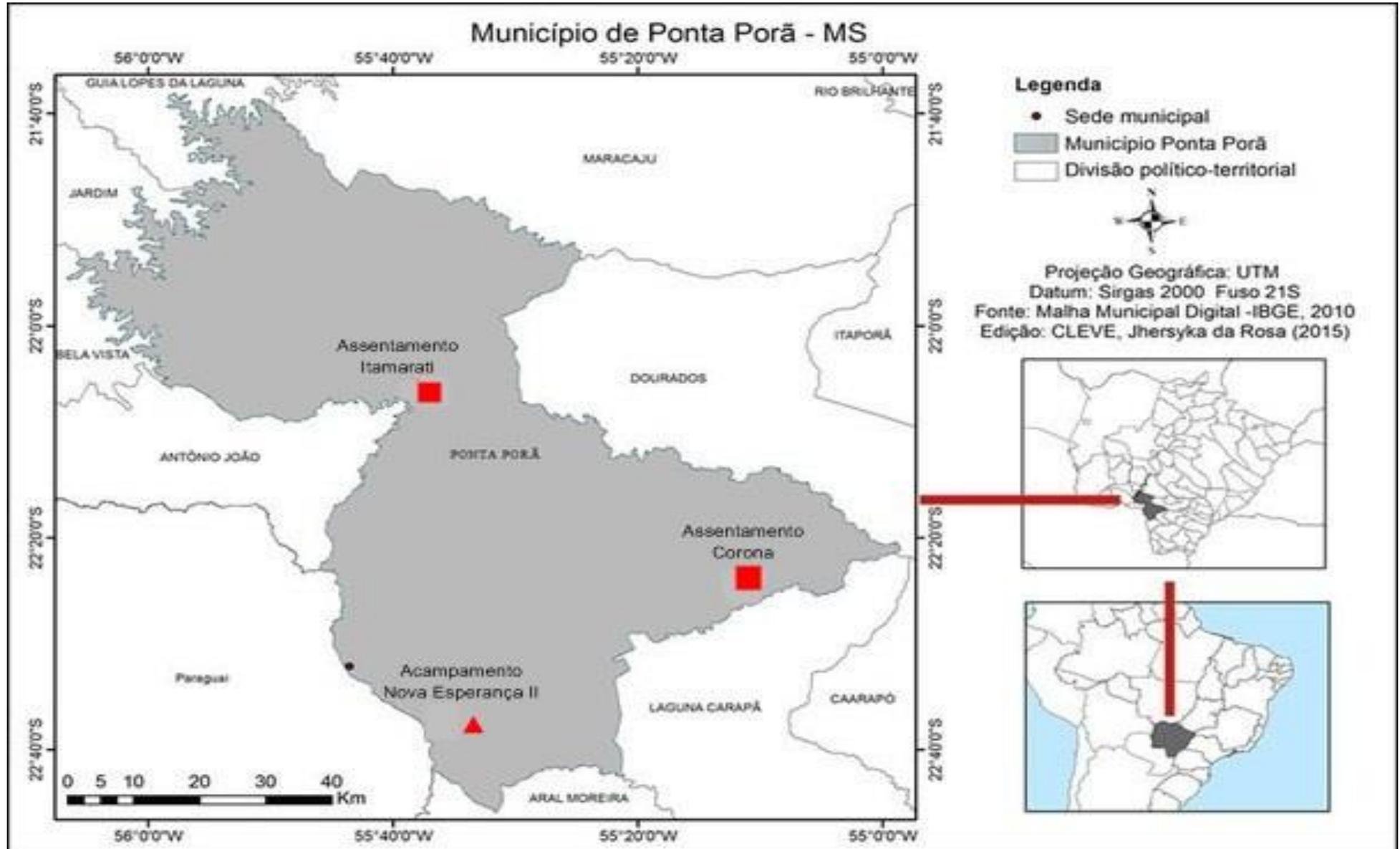
Desse modo, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai não se constitui apenas como o limite entre Estados-Nação, mas, também como expressão territorial de novas relações sociais.

No complexo contexto dessas relações definimos como recorte geográfico a análise da luta pela terra na fronteira brasileira. Por se tratar de uma faixa de fronteira extensa conforme se verifica no anexo I, definimos para estudo três assentamentos e dois acampamentos localizados nos municípios de Bela Vista (MS/BR) (que faz fronteira com Bella Vista Norte- PY) e Ponta Porã (MS/BR) (que faz fronteira com Pedro Juan Cabalero-PY), identificados nos mapas 01 e 02.

Mapa 01- Mato Grosso do Sul
Localização do município de Bela Vista



Mapa 02- Mato Grosso do Sul
Localização do município de Ponta Porã



No município de Ponta Porã (MS/BR) escolhemos para analisar os assentamentos Corona e Itamarati e o acampamento Nova Esperança II, localizado na Rodovia Federal “BR- 463” (Liga Ponta Porã a Dourados). No município de Bela Vista, nossa análise centrou-se no assentamento Tupanceretan e acampamento Santo Antônio localizado na Rodovia Federal “BR-060” (Liga Bela Vista a Jardim).

.Para alcançarmos o objetivo de identificar as formas de luta pela terra na fronteira, foi preciso fazer diversos trabalhos de campo. De acordo com Minayo (1994, p. 53), a pesquisa de campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”.

Nesse sentido, Realizamos entrevistas a um total de 50 famílias, sendo 20 famílias do assentamento Itamarati, 9 famílias do assentamento Corona, 10 famílias do assentamento Tupanceretan, 5 famílias do acampamento Santo Antônio e 6 famílias do acampamento Nova Esperança II.

A escolha pelas famílias ocorreu de forma aleatória, como por exemplo, no assentamento Tupanceretan, por se tratar de um assentamento com muitas residências fechadas, buscamos entrevistar famílias que estiveram acampadas, e participaram do processo de constituição do assentamento.

No assentamento Itamarati a chegada ocorreu por meio de José Roberval, Presidente da Associação dos Moradores do Projeto de Assentamento Itamarati (Ampai). Com o apoio de José foi possível conhecer a história do assentamento e de algumas famílias.

Nossa chegada ao acampamento Santo Antônio, ocorreu por meio do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Bela Vista, o senhor Eugênio Benites.

Buscamos realizar as entrevistas com as famílias que se dispuseram em conceder seus relatos. Seja no acampamento ou nos assentamentos, buscamos deixar que as famílias nos “escolhessem”.

Acontecia que os próprios assentados nos direcionavam aos lotes que encontraríamos pessoas que contribuiriam para a pesquisa. Chegávamos a um lote para realizar a entrevista, e ocorria do assentado dizer que não sabia muito da história do assentamento ou que não se sentia a vontade para falar. Entretanto, indicava alguém que residia em outro lote que pudesse contribuir para a pesquisa.

Desse modo, muitas vezes uma entrevista acabava desdobrando-se em um almoço, uma roda de “tereré”, ou até mesmo em um lugar para dormir. E foi deixando a fala “correr” que conseguimos trazer para este trabalho, as falas, trajetórias e modo de vida destes camponeses que lutam diariamente na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de janeiro de 2015 até novembro do mesmo ano. Foram conduzidas de maneira que os entrevistados “deixassem a fala correr”. Para atingirmos tais objetivos, foi necessário realizar entrevista semi- estruturadas.

Lakatos e Marconi (2003) apontam que na entrevista semi-estruturada, o entrevistador fica a vontade para prosseguir qualquer situação a variados destinos que julgar necessário. Normalmente as perguntas são abertas e possibilitam respostas que se encaixam dentro de um diálogo informal.

Partindo desse raciocínio, no que se refere à vida do informante, o interesse é voltado excepcionalmente para aquilo que venha a acrescentar informações relacionadas ao contexto da pesquisa.

Assim, durante as entrevistas as intervenções foram feitas apenas quando se fazia necessário. Entre os questionamentos priorizados durante as entrevistas levamos em consideração a história de vida destes sujeitos, local de nascimento, experiências de vida e trabalho, motivos que levaram tomar a decisão de acampar e as formas de organização.

Dessa forma, a metodologia não se limitou a uma abordagem apenas quantitativa, mas também em uma pesquisa qualitativa. A respeito deste assunto, Triviños (2007) afirma que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave. Existe a escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações, que pode acontecer simultaneamente.

Assim, concordamos com Minayo (1994) que pesquisa qualitativa é aquela que responde a questões muito particulares, orientadas por um nível de realidade que não pode ser quantificado. Dessa forma, buscamos apresentar uma realidade social na qual não podemos entender através de quantificações.

Segundo, Godoy (1995) a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os

fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Desse modo, uma pesquisa qualitativa é apropriada para trabalhar com descrições, interpretações e concepções. Possui cunho participativo, no qual os informantes podem direcionar a intenção e o rumo da pesquisa, juntamente com o pesquisador.

Nesse sentido, buscamos percorrer estes caminhos a fim de identificar e relatar as experiências dos sujeitos envolvidos e os rearranjos territoriais sobre a luta pela terra na fronteira. Para conseguir abarcar toda a diversidade existente de luta pela terra neste recorte geográfico, foi necessário realizar vários trabalhos de campo e diversas visitas ao INCRA, com intuito de agregar o máximo de informações para o trabalho.

Assim sendo, o objetivo é mostrar neste trabalho, a diversidade existente na fronteira, da luta pela terra e para nela permanecer. Para alcançarmos tais objetivos, foi necessário delimitarmos um recorte geográfico que possibilitasse encontrar tais especificidades.

Nesse sentido priorizamos na textualização das falas manter a escrita da forma em que as palavras foram expressas, pois segundo Souza (1995, p.24) “a linguagem tem o potencial de revelar o sujeito em toda a sua força, com sua concepção de mundo, suas leituras, desvelando sua cultura”.

Desse modo, tivemos a preocupação desde o início do trabalho em escolher um recorte que se enquadrasse no tempo estabelecido e contemplasse o que foi proposto. Assim, a opção em estudar acampamentos e assentamentos ocorreu em virtude de essas diferentes modalidades de ocupação apresentar em diferentes formas de resistência encontradas na fronteira.

A preferência por tais assentamentos ocorreu primeiramente devido à localização. Ainda quando pensávamos no projeto realizamos um levantamento inicial de informações, com o intuito de selecionar os assentamentos que mais evidenciassem a diversidade da luta pela terra na fronteira.

Por exemplo, a escolha do assentamento Tupanceretan ocorreu devido à informação de um funcionário do INCRA. Inicialmente o projeto de pesquisa buscava analisar o assentamento Nery Volpato, localizado no município de Bela Vista.

Entretanto, a primeira visita ao INCRA fez o caminho da pesquisa seguir em outra direção. O senhor Edison Silva responsável pela unidade do INCRA em Jardim-

MS, relatou sobre o assentamento Tupanceretan e os dramas vivenciados pelos assentados, o que despertou o interesse pessoal em analisar este assentamento.

Ao saber da realidade desses sujeitos, buscamos fazer alterações no projeto, pois a pesquisa trata os processos de luta pela terra na fronteira e não poderíamos deixar de lado a luta destes assentados. Devido ao fato de a pesquisa no momento em que ocorreu esta decisão ainda estar no início, foi possível tomar outros rumos.

Dessa forma, julgamos importante o primeiro contato com os informantes, pois eles podem decidir os rumos da pesquisa. Assim, buscamos no início do trabalho realizar um levantamento exploratório a fim de coletar mais informações sobre o tema.

Dessa forma, a escolha dos acampamentos seguiu o mesmo critério dos assentamentos. Primeiramente realizamos um levantamento prévio sobre quais acampamentos estavam localizados na faixa de fronteira.

A escolha do acampamento Nova Esperança II, ocorreu devido a um interesse pessoal. Sempre que viajávamos para o município de Ponta Porã passávamos pela BR-463, que liga Ponta Porã a Dourados e nos deparávamos com inúmeros barracos de lona preta. E cada vez que fazíamos esse caminho, seja para compras na fronteira ou algum trabalho de campo da universidade, aquele contingente de pessoas debaixo da lona preta nos inquietava.

Afinal, será que ali seria um acampamento de brasiguaios? Ou apenas um acampamento de brasileiros? Será que há paraguaios debaixo das lonas? Há quanto tempo estas pessoas estão acampadas?

As respostas sobre estas perguntas só vieram após a realização desta pesquisa, pois a partir destes questionamentos surgiu a necessidade em pesquisar a luta pela terra na fronteira. Durante a trajetória da pesquisa foi preciso romper com ideias pré-concebidas, como, por exemplo, imaginar que encontraríamos um intenso fluxo de camponeses brasileiros que mantinham alguma relação com o Paraguai.

A pesquisa de campo rompeu com as “certezas”, mostrando que a luta pela terra na fronteira vai além das relações de atravessar a fronteira. Assim, este rompimento se compôs a partir da “conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído [...]” (BOURDIEU, 2000, p. 49).

Dessa forma, entendemos a pesquisa de campo como uma etapa fundamental na construção do trabalho, pois foi a partir do trabalho empírico que rompemos com aqueles conceitos pré-definidos. Em virtude disto, foi necessário retornar algumas vezes no mesmo assentamento.

A partir dos trabalhos realizados a campo, foi possível a opção de trabalhar com fontes orais. Ao optarmos por trabalhar com fontes orais entendemos que a pesquisa está em constante andamento, pois um relato nunca é o mesmo duas vezes². Entendemos a partir da utilização fontes orais entendemos que nenhuma pesquisa é completa.

O fato de que entrevistas com a mesma pessoa possam ser continuadas indefinidamente guiam-nos para a questão da imperfeição inerente as fontes orais. É impossível exaurir a memória completa de um único informante, dados extraídos de cada entrevista são sempre o resultado de uma seleção produzida pelo relacionamento mútuo. Pesquisa histórica com fontes orais, por isso, sempre tem a natureza inconclusa de um trabalho em andamento (PORTELLI, 1997, p. 06).

Nesse sentido, é necessário atentar que os sujeitos entrevistados não são “papéis”, que suas falas não significam apenas uma tese ou dissertação, pois esses sujeitos veem o pesquisador como alguém que pode contribuir de alguma maneira para a luta.

Colaborando para a discussão sobre a relação entre entrevistado e pesquisador, Montenegro (1993, p.55-56) salienta:

[...] estar atento para o fato de que o entrevistado não tem obrigação de preencher as lacunas, estabelecer elos nos fragmentos ou corresponder a projetos de pesquisadores ciosos de seu labor acadêmico [...] Nesse sentido, não se deve imaginar que o depoente responderá de forma conclusiva a nossas indagações.

Concordamos com Montenegro sobre a relação entrevistado e pesquisador, pois na primeira visita a um dos assentamentos estudados, buscávamos nos relatos dos entrevistados determinadas respostas, ou que os sujeitos respondessem ou elucidassem todos os “vazios” da pesquisa.

² Para exemplificar apontamos um fato bastante demonstrativo ocorrido no assentamento Tupanceretan, em Bela Vista/MS: Em uma das visitas feitas ao assentamento ficamos de retornar e ao voltar ao assentamento o relato que tivemos de uma assentada já não era o mesmo.

. Entretanto, alguns relatos colocavam ainda mais dúvidas e inquietações na pesquisa. Nesse sentido, entendemos que os primeiros contatos com os assentados e acampados foram essenciais para dar sentido o caminho que a pesquisa deveria seguir.

Assim, buscamos a partir do trabalho com fontes orais coletar informações que estavam mais ligadas ao tema “luta pela terra”. Dessa forma, focamos as análises a partir da luta, organização, família, histórias de vida, propriedade da terra.

Buscamos destacar que a opção por trabalhar com fontes orais se ancora na compreensão de que os camponeses constroem cotidianamente suas lutas. O trabalho com fontes orais permite a expressão desses sujeitos.

Através dos relatos é possível resgatar suas experiências e perspectivas. Por não pertencerem a nenhuma classe hegemônica são poucas as possibilidades desses sujeitos deixarem suas marcas, em virtude disto a importância de relatar suas histórias.

Assim sendo, ao propormos pesquisar a luta pela terra na fronteira buscamos aliar o trabalho empírico com as questões teóricas. Para isso, se fez necessário compreender que a luta pela terra é também uma luta contra o capital, pois, o que vemos é que as empresas do agronegócio acabam subordinando a renda do campesinato (em trabalho, em produção e em dinheiro), assim reproduzindo seu capital. Conforme aponta Oliveira (1991, p.19):

A utilização dessas relações de trabalho não capitalistas poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Este processo nada mais é do que de produção do capital, feito através de relações não capitalistas. Uma vez acumulado, este capital, numa próxima etapa do processo de produção, poderá ser destinado à contratação de bóias-frias, por exemplo, e então se estará implantando o trabalho assalariado na agricultura (OLIVEIRA, 1991. p. 19).

Entendemos que a maneira que o capital se expande no campo ocorre de forma contraditória, possibilitando a reprodução de relações capitalistas e não capitalistas de produção. Nesse processo, o trabalho familiar insere-se, muitas vezes vendendo a sua força de trabalho, produzindo para si e para os outros. Segundo Shanin (2005, p.9):

Os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente

pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante [...] Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente estudadas por kautsky.

Assim, as relações de trabalho camponesas são recriadas para que o capital se reproduza, mas também como forma de resistência à expropriação. Essas relações estão presentes nos projetos de assentamentos rurais. Os assentados que não conseguem viver apenas da produção do lote acabam trabalhando nas fazendas ao redor. No entanto, durante a realização das pesquisas de campo verificamos que, embora estes sujeitos tenham que trabalhar no latifúndio, ainda assim, não abrem mão do lote, não deixam seus barracos que estão na beira das rodovias. É aí que podemos entender que a luta pela terra não morreu.

Assim sendo, podemos afirmar que estes camponeses e outros povos do campo como os indígenas vêm mantendo uma relação distinta com a natureza, uma relação em que não visa o lucro.

Por isso, se faz necessário o debate sobre a luta pela terra. É necessário compreender que o camponês busca alternativas para permanecer na terra. Entendemos que os assentamentos rurais conseguem dar um sentido à luta na qual as propriedades que os rodeiam não conseguem. O que vemos atualmente é que os assentamentos expressam novas realidades e formas de resistência.

Desta forma, entendemos que os assentamentos têm sido conquistados através da luta do camponês. A luta prossegue depois da conquista, sendo necessárias novas formas de organização para permanecer no pedaço de chão conquistado, pois o fato de serem assentados não soluciona os problemas. Assim, os assentamentos podem ser entendidos da seguinte maneira:

Criados para responder a pressões, marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, dispersos espacialmente, muitos dos assentamentos enfrentam situações bastante adversas no que se refere às condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade (LEITE & MEDEIROS, 1999, p.11).

Em virtude disto, cada assentamento possui uma especificidade, um objetivo e uma característica própria, marcados, contudo, por uma unidade: as histórias de luta e persistência.

Acreditamos que estes camponeses vêm construindo ao longo de suas histórias, um novo modo de inserção no espaço geográfico e até uma nova relação com o mesmo. O espaço geográfico expressa as relações sociais de cada época. No atual cenário predomina o uso de qualquer superfície da terra para atender os desejos de Estados e empresas capitalistas.

O campo é uma fração de disputas no espaço geográfico, possui diversas peculiaridades. É necessário expor que a agricultura desde os primórdios revela profundas transformações na sociedade. Assim sendo, é preciso pensar que, a fração do território conquistado pelo camponês se difere no território do capitalista, pois é preciso considerar que a terra para aquele que está assentado tem por finalidade a reprodução da vida e a garantia do trabalho.

Concordamos com Martins (1994) de que a luta camponesa pela “terra de trabalho” se difere da luta do capital pela “terra de negócio”, pois esta não busca a reprodução da vida, mas sim sua reprodução ampliada. Assim, podemos entender a territorialização camponesa, pois aqui vemos o embate entre “terra de trabalho” x “terra de negócio”.

Podemos compreender que a lógica que o camponês tem com sua propriedade difere drasticamente com o modo que o latifundiário se relaciona com a terra. Para o camponês, o trabalho não é medido através do lucro, visto que os produtos são resultantes da sua própria força de trabalho. Assim, a venda de seus produtos tem como objetivo a compra de outras mercadorias, sendo que estas servirão para suas necessidades básicas, como a compra de sal para o gado, a melhoria de uma cerca para o lote ou um maquinário.

Essas questões, manifestam a materialidade do conflito e da disputa, mostrando que estes sujeitos continuam lutando e enfrentando essa contradição na luta de classe. Conforme coloca Oliveira (2004, p.35):

Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão

desaparecendo, mas, entretanto eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil.

Desse modo, entende-se a importância de analisar quais são as estratégias do campesinato, pois estes sujeitos se (re) criam cotidianamente para continuar existindo dentro do capitalismo.

Assim, entendemos o campesinato fruto do desenvolvimento desigual do campo, sendo caracterizados pelo trabalho familiar, produzindo para o autoconsumo e para a venda ao mercado.

Portanto, compreender a luta dos camponeses que estão na faixa de fronteira é a possibilidade de mostrar que estes não querem sair do campo. É a partir das reflexões apontadas, que buscamos compreender a luta destes camponeses e apresentar as especificidades destes sujeitos que travam lutas diárias na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Assim, o estudo sobre a luta pela terra na fronteira permite estabelecer uma análise entre as diferentes formas de luta pela terra na faixa de fronteira. Construir uma pesquisa sobre a luta pela terra na fronteira, neste caso é analisar os acampamentos e assentamentos como formas de criação e (re) criação camponesa.

Nesse sentido, analisar o campesinato na fronteira permite compreender quais são as particularidades e os desafios enfrentados nas lutas desses sujeitos que vivem na fronteira. A análise de assentamentos e acampamentos em áreas fronteiriças contribui evidenciando que na fronteira existem problemas específicos.

Entendemos que as práticas dos sujeitos envolvidos no processo de luta são formas de resistência, pois o fato de conquistar o lote está muito longe de acabar com os problemas. Estar debaixo da lona reivindicando um pedaço de chão, é uma demonstração de resistência frente a todas as adversidades. São as lutas destes sujeitos que buscamos evidenciar. Sem eles não seria possível à realização deste trabalho e nem a de muitos outros.

É nos pequenos gestos que encontramos um universo social distinto das práticas individualizadas do mundo na mercadoria. O simples gesto de nos receber com um tereré, debaixo da árvore, dividir do seu alimento sem pedir nada em troca. Por meio de tais atitudes entendemos o universo destes sujeitos, uma lógica completamente distinta do latifundiário.

Assim sendo, podemos compreender que os camponeses possuem outra temporalidade. Diversas foram às vezes em que interrompiam suas atividades para nos conceder entrevistas, cuja autonomia é dada pelo controle da produção, diferentemente do que acontece quando tem que vender a força de trabalho. Assim, entendemos que o camponês tem o controle sobre o seu próprio tempo.

É através da análise dessas práticas camponesas que entenderemos a luta pela terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Dessa forma adotamos o termo Luta Pela Terra ao invés de Reforma Agrária, pois o que existe em nosso país é um processo marcado por conflitos em torno da busca de um pedaço de chão, como salienta Fernandes (2001 p.20-21):

Embora alguns pesquisadores denominem essa política de assentamentos rurais como política de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado de luta pela terra. (FERNANDES, 2001, p.20-21).

Ao propormos falar sobre luta pela terra entendemos que a conquista dos assentamentos existentes no Brasil não ocorreu de forma harmônica, mas sim por meio de muita luta e persistência dos sujeitos envolvidos, pois inúmeras são as dificuldades que estes sujeitos driblam, seja debaixo da lona, seja em seu lote.

Para Martins (2000, p. 145) a diferença entre a luta pela terra e pela reforma agrária está nos envolvidos, pois “na luta pela terra participam apenas os trabalhadores rurais, já pela reforma agrária, além dos trabalhadores rurais, participam outros setores da sociedade como igrejas, partidos políticos, educadores, etc.”.

A dissertação traz no título a luta pela terra e não reforma agrária, pois entendemos que desde a colonização do Brasil existe o impedimento daqueles que apenas querem ter acesso à *terra de trabalho*. A luta pela terra não se faz apenas nas beiras das estradas, mas sim em outros espaços; é nas terras do proprietário de terras, nos sindicatos, no assentamento, luta-se por uma rede de água, no banco para conseguir crédito e depois para pagar esse financiamento.

São esses processos de luta que buscamos aqui apresentar especificamente nos assentamentos e acampamentos localizados na faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai

Assim sendo, torna-se um desafio à permanência na terra para assentados e acampados, na medida em que Mato Grosso do Sul é um estado em que predomina a

grande propriedade e o favorecimento ao agronegócio. São as facilidades de crédito para produzir e cujos beneficiados em grande parte são os latifundiários.

São muitos os trabalhos sobre assentamentos e acampamentos no Mato Grosso do Sul, dentre eles podemos destacar os estudos realizados pela professora Rosemeire Aparecida de Almeida. Assim como trabalhos feitos pelo João Edmilson Fabrini, José Avelino e Marisa Lomba.

Algumas pesquisas baseiam-se na organização interna de um determinado assentamento. O objetivo deste estudo é analisar assentamentos e acampamentos localizados na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, mais precisamente nas cidades de Ponta Porã e Bela Vista.

Assim, algumas questões foram postas para a compreensão destes assentamentos e acampamentos. Afinal, o que os sujeitos que estão acampados debaixo de lonas almejam? O que os assentados fazem para permanecer na terra? O que estes sujeitos faziam no período que antecede a luta? Aos que estão assentados, será que estiveram acampados? De onde vêm esses sujeitos? Quais dificuldades enfrentam nos assentamentos? Como organizam o trabalho e a produção? Como resolvem suas dificuldades?

Ao analisarmos, a partir da pesquisa de campo, verificamos o quão complexo, e diversificado é a luta pela terra na fronteira. Nesse sentido, a escolha por estes assentamentos/acampamentos deve-se à trajetória de luta pela terra que carregam em suas histórias.

Torna-se importante dizer que a fronteira Brasil-Paraguai tem sido focada como assunto em que normalmente envolve questões de soberania ou em razão da criminalidade. No entanto, a fronteira não pode ser identificada somente pela barbárie, mas sim, também, ser capaz de revelar os seus contextos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Analisar esse espaço geográfico permite levantar questões que vão desde o debate teórico sobre fronteiras, ilegalidade, até a luta pela terra dos brasiguaios e camponeses paraguaios.

Ao propormos esta pesquisa tínhamos a compreensão de que o caminho a percorrer seria árduo, visto que a fronteira entre o Brasil e o Paraguai é ampla. Neste espaço fronteiro encontramos a fronteira imposta aos indígenas, aos brasiguaios, aos assentados e acampados. Assim, além da fronteira do Estado-Nação, a propriedade privada impõe outras contradições.

A palavra fronteira possui uma variedade de sentidos. Vivemos um momento onde se “prega” o “fim das fronteiras”. Nunca se falou tanto em viver livremente num mundo “sem fronteiras”. Há uma importância relativamente recente pela questão das fronteiras e ainda persiste uma grande dificuldade em definir a questão, pois ao tratarmos sobre a fronteira devemos levar em consideração que esta carrega uma variedade de elementos que dela fazem parte.

A fronteira deve ser entendida com toda a multidimensionalidade e contradição que carrega. Falar sobre fronteira é preciso, antes de tudo, distingui-la quanto ao termo limite. É muito comum usar o termo limite como linha demarcatória para uma delimitação territorial. Muitas vezes, o limite é entendido como uma fronteira natural. Como aponta Albuquerque (2010), associam-se à imagem de um rio, de uma serra ou montanha como marco natural que divide nações, estados e municípios.

Para entender o que é o limite é necessário compreender que este é abstrato, no qual nasce de um tratado jurídico internacional. Para Hissa (2002, p. 19):

Fronteiras e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes. Entretanto, aproximações e distanciamentos podem ser concebidos entre fronteiras e limites. Focaliza-se o limite: ele parece consistir de uma linha abstrata fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios. A fronteira coloca-se à frente, como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar: o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite estimula a idéia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. Entretanto, a linha que separa os conceitos é espaço vago e abstrato.

Friedrich Ratzel em sua obra *Geografia Política*, de 1987, aponta que deve considerar as fronteiras não como simples linhas ou divisórias, mas sim como instrumentos vivos. Assim, é importante compreender que o limite é apenas uma linha divisória que não pode ser habitado, já a fronteira pode ser habitável.

Segundo Machado (1998), limite é uma palavra que foi originalmente criada para indicar o fim da ligação interna de uma unidade político-territorial. Já a fronteira possui um sentido mais amplo. Cássio Eduardo Viana Hissa entende a questão da seguinte forma:

A fronteira coloca-se à frente (*front*), como se ousasse representar o começo de tudo onde parece exatamente terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite visto do território está *voltado para dentro*, enquanto a fronteira está *voltada para fora* como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. (HISSA, 2002, p.34).

Compreender a diferença entre limites e fronteiras tem importância para entendermos que a fronteira implica em relações de troca, integração e conflito entre diversos grupos e seus interesses, enquanto o limite é apenas aquilo que separa o “meu” e o “seu”. A fronteira ultrapassa o limite, vai além de separações e muito além da divisão de países, a todo o momento encontramos exemplos de fronteiras.

Desse modo na fronteira encontramos os brasiguaios que lutam por cidadania e reconhecimento do Estado brasileiro; também temos os sujeitos que lutam por um pedaço de chão, indígenas que lutam para que suas terras sejam reconhecidas, trabalhadores que lutam diariamente para sobreviver em seus lotes. São estes sujeitos que têm as fronteiras estabelecidas cotidianamente.

É importante compreender que toda fronteira é uma produção a partir das relações humanas, surgindo quando as diferenças são impostas, pois, a partir do momento em que estabelecermos o “nós”, logo já definimos o “outro”. Assim a fronteira é o encontro de diferentes historicidades e temporalidades. Segundo Martins, (1997, p. 151) “cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”, para o autor:

[...] o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediado pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado. [...] Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mandado do patrão e grande proprietários de terras [...] (MARTINS, 1997, p. 159).

Ao escolhermos estudar esse espaço fronteiriço, temos como finalidade analisar essa complexidade, evidenciando como a questão se apresenta para a realidade dos assentados e acampados, que se encontram nesta faixa de fronteira entre o Brasil e Paraguai, resistindo ao avanço dessa agricultura dominante no estado do Mato Grosso do Sul.

É a partir desses pressupostos, que esta dissertação tem, como objetivo principal, compreender a luta pela terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, destacando os assentamentos e acampamentos dessa faixa de fronteira, a partir da análise da formação, organização e experiência de vida e de luta dos sujeitos envolvidos nesse processo para conquistar ou permanecer na terra.

No primeiro capítulo procuramos falar sobre o espaço fronteiriço do qual propomos estudar, apontando elementos que configuram a dinâmica da fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Apresentaremos um breve histórico da luta pela terra no Mato Grosso do Sul, pois ao longo dos anos aumenta o número de trabalhadores sem-terra acampados nas rodovias do estado, assim como o descaso com os assentamentos.

Fazer uma discussão sobre a configuração fundiária do estado é imprescindível para compreender a luta pela terra na fronteira. Ao nos depararmos com diferentes lutas e resistências, não poderíamos deixar de relatar, o caso dos brasiguaios.

Os brasiguaios e ex-brasiguaios estão presentes nos assentamentos e acampamentos analisados. Dessa forma julgamos importante fazer apontamentos em torno desta questão. Assim, no primeiro capítulo buscamos apresentar a dinâmica desse espaço fronteiriço, onde se insere a luta pela terra no Mato Grosso do Sul incluindo a luta dos brasiguaios.

No segundo capítulo, concentra-se na dinâmica dos acampamentos localizados na faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tratamos das estratégias de resistência das famílias acampadas, as experiências vivenciadas por estes sujeitos.

No terceiro capítulo, caracterizamos os assentamentos rurais localizados na faixa de fronteira com o Paraguai. Buscamos neste capítulo apresentar a dinâmica organizacional destes assentamentos, a trajetória de vida dos assentados, formas de resistência e luta. Observamos que embora o capital avance no campo, estes sujeitos têm buscado alternativas para permanecer na terra.

Dessa forma, no terceiro capítulo apresentamos o quão diversa é a luta pela terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, as particularidades de cada assentamento e quem são os sujeitos que fazem parte da luta pela terra neste espaço fronteiriço.

Nas considerações finais buscamos reforçar os pontos importantes desta pesquisa, no que se trata à luta pela terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

A QUESTÃO AGRÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL- PARAGUAI

Moro na cidade lona
E você mora também
Queremos voltar lá pro mato
Onde não mora ninguém
Este povo não quer guerra
Queremos um pedaço de chão.

(Jornal dos trabalhadores Rurais Sem-Terra, julho de 1985)



1- A QUESTÃO AGRÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL- PARAGUAI

Neste capítulo realizamos a contextualização sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul em cujo estado situam-se os municípios que delimitamos para estudo. Compreender a questão agrária do Estado é essencial para o entendimento dos processos de luta pela terra na fronteira. Abordaremos neste capítulo, a luta dos brasiguaios, pois os brasiguaios e ex-brasiguaios estão presentes nos assentamentos e acampamentos analisados. Dessa forma julgamos importante fazer apontamentos em torno desta questão.

1.1 Luta pela terra no Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul, possui uma extensão territorial de 358.158,70 Km². Atualmente encontra-se dividido em 77 municípios, tem como capital Campo Grande e possui, segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, uma população de 2.449.341 habitantes. A questão agrária é um dos principais pontos de tensão do Mato Grosso do Sul.

É válido apontar que o Estado do Mato Grosso do Sul fazia parte do então Estado de Mato Grosso, sendo desmembrado em 1977. Segundo Mendes (1997) até a Guerra do Paraguai (1865-1870), a região do atual estado de Mato Grosso do Sul permanecia quase que inexplorada. É a partir do final da guerra que se inicia um processo efetivo de ocupação.

Conforme Mendes (1997), a ocupação de terras no estado do Mato Grosso do Sul é historicamente marcada pelas grandes concentrações de terras nas mãos de poucos proprietários rurais. Nesse sentido, concordamos com Falchi (2007, p. 57):

O território que hoje compõe o atual estado de Mato Grosso do Sul foi, desde o início de sua colonização, palco de intensos conflitos pela posse de terras. A região mantém uma tradição de lutas e disputas oligárquicas pelo poder político e pelo prestígio social. Concentração de terra, expropriação e violência são fatores que se encontram associados à história de Mato Grosso e estende-se à constituição do estado de Mato Grosso do Sul (1977).

Como forma de incentivar a colonização no então estado do Mato Grosso, o Presidente Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola de Dourados, concedendo

aproximadamente 300.000 hectares de terra. A respeito da criação da CAND, Terra (2009, p.64) salienta:

Consideramos a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados como a primeira e única experiência de assentamento de trabalhadores rurais antes da década de 1980, em Mato Grosso do Sul. Contudo, mesmo que pequenos lotes de terra tenham sido distribuídos, esse foi um empreendimento, cujo objetivo era atender outros interesses e não o das famílias de trabalhadores rurais assentados.

Torna-se necessário apontar que a criação de uma colônia agrícola na região de Dourados encontrou resistência por parte de políticos que formavam oligarquias agrárias dentro do estado e temiam uma reestruturação do espaço destinado a seus latifúndios (OLIVEIRA, 1999, p. 169).

A partir dos anos 1960 e 1970, ocorre a entrada de granjeiros impulsionados pelo baixo preço das terras no estado e pelos incentivos fiscais e financiamentos.

Cabe destacar que a questão agrária no Brasil tem suas raízes históricas, razão pela qual provoca até os dias de hoje grandes conflitos no campo. E nesta terra da soja, do boi e do eucalipto, os conflitos no campo também são intensos, pois é também terra, do camponês (proprietário, renteiro, parceiro, sem-terra, brasiguaió, quilombola e dos diferentes povos indígenas).

Estes sujeitos lutam diariamente e estão entre os protagonistas em diversas lutas no Mato Grosso do Sul. São marcados pela falta de trabalho, inseridos em trabalhos precários, negados de cidadania e direito.

Embora, os números do agronegócio³ atinjam recordes, no qual colocam o estado do Mato Grosso do Sul em quarto lugar na produção de cana, chegando a atingir na safra de 2008/2009 uma área plantada de 290.990 ha não fazem com que as reivindicações de luta pela terra acabem.

³ Agronegócio. no Brasil, representa a aliança que se produziu a partir do neoliberalismo entre os grandes proprietários de terra com as empresas estrangeiras. Essas grandes transnacionais, como Monsanto, Bunge, Cargill, ADM, Syngenta, Bayer, Basf, Dreyfus, Unilever, Nestlé e Danone, dominam todo o comércio mundial e os preços dos insumos e dos produtos agrícolas. Esse modelo impõe o monocultivo especializado com uma só planta em grandes extensões de terra. E, para se viabilizar, precisa de mecanização intensiva, muito veneno agrícola (os agrotóxicos) e pouca mão-de-obra. Basicamente toda a produção é voltada para o comércio exterior. Exportam a maior parte da soja, milho, algodão, café, açúcar, etanol e laranja que fabricam. <http://historiaemprojetos.blogspot.com/> acesso dia 15-05-2016.

A existência de acampamentos como o Nova Esperança II e o Santo Antônio, comprova que há pessoas que querem entrar na terra, sendo caracterizados por possuir pouca ou quase nenhuma terra. Apesar do ideário presente na sociedade de que é o agronegócio os alimentos que chegam às nossas mesas, entendemos esse discurso como uma grande falácia.

A tabela 01 demonstra a produção de arroz, feijão e soja no estado do Mato Grosso do Sul. Nota-se que desde a década de 1990, a área plantada do arroz, tem sofrido um retrocesso, sendo este um alimento presente em muitas mesas dos sul-mato-grossenses.

Tabela 01- Produção de arroz, feijão e soja em Mato Grosso do Sul.

ANO	Área plantada de arroz (ha)	Área plantada de feijão (ha)	Área plantada de soja (ha)
1990	136.864	77.516	1.286.382
1991	109.571	72.214	1.071.968
1992	145.749	52.290	949.058
1993	116.940	48.416	1.071.694
1994	100.599	48.459	1.104.449
1995	97.346	34.744	1.044.779
1996	87.545	21.410	831.954
1997	72.480	32.969	885.596
1998	59.524	31.547	1.117.609
1999	69.736	39.454	1.073.960
2000	68.388	25.299	1.106.301
2001	53.113	25.254	1.065.026
2002	50.372	18.708	1.195.744
2003	50.067	27.098	1.412.307
2004	56.592	30.086	1.812.006
2005	54.630	21.429	2.038.176
2006	42.947	32.870	1.907.688
2007	42.568	20.552	1.718.031

Fonte: IBGE, 2008.

Enquanto a plantação de arroz sofreu uma retração na área plantada, a soja aparece como uma das culturas que mais se expande no estado, conforme se verifica na tabela 01. Além da soja, a cana e o eucalipto aparecem como uma das culturas mais produzidas no Mato Grosso do sul.

Assim, podemos compreender que a produção de culturas que realmente estejam ligadas à mesa das pessoas sofre retração, pois, por exemplo, a partir da produção de soja o produtor pode auferir mais lucro e renda. A tabela 01 evidencia a retração da área plantada do feijão no Mato Grosso do Sul, sendo este um alimento presente em muitas mesas dos trabalhadores.

A partir da análise da tabela 01 podemos compreender que o discurso do agronegócio ser quem produz o alimento que chega a nossas mesas nada mais é uma grande falácia.

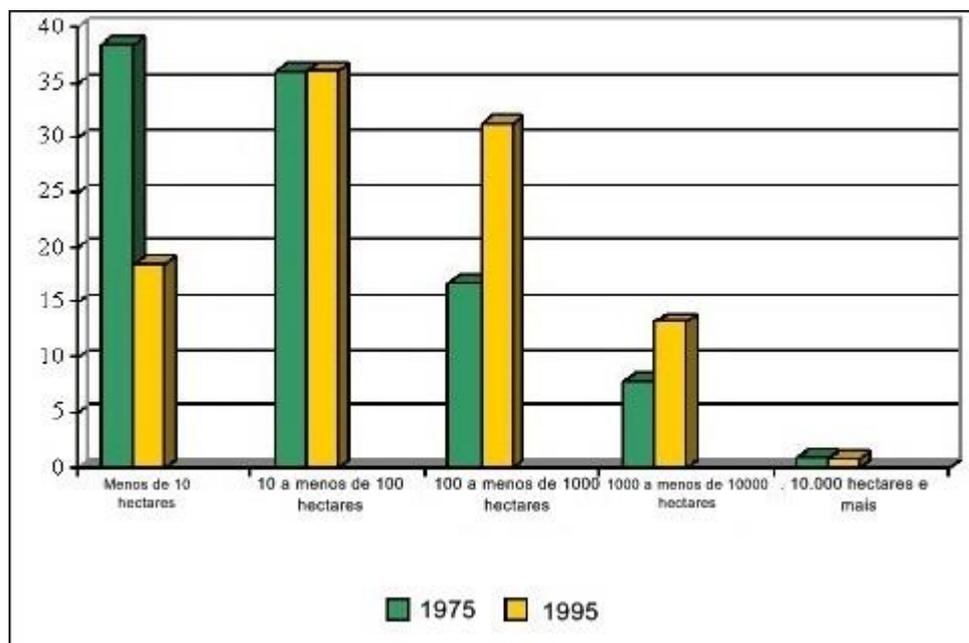
Pela análise dos dados dos estabelecimentos em Mato Grosso do Sul, conforme gráfico 01 observamos, embora por trás dos números que o agronegócio carregue, são as pequenas propriedades que de fato produzem o alimento que chega à nossa mesa.

Em virtude disto, o estudo sobre assentamentos é importante para comprovar que é o campesinato que realmente produz o alimento que necessitamos para nossa sobrevivência.

O estado do Mato Grosso do Sul possui extensas áreas que se baseiam na produção de commodities, criação de gado e também é neste recorte territorial onde o capital industrial se faz presente.

Entretanto, em meio destas áreas estão presentes também acampamentos rurais, reservas e acampamentos indígenas. Contudo, a distribuição de terras é historicamente desigual no Mato Grosso do Sul, e tem privilegiado e favorecido a elite agrária dominante. O gráfico 01 demonstra dados do censo agropecuário de 1975 e 1995/1996, apesar destes dados representarem uma realidade distante, ainda servem para um comparativo com dados mais recentes e comprovar que a desigualdade no campo sul mato-grossense pendura até o presente momento.

Gráfico 01- Estabelecimentos por Grupo de Área Total em Mato Grosso do Sul nos Anos de 1975 e 1995 (%)



Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul dos Anos de 1975 e de 1995/96

É válido apontar que o primeiro censo agropecuário realizado no Mato Grosso do Sul é o do ano de 1975. Nota-se no gráfico 01 que os estabelecimentos com menos de 10 hectares no ano de 1975, apresentavam 38,5 % do total, no qual controlavam 0,4% da área das propriedades. Enquanto que no ano de 1995, esses mesmos estabelecimentos representavam um total de 18,6 % do total, entretanto ocorreu um retrocesso e detinham 0,1% da área total dos estabelecimentos. Já as propriedades com 100 a menos de 10.000 hectares passaram por um processo de expansão, demonstrando o processo de concentração de terra.

Podemos compreender que a existência de conflitos de luta pela terra que ocorrem no estado de Mato Grosso do Sul, tem a centralidade atrelada à má distribuição de terras. Enquanto poucos detêm de grandes extensões de terra, a grande maioria possui pouco ou quase nada. Além disso, o estado conta com um grande número de propriedades improdutivas, conforme podemos verificar na tabela 02.

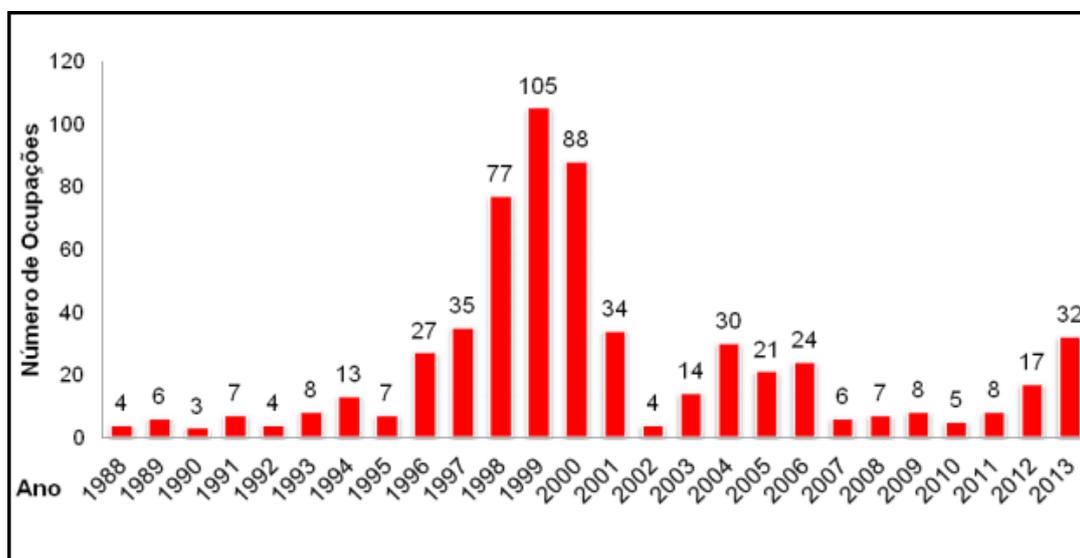
Tabela 02- Imóveis e área improdutivo- MS – INCRA/2003

TOTAL		IMPRODUTIVO	
Nº Imóveis	Área em Hectares	Nº Imóveis	Área em Hectares
73.714	36.106.026.50	3.547	8.545.942.20

Fonte: Oliveira ,2008.

Assim sendo, compreendemos que a má distribuição de terras é o grande gerador de conflitos no campo do estado do Mato Grosso do Sul. Embora, o capital avance fazendo com que os proprietários de terra produzam *commodities*, ainda existe outro caminho.

Em virtude disto, o estudo sobre acampamentos e assentamentos revela a existência de sujeitos que buscam dar outro sentido à terra. Desse modo, o número de ocupações comprova que existem muitas famílias envolvidas na luta pela terra, conforme se verifica no gráfico 02.

Gráfico 02- Mato Grosso do Sul: número de ocupações- 1988 a 2013

Fonte: DATALUTA- Banco de dados da Luta pela Terra, 2014.

Verifica-se no gráfico 02 um grande número de ocupações entre os anos de 1998 e 2000. Entretanto, constata-se a partir de então uma diminuição gradativa entre 2007 e 2011, permanecendo quase que instáveis, em comparação ao período analisado.

Contudo, embora tenha ocorrido redução no número de ocupações, é fato que não ocorreu o fim da luta. Basta andarmos pelas rodovias do estado e encontraremos acampamentos rurais.

O fato de utilizarmos dois acampamentos para estudo comprova que o embate entre aqueles que querem ter acesso à terra e aqueles que não querem o acesso de tais famílias, ainda persiste.

Dessa forma, entendemos que estes números representam a busca de muitas famílias por um pedaço de chão. Entretanto, muitas dessas ocupações são marcadas por atrocidades e atos violentos, conforme salienta Avelino (2008, p. 129):

Através dessa resistência têm surgido vários movimentos sociais, que na luta pela posse e uso da terra, têm encontrado pela frente os conflitos violentos, que vão desde assassinatos até a destruição de roças, roubo de pertences e outros tipos de terrorismo praticados contra os lavradores de MS.

Diante desta problemática julgamos importante fazer uma contextualização histórica desses conflitos no estado. Segundo Fabrini (1996, p. 50), o povoamento e ocupação do território sul-mato-grossense foram realizados por duas frentes colonizadoras. Uma frente colonizadora mais recente feita por paulistas, paranaenses e nordestinos e uma vinda do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e no início do século XX. O autor aponta que estas frentes buscavam no Mato Grosso do Sul campos para a prática de pecuária e atividade ervateira.

A frente de ocupação acabou atraindo muitos migrantes para o sul do estado, os quais não eram proprietários de terras, mas trabalhadores volantes que mantinham contratos com duração de três anos. Entre as atividades desenvolvidas por estes sujeitos estavam estabelecidas no contrato desmatar a quantidade combinada e, no final deveriam pagar uma renda ao proprietário da fazenda pelo uso da terra. O pagamento deveria ser feito em dinheiro, dias de serviço ou, o mais comum, plantar grama para a pastagem de gado. Esse processo se reproduzia até as grandes fazendas estarem desmatadas e prontas para a invernada.

Entretanto, esses trabalhadores descontentes com a concentração de terras, passam a reivindicar terras no estado. Ocorrendo um acirramento entre reideiros e os grandes produtores. Segundo Terra (2009, p.84):

Esses trabalhadores passam a reivindicar terras no estado, tendo como suporte de legitimação a mediação oferecida pelos setores progressistas da igreja católica e luterana. Vislumbrando novas oportunidades para retornar à terra, ingressam em movimentos contestatórios e iniciam o processo de ocupação dos latifúndios e de formação de acampamentos.

É nesse contexto que se instala um quadro de violência no campo sul-matogrossense. Dessa forma, é no final da década de 1970 e início de 1980 que os trabalhadores passam a reivindicar e lutar pela terra no estado.

E veio a agravar esse cenário de conflito, o fato de que a partir da década de 1970, segundo Avelino (2008, p.115) a terra passou a ser usada como garantia dada aos bancos para obtenção de financiamentos agrícolas:

É nesse período que se tem o alargamento das propriedades produtoras de grãos, com o desaparecimento da pequena propriedade que se desenvolvia a agricultura voltada para o autoconsumo. A monocultura da soja, associada à criação de gado, formou a base econômica do estado. Nesse momento, intensificou-se o processo de modernização da agropecuária promovida por incentivos fiscais e de financiamentos (AVELINO, 2008, p. 116).

A respeito das primeiras ocupações no estado, Fabrini (1996, p.81) aponta que “em Naviraí inicia-se o movimento de resistência na terra pelos arrendatários que derrubavam as matas e formavam pastagens nas fazendas Entre Rios (40 famílias), Água Doce (40 famílias), e Jequitibá (160 famílias)”.

Segundo Souza (1992), a luta dos sem-terra em Mato Grosso do Sul teve seu início com a iniciativa a partir da resistência destes arrendatários de Naviraí, quando o advogado Joaquim das Neves Norte moveu uma ação em nome dos arrendatários. Estes trabalhadores reivindicavam o direito de permanência nas propriedades por mais três anos, pois existiam irregularidades no primeiro contrato de arrendamento.

A justiça deu ganho de causa aos arrendatários da fazenda Jequitibá, autorizando permanência nos lotes pelo período de um ano. Segundo Terra (2009, p. 85) os arrendatários sofreram represália do proprietário da fazenda, tiveram suas plantações invadidas por cerca de cinco mil cabeças de gado.

Diante destes conflitos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Diocese de Dourados teve um papel decisivo junto às comunidades. Esse período marca também o

nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Mato Grosso do Sul. De acordo com Fabrini (2008, p.75):

A CPT estimulou a criação de “comissões municipais de sem-terra”, despertando consciência política desses trabalhadores. As Comissões encontravam-se organizadas em 11 municípios, quando foi realizado, em Glória de Dourados, um encontro com a presença de sem-terras de vários municípios, sendo criada aí, a “Comissão Estadual do Sem- Terra”. Nesse momento, havia também a articulação de sindicatos que procuravam atuar junto aos arrendatários que derrubavam florestas e formavam pastagens nas fazendas.

A estratégia de luta da CPT era realizar um ‘abaixo assinado’ de 3.600 assinaturas como forma de pressionar o governo a fazer a reforma agrária no estado. Porém, essa estratégia não deu certo e em 1984, durante um estudo a respeito da reforma agrária realizado em Fátima do Sul, sob a assessoria de Miguel Presburger e João Pedro, ocorrem mudanças na estratégia de luta dos sem-terra. Vendo que as negociações entre o governo e os trabalhadores rurais sem-terra não haviam dado resultados, passaram a realizar ocupações (FABRINI, 1996).

É durante essa fase que ocorre a primeira ocupação de terra, realizada em 28 de abril de 1984, na Gleba Santa Idalina, na qual pertencia ao grupo SOMECO, na cidade de Ivinhema. Segundo Nogueira (2011, p. 47) a ocupação envolveu trabalhadores rurais sem- terra de 11 municípios da região e também de brasiguaios.

Esse acontecimento causou perplexidade na elite estadual que, até então, considerava os trabalhadores rurais conservadores, incultos, acomodados e incapazes de se organizar (TERRA, 2009).

A respeito deste assunto, Fabrini (2008, p.76) salienta que:

A ocupação das terras do grupo SOMECO tornou-se fato de destaque em Mato Grosso do Sul, fazendo vir a público os conflitos e as contradições existentes com a injusta distribuição de terras, sufocados durante o período da ditadura militar.

Entendemos a que a ocupação da Gleba Santa Idalina é um marco no que diz respeito à luta pela terra no Mato Grosso do Sul, pois a partir desta ocupação surgiram muitas outras ocupações de terras no estado.

Os acampamentos rurais criaram situações que exigiam novas respostas [...] de uma só vez os trabalhadores rurais, em seu movimento, conseguiram despertar de um longo repouso as mais caras instituições democráticas e questionar a própria autonomia dos três poderes (SOUZA 1992, p.31).

Observa-se que a luta pela terra no Mato Grosso do Sul desde seu início é marcada por embates, onde conquistar um pedaço de chão só ocorre através da luta e resistência. Assim, a luta destes trabalhadores que ocuparam a gleba Santa Idalina teve resultados positivos. Conforme aponta Terra (2009, p.87):

A luta dos trabalhadores que ocuparam a fazenda Santa Idalina foi bem sucedida uma vez que, em outubro de 1985, o INCRA desapropriou seus 16.580 ha e, em 20 de janeiro de 1986, o órgão implantou oficialmente o assentamento Novo Horizonte do Sul, para onde foram levadas 761 famílias.

Com um número expressivo de ocupações desencadeadas após a ocupação de Santa Idalina, ocorrem os primeiros projetos de assentamentos no estado através do I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA (1985-1989) e o Programa Regional de Reforma Agrária (PRRA).

Os projetos de assentamento em terras sul-mato-grossenses são resultado desse contexto de pressão exercida pelos movimentos sociais organizados. É somente através de luta e muita resistência que os camponeses têm conquistado um pedaço de chão.

Em 25 anos, foram criados 176 assentamentos (ver mapa 03), a tabela 03 representa o número de assentamentos criado ano a ano, desde 1984 a 2008. Estes assentamentos convivem com a expansão do agronegócio em nosso estado.

Mato Grosso do Sul

Tabela 03- Número de assentamentos criados entre 1984 e 2008

Ano	Nº de Assentamentos	Área (ha)
1984	1	3.812,17
1985	3	28.729,76
1986	4	24.072,17
1987	7	43.661,79
1988	2	9.613,14
1989	3	19.940,04
1990	---	---
1991	1	4.719,81
1992	1	4.321,03
1993	---	---
1994	1	1.599,61
1995	1	10.621,08
1996	8	34.925,34
1997	20	72.090,45
1998	24	91.468,15
1999	5	4.580,25
2000	22	77.599,74
2001	9	19.636,89
2002	3	29.636,212
2003	2	967,0218
2004	10	42.389,39
2005	14	67.302,52
2006	6	13.469,06
2007	24	52.088,76
2008	5	13.502,51

Fonte: Assentamentos INCRA

O início da implantação de projetos de assentamentos em Mato Grosso do Sul ocorreu em 1984, como resultado da efervescência do período marcado pela chamada transição democrática e com o ressurgimento dos movimentos sociais que foram sufocados durante regime militar (TERRA, 2009).

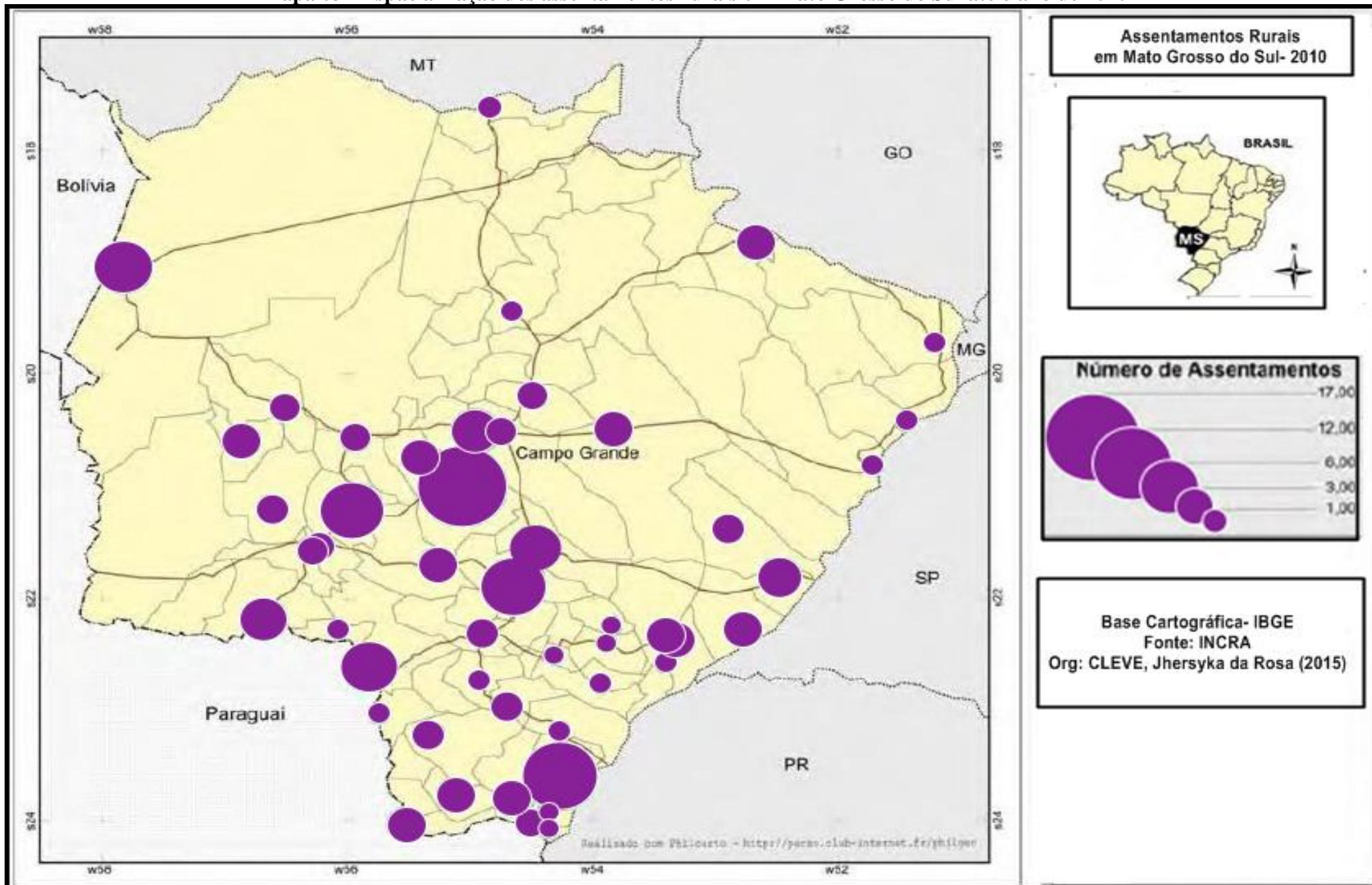
Muitos dos assentamentos no Mato Grosso do Sul são resultados de ocupações e muita luta por parte dos camponeses. Segundo Júnior (2008, p. 128) nessas ocupações

os trabalhadores chegam a permanecer anos em um mesmo local e outros mudam, mas sempre objetivando a luta pela posse e uso da terra.

Os assentamentos existentes em terras sul- mato- grossenses carregam histórias de muita luta e resistência por parte dos sujeitos que os compõem, caracterizando o estado do Mato Grosso do Sul por um processo contraditório.

Portanto, se de um lado temos esses camponeses lutando em acampamentos ou assentamentos para permanecer na terra, de outro temos um avanço do capitalismo no campo.

Mapa 03- Espacialização dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul até o ano de 2010



Nota-se que desde o processo de ocupação no Mato Grosso do Sul houve conflitos pelo uso e posse da terra, entretanto sem haver mudança na sua estrutura fundiária, que ainda é muito concentrada. Os movimentos sociais têm encontrado na luta, os conflitos violentos, que vão desde assassinatos até a destruição de roças.

Julgamos necessário percorrer este caminho, mesmo que em muitos trabalhos já tenha sido retratado a luta pela terra no Mato Grosso do Sul. Entendemos como necessário fazer uma breve reflexão sobre o assunto, pois os assentamentos analisados em nossa pesquisa são compostos por sujeitos que estiveram presentes em diversos conflitos de terra no estado.

1.2 Um cenário anunciado: o caso dos brasiguaios

É muito difícil vive em outro país, a gente foi pra lá, viveu lá, mas não era de lá. Parecia que nois não existia lá. Então, na minha opinião acho que cada um tem que vive no seu país. Nois voltamo para o Brasil por que aqui é a terra da gente. (NELSON, Entrevista, 07-11-2015).

Ao se falar em luta pela terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai não podemos deixar de lado a trajetória dos brasiguaios, pois estes sujeitos lutam diariamente neste espaço fronteiriço.

A existência dos brasiguaios está intimamente relacionada ao processo de modernização agrícola na fronteira Brasil-Paraguai, pois muito destes trabalhadores migraram para o país vizinho em busca de um pedaço de chão.

Atraídos pelo baixo preço das terras e o favorecimento do governo paraguaio em ocupar as áreas que faziam fronteira com o Brasil, muitas famílias migraram para o Paraguai com a intenção de retorno à terra.

Além disso, com a construção da hidrelétrica de Itaipu muitas famílias de camponeses foram expropriadas.

Esse processo levou os brasileiros expropriados a emigrarem ao Paraguai, e posteriormente alguns retornaram para o Brasil devido às dificuldades encontradas no país vizinho. Assim os camponeses brasileiros expropriados buscaram no país vizinho uma alternativa de sobrevivência e o retorno ao campo.

Em virtude de apolítica de reforma agrária do governo de Alfredo Stroessner⁴ se basear no incentivo da entrada de estrangeiros em terras paraguaias, isso facilitou a entrada destes trabalhadores a emigrarem em busca de trabalho e de terra. O deslocamento destes sujeitos para o Paraguai posteriormente ocasionou um problema social corroborando anos depois no retorno desses brasileiros.

Desse modo, muitos desses camponeses ao retornarem tiveram que construir uma nova vida em terras brasileiras. Contudo, no retorno, este migrante já não é mais considerado brasileiro, cujos caminhos de volta são marcados por dor e sofrimento.

O retorno engloba um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais. Irregularidades na documentação das terras, discriminação, corrupção, falta de seguridade social, de escola, são fatores que dificultaram a permanência dos brasiguaios em terras paraguaias. São diversos os casos de pequenos agricultores que obtiveram terras “griladas” no Paraguai. Outra dificuldade enfrentada está ligada à documentação pessoal de estrangeiro, que os submetem à corrupção das autoridades paraguaias.

É a partir dessas dificuldades que muitas das famílias foram motivadas a sair do Paraguai, surgindo, assim, o movimento dos brasiguaios em meados da década de 1980. O termo brasiguai foi criado em 1985, período que marca o retorno do primeiro grupo de imigrantes brasileiros que viviam no Paraguai. Termo este que foi criado por um deputado federal do Mato Grosso do Sul, durante uma manifestação de imigrantes na cidade de Mundo Novo (MS).

_ Então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos o direito dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas, me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?

_ Vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria (WAGNER, 1990, p.111)

Com a esperança de Reforma Agrária no Brasil os camponeses retornam para o Brasil e passam a se engajar na luta para conquistar um pedaço de chão. Muitas vezes esses sujeitos acabam vinculando-se ao MST.

⁴ Este governo se caracterizou por um regime antidemocrático. Alfredo Stroessner ficou no poder durante 35 anos (1954-1989). A reforma agrária de Stroessner se baseava no estímulo à agricultura extensiva, concedendo grandes superfícies de terras para estrangeiros. Um dos marcos mais importantes do governo de Stroessner foi a construção juntamente com Brasil, da hidrelétrica de Itaipu.

Entretanto, o que se nota atualmente é que muitos retornam para o Brasil não apenas com intuito de voltar para a terra, pois se inserem em trabalhos como “peões” de fazendas ou tralhando em outros ramos que não necessariamente do campo. Para este acampado, a entrada dos filhos na escola e o anseio em manter a língua de origem foram motivos que o levaram a retornar com a família para o Brasil, como relata esse entrevistado⁵:

Quando chegou a hora de por os filhos na escola eu tive que trazer a família pra cá, aí tive que continuar trabalhando lá. A gente é brasileiro e a gente queria que eles estudasse a nossa língua. Então tivemos que volta, a gente trouxe nossos filhos pra cá pro Brasil pra pode estudar. (NELSON, Entrevista, 07-11-2015).

O senhor Nelson ao retornar para o Brasil teve que abandonar o trabalho que possuía no Paraguai e enfrentar o desemprego no Brasil. A alternativa que buscou juntamente com sua família foi à inserção em movimentos sociais de luta pela terra. Cabe salientar, que embora tenha se inserido em movimentos sociais de luta pela terra, o motivo do retorno do senhor Nelson e sua família estavam ligados à educação dos filhos. Corroborando para a discussão Fabrini (2010, p. 19) salienta:

Acrescenta-se que o fluxo de brasiguaios na fronteira nem sempre constitui migração, mas deslocamentos motivados pelas necessidades de assistência médica e hospitalar, assistência social (bolsa-família), aposentadoria, auxílios públicos ou de familiares residentes no Brasil.

Nesse sentido, o termo brasiguaiado adquire inúmeros sentidos, pode ser entendido pela imprensa de uma forma, assim como para os paraguaios o termo possui outro significado. É necessário compreender o sujeito brasiguaiado como trabalhador que é um imigrante brasileiro, que perdeu sua terra no Paraguai e que não possui direitos civis, políticos e sociais dos dois lados do limite internacional.

Segundo Ferrari (2008) é importante atentar as diferenças entre “brasileiros no Paraguai” e “brasiguaios”, o que se deve desde as condições sociais, políticas e econômicas.

⁵ Como forma de preservar a identidade dos entrevistados resolvemos não acrescentar o sobrenome.

Os brasiguaios pertencem a uma classe social muito distinta dos brasileiros que são produtores da soja no Paraguai. É de extrema importância atentar para os elementos de distinção, pois inúmeras são as interpretações sobre brasiguaios. Segundo Albuquerque (2005, p.232):

Com o fim da ditadura de Stroessner em 1989, principia a reorganização política dos camponeses paraguaios, que reivindicam o direito à terra e começam a “invadir” as propriedades dos fazendeiros brasileiros. A partir deste período, os “brasiguayos” são identificados como usurpadores das propriedades que deveriam pertencer aos paraguaios. Os camponeses pobres estariam lutando contra os “brasiguayos” ricos.

Nota-se que o significado sobre o termo brasiguaios no Paraguai é interpretado pelos camponeses paraguaios com uma concepção diferente daquela descrita anteriormente. Podemos compreender melhor a distinção entre “brasiguaios” e “brasileiros no Paraguai” a partir da inserção do sujeito brasiguaios nos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil.

Segundo Ferrari (2008), os pequenos agricultores e trabalhadores volantes do meio rural e urbano são reconhecidos como brasiguaios, o que não acontece com médios e grandes produtores de soja, dessa forma, indicando que a formação da identidade de brasiguaios está assentada numa relação de classe.

É necessário levar em consideração que os brasiguaios são condenados muitas vezes como “indesejáveis” e “perigosos” nos municípios brasileiros que fazem fronteira com o Paraguai, pois as autoridades políticas brasileiras e os latifundiários brasileiros em suma, temem que os “brasiguaios” ameçassem a ordem social destas cidades.

O retorno do primeiro grupo de brasiguaios foi marcado por diferença, incertezas e preconceitos. Um exemplo disso, encontramos na fala do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul ao considerar os brasiguaios como *“aglomerado promíscuo em que nada poderá resultar senão saques, invasões, apreensão de caminhões, furto de gados e obstrução de ferrovias, etc”* (Presidente do Tribunal de Justiça apud Cortês, 1993, p. 203)⁶.

⁶Um juiz da cidade de Amambaí (MS) corrobora com a mesma ideia e afirma que a entrada organizada de “brasiguaios” em território brasileiro estaria “estimulando novos grupos a procederem deste modo, instalando no estado a calamidade e o caos (...) A população de Amambaí condena a atitude dos acampados, pois que é constituída de cidadãos cumpridores das leis e contribuinte do erário, em contraposição aos brasiguaios, surgindo desse contraste um verdadeiro atentado ao princípio de igualdade” (Juiz de Amambaí apud Cortês, 1993, p. 207).

Em relação às primeiras tentativas de retorno dos brasiguaios, Falchi (2007, p. 51) aponta:

As primeiras tentativas de retorno ao Brasil foram organizadas como verdadeiras operações de fuga, pois a saída desses trabalhadores era indesejada tanto pelos fazendeiros, que perderiam grande contingente de mão-de-obra, quanto pela elite política brasileira, que temiam uma conturbação social com um possível retorno massivo desses trabalhadores. Em carta redigida pela Comissão dos Brasiguaios e endereçada ao então Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Néelson Ribeiro, esse grupo de trabalhadores dizia temer as forças policiais do Mato Grosso do Sul, que estavam prontas para agir caso eles ameaçassem atravessar a fronteira.

É importante destacar o papel da CPT nas primeiras tentativas de retorno destes sujeitos para o Brasil, pois desde o início assumiu um papel importante no que diz respeito à luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul.

A CPT esteve presente desde as primeiras ocupações dos brasiguaios mostrando preocupação com o drama sofrido por estas famílias. Conforme salienta Falchi (2007, p. 51):

No lado brasileiro da fronteira, esses trabalhadores puderam contar com a atuação da CPT e das Comissões de Sem Terra. A problemática vivenciada por esses trabalhadores já vinha sendo debatida por quase uma década. No ano de 1976, por exemplo, o retorno de brasileiros vivendo em condições de exploração no Paraguai foi assunto do Encontro Regional Extremo Oeste da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em Dourados. Em 1979 foi realizado um levantamento pela paróquia de Mundo Novo que alertava a respeito da necessidade de retorno de camponeses brasileiros que eram explorados e marginalizados no país vizinho.

É através do apoio da CPT, de muita luta e persistência que as primeiras ocupações dos brasiguaios passam a ganhar visibilidade no estado do Mato Grosso do Sul. Para que sua situação fosse vista, eram necessárias estratégias de ocupações de áreas devolutas no estado. Corroborando para discussão, Falchi (2007, p.51) aponta que:

Esgotados os meios legais de reivindicação de terra junto ao então governador do Estado, Wilson Barbosa Martins (1983-1986), e ao governo federal, a CPT, juntamente com a Comissão Estadual de Sem Terra, decide

mudar a estratégia de luta e partir para as ocupações de terra, com o propósito de ganhar visibilidade e chamar a atenção da sociedade para o problema vivenciado por esses trabalhadores. Com esse intuito, a CPT reuniu-se com algumas lideranças de brasiguaios em Mundo Novo e juntos resolveram ocupar áreas de terras devolutas no Estado.

Em virtude do descaso por parte do governo do estado e do governo federal, os brasiguaios, entenderam como única alternativa, a organização de acampamentos como forma de luta.

Assim, em junho de 1985, ocorre a primeira ocupação dos brasiguaios, reunindo cerca de 950 pessoas. Estas famílias permaneceram acampadas na praça de Mundo Novo até dezembro do mesmo ano. Entretanto, a aglomeração de muitas pessoas em uma área pequena desencadeou uma série de problemas.

Este acampamento ficou conhecido como a *cidade da lona*⁷. Dados da CPT⁸ apontam que ocorreu um total de 24 mortes (quatro adultos e vinte crianças). A falta de assistência médica atrelada à má alimentação ocasionou estas mortes por desnutrição, diarreia e desidratação.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos acampados, o jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, aponta que: “após 10 dias sem comida, os lavradores cercaram os caminhões de mantimentos e só os liberaram quando receberam os alimentos” (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1985, Ano IV, n°46, p.7).

Entendemos que o processo de ocupação é uma etapa importante no que diz respeito à luta pela terra, pois só através do embate os camponeses tem conquistado um pedaço de terra.

Dessa forma, a mobilização que os brasiguaios iniciaram em Mundo Novo, surge como forma de pressionar as promessas até então não realizadas. É através da persistência desses camponeses que entendemos a importância da luta pela terra. A luta dos brasiguaios evidencia que suas formas de resistência possuem suas características próprias, diferenciando-os de outras regiões do país.

⁷ Assim ficou conhecido o acampamento de brasiguaios na cidade de Mundo Novo no ano de 1985. Expressão usada por Batista (1990), pela CPT em seus relatórios, e pela imprensa.

⁸ A violência da luta pela terra. In. 1985 conflitos de terra no Brasil. Comissão Pastoral da Terra. Caderno CPT, Goiânia- GO, 1986.

Corroborando para o entendimento sobre os objetivos da ocupação dos brasiguaios na cidade de Mundo Novo, mencionamos uma carta em que os brasiguaios escreveram:

Fomos obrigados a ir para o Paraguai. A situação no Brasil era difícil. A terra está nas mãos dos latifundiários. Não ardam porque está cheia de capim ou plantada soja. Os fazendeiros tocam a lavoura com máquinas. Não precisam de mão de obra. Fomos obrigados a deixar a terra natal para não viver como boia-fria. Imigramos para o Paraguai. Lá não foi nada melhor. A luta foi mais dura e mais uma vez fomos expulsos da terra. Agora, da terra do Paraguai (CPT, 1993).

A carta relata que os brasiguaios passaram por sérias dificuldades, sendo a ocupação, única alternativa para o retorno à terra. Foram quatro meses e meio de luta no acampamento, mas o desfecho deste episódio assentou um total de 770 famílias, no projeto de assentamento Novo Horizonte⁸ (atual município de Novo Horizonte do Sul).

Foi através desta mobilização na cidade de Mundo Novo, que os brasiguaios conquistaram a desapropriação de parte da fazenda Santa Idalina, que pertencia à SOMECO (Sociedade de Melhoramento e Colonização) localizada no município de Ivinhema.

Dessa forma, a ocupação que originou a conquista da fazenda Santa Idalina é um marco na luta pela terra dos brasiguaios. É a partir da *cidade da lona* que passam a surgir outros acampamentos de famílias que retornavam do Paraguai.

Em relação aos acampamentos que surgem após esse episódio, no ano de 1990 conforme noticiário da época, cerca de cerca de 1800 brasiguaios iriam cruzar a fronteira na região de Mundo Novo a fim de montarem acampamento em solo brasileiro, mas o movimento teria sido interrompido pelo serviço de informação da polícia militar. Após a ação ser interceptada pelos policiais, o grupo direcionou-se à fazenda Urtigão, na rodovia que liga Tacuru a Sete Quedas, de onde foram expulsos por 50 policiais após um pedido de reintegração de posse feito pela proprietária (*O Progresso*, 10.08.1990).

Dessa forma, a luta dos brasiguaios na cidade de Mundo Novo impulsionou o retorno daqueles que passavam dificuldades no país vizinho. Nos anos seguintes, outras famílias buscaram retornar ao Brasil. No ano de 1992, mais de 400 famílias montaram

acampamento no município de Amambaí-MS, assim como ocorreu na *cidade da lona*. Neste acampamento ocorreram seis mortes devido ao descaso das autoridades.

Das 400 famílias vindas do Paraguai no ano de 1992, apenas 29 foram assentadas em 1997, na fazenda Corona, município de Ponta Porã. Entre estas famílias, encontra-se a de dona Rosa, na qual esteve presente no movimento de 1992:

Ai Jesus, eu participei do acampamento em Amambaí. Eu sai até no jornal minha fia! Se eu desse ouvidos pra ele [marido] nois não taria aqui hoje. Ele não queria voltar do Paraguai. Ficava falando pra mim: “Rosa não adianta não vai dar certo pra nois”. Nossos fio era tudo pequeno e lá [Paraguai] tava muito difícil pra nois. Dai eu falei pra ele: se você não vai então eu vo sozinha, você fica com nossos filhos e vo. Nois tem que ir pra lá (retorno para o Brasil) nois vamo ganhar terra. Aí ele falou: “ então quer ir nois vamo e você vai vê o inferno que nois vamo entrar”. Catei as nossas coisa e fomo mesmo. E hoje nois temo nossa terra. (ROSA, Entrevista, 11.04.2015).

A história narrada pela dona Rosa, ilustra algo presente em diversos acampamentos. A esperança, pois é em busca de conquistar um pedaço de terra que muitas Rosas, Cíceros, Marias, Chicos tem persistido bravamente na beira das estradas deste Brasil. Dona Rosa é apenas um dos exemplos encontrados durante esta caminhada na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Em grande parte dos acampamentos do sul do estado de Mato Grosso do Sul pode-se encontrar a presença de trabalhadores que já tiveram experiência de trabalho no campo. Estes brasiguaios lutam pelo retorno à terra, por direitos básicos que não possuem tanto no Brasil quanto no Paraguai. Julgamos importante apresentar suas lutas como elemento de distinção, pois é comum colocá-los na mesma situação que os grandes empresários brasileiros que vivem no Paraguai.

Entendemos que os brasiguaios não formam um grupo homogêneo. A imigração não deve ser o único componente de identificação. Outros critérios para identificá-los, tem ligação na relação com a perda de terras e/ou na adesão a movimentos sociais de luta pela terra. Conforme aponta Fabrini (2010, p.01):

Se no passado recente (década de 1980) os *brasiguaios* se organizaram num movimento social de luta pela terra, o Movimento dos *Brasiguaios*, meio pelo qual se constituíram enquanto sujeito social, nos dias atuais eles estão

organizados sobretudo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), mas vivem na fronteira. Existe também um sujeito social *brasiguai* desvinculado dos movimentos sociais, territorializado precariamente, meio brasileiro e meio paraguaio. Trata-se de sujeitos despossuídos de terra, de organização, emprego, segurança, escola, direitos, cidadania etc. Portanto, o que faz do sujeito social um *brasiguai* não é apenas a sua organização nos movimentos sociais, mas, também, a sua precária territorialização e mobilidade no espaço de fronteira.

Dessa forma, o *brasiguai* é caracterizado por camponês despossuído de terras, emprego, escola, entre outros direitos. Entendemos o termo *brasiguai* como uma bandeira de luta destes sujeitos. Segundo, Fabrini (2010, p.14):

O sujeito social *brasiguai* foi forjado no processo de saída do Paraguai e luta pela terra no Brasil na década de 1980, ou seja, um sujeito construído nos movimentos sociais de luta pelo território negado no Brasil e no Paraguai. Portanto, foi no contexto de lutas e resistências realizadas nos movimentos sociais que se forjou o sujeito social, e inclusive a denominação *brasiguai*.

Em virtude das questões apontadas, não podemos colocar o sujeito *brasiguai* na mesma situação daquele proprietário de terra, grande produtor de soja, pois o imigrante que ascendeu no país vizinho não é reconhecido como um *brasiguai*.

Desse modo, entendemos que a condição de *brasiguai* é determinada por meio de uma relação de classe e não apenas pelo fato de simplesmente imigrar para o Paraguai. Assim, os *brasiguaio*s são aqueles sujeitos sociais, vinculados a movimentos sociais de luta pela terra, mas também, existem aqueles que não possuem vínculos com nenhum movimento social. Em relação aos *brasiguaio*s que não se encontram vinculados a nenhum movimento social, Fabrini (2010, p. 19) salienta:

Uma parte significativa dos *brasiguaio*s que está na fronteira, especialmente aqueles não vinculados aos movimentos sociais de luta pela terra, compõe-se dum sujeito dividido: uma parte de sua família geralmente é brasileira; a outra, paraguaia, posto que ora esteja no Brasil, ora no Paraguai – muitos, inclusive, nas periferias das cidades.

Atualmente encontraremos na fronteira entre o Brasil e Paraguai *brasiguaio*s em situação precária, que se encontram em constante movimento na fronteira. É também

nesta fração do território que encontraremos camponeses nas margens das rodovias, vinculados a movimentos sociais travando lutas diariamente.

Julgamos importante apresentar a situação dos brasiguaios, pelo fato de representarem a dimensão dos conflitos agrários na fronteira. A partir do que foi apontado até aqui, podemos chegar a algumas verificações.

Os brasiguaios se encontram em diversas situações de luta na fronteira, ora apoiando a luta dos camponeses paraguaios, ora engajados no movimento de sem-terra. Fabrini (2010) afirma que há brasiguaios, inclusive, com os camponeses paraguaios que lutam pela realização de reforma agrária em terras de grandes proprietários brasileiros no Paraguai. A década de 1980 marca a importância das suas lutas. Entretanto, atualmente os brasiguaios não possuem um movimento específico. A maneira que têm encontrado para lutar é vinculando-se ao movimento dos sem-terra.

Dessa forma, iremos encontrar duas situações no que diz respeito aos brasiguaios. A primeira é daquele que se vincula ao movimento dos sem-terras, com o intuito de retornar para o Brasil, passa a participar das ocupações de terras no Brasil organizadas pelo movimento. E temos aquele que não está vinculado a nenhum movimento social, mas também desprovido de emprego, moradia, escola para os filhos. Este trabalhador retorna para o Brasil, mas não se vincula a nenhum movimento social. Apenas volta para o Brasil devido às necessidades de educação, hospitalar, ou para morar com familiares moradores no Brasil. Dessa forma, concordamos com Fabrini (2010, p.25):

Os brasiguaios, vinculados ou não aos movimentos sociais, se diferem radicalmente dos “brasileiros no Paraguai”, ou seja, fazendeiros do agronegócio da soja. Esses grandes proprietários brasileiros são os que oprimem, exploram e expropriam brasiguaios e camponeses paraguaios, indicando que o centro do conflito não é a nacionalidade ou a identidade dela derivada, mas uma construção social vinculada à classe.

Portanto, o conflito na fronteira está ancorado numa situação de classe. São os brasiguaios que foram expropriados do Brasil e buscaram no Paraguai a sua reprodução social. Muitos buscavam no país vizinho, as condições para a reprodução de seu modo de vida, o que na maioria dos casos não foi possível alcançar tal objetivo. As dificuldades os fazem retornar para o Brasil, porém, o retorno exige destes sujeitos luta.

“É POR ISSO QUE A GENTE LUTA”: EXPERIÊNCIA E COTIDIANO NOS ACAMPAMENTOS NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI.

Um machado bueno e um três listas que não entrego
Um maço de prego, um martelo e umas lona preta
Uma caneta e um caderninho para escrivinhar
Quando a conjuntura desta luta dura
Sempre que mudava eu tinha que anotar

Tralhas de um acampado

Letra: Clodoveu Ferraz Campos

Música: Amilton de Almeida



2- “É POR ISSO QUE A GENTE LUTA”: ESPAÇOS DE LUTA E RESISTÊNCIA NOS ACAMPAMENTOS DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI.

Apresentaremos neste capítulo, a luta pela terra daqueles que se encontram acampados debaixo de lonas pretas na faixa de fronteira Brasil-Paraguai. Escolhemos dois acampamentos sendo eles: acampamento Santo Antônio, localizado na “BR-060” (Liga Bela Vista a Jardim) e o acampamento Nova Esperança II, localizado na Rodovia Federal “BR- 463” que liga Ponta Porã a Dourados.

Buscamos compreender como estes camponeses aderem à luta, quais as dificuldades encontradas; estratégias utilizadas para a sobrevivência e permanência nos acampamentos. Assim, contemplando o máximo de diversidade possível dentro da pesquisa.

Ao propomos estudar os acampamentos, nosso interesse deve-se ao fato de entendermos que o acampamento é um espaço de inúmeros conflitos, dos quais muito podem contribuir para entender a luta pela terra neste espaço geográfico.

A decisão de acampar muitas vezes é realizada por inúmeros fatores e principalmente carregada por uma gama de determinações e para muitos desses camponeses é a única saída para buscar uma vida melhor.

Entendemos que a decisão de acampar muitas vezes acaba sendo a única saída para muitas famílias, sendo a vida sob um barraco de lona a única alternativa para aqueles que sofrem pela falta de emprego, moradia, subsistência, entre outros.

O estudo de acampamentos tem a intenção de apreender o processo que se inicia, ou seja, no capítulo dois apresentamos a territorialização do assentamento. Neste capítulo, buscamos apresentar outro momento de luta dos camponeses que vivem na faixa de fronteira Brasil-Paraguai.

Para Stédile e Gorgen (1993) uma das maneiras mais decisivas de lutar pela terra é a ocupação desta, pois esta ação chama a atenção da imprensa, do governo e da sociedade. Para estes mesmos autores, normalmente, as ocupações são feitas por um grande número de trabalhadores vindos de vários municípios diferentes, ocupando um latifúndio improdutivo ou terras públicas. Colaborando para a discussão, Caldart (2000, p.114) salienta:

O acampamento trás para a nossa reflexão o sentido pedagógico do cotidiano debaixo das lonas, em situação de extrema precariedade material e, ao mesmo tempo de muita riqueza humana, seja antes ou depois de uma ocupação de terra. Um sentido que nos remete ao processo através do qual um conjunto de famílias que mal se conhecem e que, na maioria das vezes porta costumes e heranças culturais tão diversas entre si, acabam por reconhecer-se por uma história de vida comum, e em sentimentos compartilhados de medo, de dor, de fome, de frio, mas também de convívios fraternos e de pequenas alegrias nascidas da esperança de uma vida melhor, que aos poucos lhe identifica como grupo.

Dessa forma, podemos compreender o acampamento como um lugar onde os sentimentos e objetivos são compartilhados por todos. No momento do acampamento, o objetivo de todos os sujeitos envolvidos está ligado à conquista da terra. O acampamento é um momento de transição daqueles que querem ter acesso à terra, onde o objetivo central é ter um pedaço de chão.

Segundo Fernandes (2000, p. 283-284) existem três momentos que marcam o processo de ocupação, sendo eles: a) o **espaço comunicativo** que se constrói nas reuniões, nas apresentações e nas definições de objetivo; b) o **espaço interativo** – momento em que se desenvolvem processos de interação, de identificação, com trocas de experiências de vida; c) o **espaço de lutas e resistências** – quando através da ocupação os trabalhadores vêm a público e percebem a própria vida transformada.

A respeito destes espaços, verificamos através do trabalho de campo que o espaço comunicativo tem grande importância no cotidiano de um acampamento. Conforme demonstra os relatos abaixo:

Como a gente morava no Paraguai fomo bem pouco nas reunião, quando viemo já foi de vez pra fica acampado... a primeira reunião que fomo era pra sabe como era, ficamo sabendo por uns parente e resolvemo tenta porque aquela vida no Paraguai num dava mais pra nois não. . (MARILENE, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 16. 11. 2015)

O Eugênio lá do sindicato chamo pra sabe se eu não queria tentar entra no movimento. No começo, eu fiquei meio assim com esse negócio de sem-terra. Não queria pega terra que não fosse minha, aí fui nas reunião e comecei a entende que não ia pega nada que não era meu. (ANTÔNIO, Entrevista realizada no acampamento Santo Antônio, 24. 10. 2015).

Dessa forma, entendemos que os acampamentos são espaços importantes na luta pela terra, caracterizando como “espaço de luta e resistência, quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários” (FERNANDES, 1994, P.179).

Assim, o acampamento marca um período importante na vida daqueles que fazem parte deste processo. Durante o momento em que se encontram acampados, estes sujeitos vivenciam inúmeros obstáculos. Sendo o acampamento um momento decisivo, no qual marca a resistência daqueles que querem ter direito a um pedaço de chão.

Além disso, o acampamento reforça o significado e objetivos da luta pela terra. Conforme expõe Djoni Ross “[...] tanto para os acampados, como para as pessoas estranhas a essa comunidade, o acampamento é o momento decisivo para se compreender o significado da luta pela terra” (ROOS, 2007, p.57).

Em relação aos sujeitos que se encontram acampados, são um povo marcado pela luta e sacrifício, que entenderam que apenas unidos podem conquistar um pedaço de chão. Desse modo, o acampamento é um espaço que reúne trabalhadores e trabalhadoras sem-terra debaixo dos barracos de lona, enfrentando a fome, o calor, o frio, a chuva, o preconceito. Compreendemos que o ato de ocupar áreas improdutivas, é marcado pela coragem, sendo uma ação que tem como intuito dar terra para aqueles que realmente necessitam.

Podemos entender o ato de permanecer acampado, como forma de pressionar o governo, assim como tornar visível um problema social. O fato de existir acampamentos, apenas comprova a desigualdade no campo brasileiro. Enquanto poucos mantêm extensas áreas de terra, outros vivem debaixo de lonas pretas reivindicando para ter acesso a terra.

Entendemos os acampamentos como formas de enfrentamento e embates. Consideramos ainda este momento como marco da luta pela terra. É no período do acampamento, que se inicia a luta pela conquista da terra. Porém, tem continuidade no assentamento. Todavia, as ocupações de terra desencadeiam conflitos que são marcados por violência, fundando a principal característica no campo brasileiro.

Esses conflitos têm levado à morte muitos camponeses que anseiam de certa forma, pelo seu único meio de produção, a terra. Juntamente com eles são sacrificados os que se constituem como líderes sindicais, religiosos, agentes pastorais entre outros (OLIVEIRA, 2002 p.13).

Entretanto, apesar de tais violências e dificuldades, os acampados vêm buscando novas formas de resistência. Assim, a existência de acampamentos como o que iremos apresentar, colabora para afirmar que a luta pela terra existe. Sendo uma luta de classes, daqueles que querem a terra como fonte de vida, de trabalho, contra aqueles que têm a terra como negócio.

Dessa forma, entendemos a existência de acampamentos como forma de resistência frente ao avanço do grande capital. Um momento que reúne diferentes camponeses, lutando por melhores condições de vida. Constituindo uma realidade passageira, carregado pelas incertezas, pelo medo e pelas ocupações. Contudo, é também momento de esperança e luta.

Nesse sentido, no acampamento ocorrem diversos trabalhos coletivos, tais como: a participação da mulher, da juventude e de toda família. Sendo assim, um momento que envolve toda a família.

Ao reunir pessoas com diferentes origens, estes camponeses conseguem permanecer debaixo das lonas apesar das dificuldades. Promovendo inúmeras possibilidades de aprendizado, nas reuniões, nas festas, nas lutas, nas dificuldades, nas solidariedades entre eles.

Assim sendo, a união presente nos acampamentos evidencia a existência de inúmeras famílias lutando contra a desigualdade existente no campo brasileiro. É a partir da união e luta das famílias acampadas, que tem se conquistado terra neste país. Somente através do confronto que o governo busca criar assentamentos.

O acampamento é caracterizado cotidianamente por inúmeras privações, tais como: de alimentação, de saneamento básico, de moradia, de educação etc. Em virtude disto, podemos dizer que estes sujeitos partilham dos mesmos dramas e objetivos. Algo que difere dos assentamentos, pois nestes os problemas são distintos.

Assim, apesar de reunir sujeitos de diferentes localidades, o objetivo central tem ligação com a conquista da terra. Observamos semelhanças nos dramas e dificuldades daqueles que se encontram acampados. Uma realidade distinta do assentamento, pois ao conquistar a terra cada família passa a viver em um lote individual, construindo novos objetivos e vivenciando novos problemas.

Nos itens a seguir apresentaremos a luta pela terra em dois acampamentos localizados na faixa de fronteira Brasil-Paraguai. Nossa análise centrou nestes acampamentos a fim de evidenciar as estratégias daqueles que se encontram acampados neste recorte geográfico.

2.1 O acampamento Nova Esperança II

O acampamento Nova Esperança II localiza-se na Rodovia Federal “BR-463” que liga Ponta Porã a Dourados (ver figura 01) possui 123 famílias acampadas. Em seu início chegou a possuir um total de 300 pessoas. No entanto, no decorrer dos anos muitas famílias desistiram e abandonaram os barracos.

Figura 01- Localização acampamento Nova Esperança



Fonte: Google Maps

Org: Cleve, 09-12-15.

Este acampamento existe há cinco anos, tendo ligação com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As famílias deste acampamento permanecem acampadas nas margens das cercas das fazendas Paquetá. Estas propriedades pertencem à Agropecuária Paquetá Ltda. O grupo atua no ramo calçadista com indústrias no sul e nordeste do país. No município de Ponta Porã os acampados reivindicam as duas propriedades deste grupo, que juntas somam 45 mil hectares.

Segundo um acampado, existe uma dívida bilionária do grupo Paquetá com a União. Em virtude disto estes camponeses reivindicam a área na qual pertence a este grupo.

Os sujeitos que compõem o acampamento Nova Esperança são oriundos de diversos cantos do país. Sendo o acampamento uma alternativa para o retorno à terra.

Encontramos neste acampamento famílias que por meio desta luta constante por um pedaço de chão, foram forçadas a ir para o Paraguai. Entretanto, muitos acabam retornando para o Brasil inserindo-se em acampamentos como forma de retornar à terra. Conforme aponta o acampado Fabrício:

Eu nasci no Paraná, aí meu pai cismô que tínhamos que ir morar no Paraguai. Aí foi toda a família pra lá. No Paraguai era só sofrimento, não tinha escola, a saúde então nem se fala, tudo era ruim... Eu casei e não dava pra continuar lá com a minha família, eu sempre tive o sonho de volta, sempre quis estudar e poder dar estudo pros meus filhos. Não queria que eles ficassem assim que nem eu e meus irmão, sem estudo. Aí fiquei sabendo do acampamento e resolvemo deixar o Paraguai, se tamo aqui é por causa dos nossos filhos quero dar pra eles o que não pude ter (FABRÍCIO, Entrevista 15.11.2015).

Dessa forma, podemos compreender o acampamento Nova Esperança II possui certas especificidades, que o caracteriza como um acampamento de fronteira. Em virtude de englobar pessoas de diferentes localidades, assim como contar com a presença de brasiguaios.

Somente em acampamentos localizados na fronteira Brasil-Paraguai, que iremos nos deparar com histórias de pessoas que buscaram no Paraguai o retorno à terra. Assim, como o senhor Fabrício, a senhora Marilene relata o momento em que sua família passou no Paraguai.

A gente morava no Paraguai e tínhamos um pedaço de terra, só que não era nosso... a gente veio embora porque lá sofríamos muito preconceito e era ameaça todo dia. Aí decidimo largar tudo, pelo menos aqui ainda temos esperança de ter algo que vai ser nosso. (MARILENE, Entrevista 16. 11. 2015)

Nesse sentido, o estudo de acampamentos na fronteira, evidencia particularidades que só encontramos neste recorte geográfico. Além disso, normalmente os acampamentos por si só agrupam sujeitos distintos.

Nos acampamentos localizados na faixa de fronteira, encontramos sujeitos despossuídos de qualquer documento que os considere brasileiros. É nos acampamentos próximos da fronteira, que deparamos diversas culturas, origens e trajetórias de vida convivendo lado a lado. É possível encontrar sujeitos oriundos do nordeste, sudeste e daqueles que residiram no Paraguai. Todos vivenciando os dramas da vida de acampado, lutando diariamente em busca do retorno à terra e uma vida mais digna.

Assim, o período do acampamento, muitas vezes é marcado pela carência e preconceito daqueles que não compreendem a luta destes sujeitos, mas também é espaço de resistência e esperança. Colaborando para esta discussão, dona Elenir fala:

Aqui a maior dificuldade é a comida, a última cesta que recebemo veio até Campo Grande, aí tivemos que ir lá buscar por conta própria... a última vez que recebemos foi em abril e depois nunca mais veio. (ELENIR, Entrevista 16. 11. 2015).

A figura 02 ilustra disponibilidade e necessidade de doações, pois conforme relata dona Elenir os acampados não recebem a cesta básica desde o mês de abril de 2015. E nossa entrevista foi realizada em novembro de 2015.

Figura 02: Placa de doações do acampamento Nova Esperança II



Fonte: CLEVE, nov. 2015.

O relato de dona Elenir, mostra um dos dramas vividos pelos sujeitos que se encontram acampados. A má alimentação não é um problema exclusivo do acampamento Nova Esperança II, pois muitos acampamentos sofrem desta mesma dificuldade. Outro problema relatado por esta acampada tem ligação ao preconceito que sofrem, pelo fato de estarem acampados.

[...] A humilhação eu já to acostumada a lidar, no ônibus mesmo eu escuto o povo falando e já nem ligo mais... O povo fala que somo vagabundo só que nunca entraram num acampamento pra sabê, nois somo gente honesta e tamo lutando por um direito nosso. (ELENIR, Entrevista 16. 11. 2015).

Embora, exista estas representações que desqualificam o sujeito que encontra-se acampado, é válido apontar que por parte dos acampados existe um repúdio ao preconceito que sofrem.

Como relatado, dona Elenir externaliza que no acampamento são trabalhadores, que estão lutando por sobrevivência. Lutam por melhores condições de vida. O acesso à terra é a garantia de vida melhor para as famílias. Muitos dos sujeitos que estão acampados abdicaram da vida que possuíam.

Foi possível encontrar tanto no acampamento Nova Esperança II quanto no Santo Antônio, histórias de venda de imóveis, automóveis e gado. Sendo estas vendas realizadas com o intuito de manterem-se acampados. Conforme aponta o relato abaixo:

Eu tinha uma casa em Amambá e cobrava uns duzentos de aluguel... o tempo foi passando e nois viemo pra cá bem no começo né, aí ano passado não tivemo outro jeito e vendemo a casa, porque a gente tem que comer, né? [...] se Deus quiser nois vamo ter uma casa de novo (BENTO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 15. 11. 2015).

A partir das atitudes apontadas no relato acima, podemos compreender quais são as prioridades destes sujeitos que encontram-se vivendo debaixo de lonas nas rodovias deste país. Assim como evidencia que estes necessitam do essencial para se manterem acampados.

Percebe-se que tal atitude também ocorre com aqueles que deixaram o Paraguai; mas para retornarem tiveram que abdicar de laços familiares, cujo contato se torna raro,

quando não é o caso de perder totalmente o contato com os parentes, como aponta o acampado Renato:

Quando fiquei sabendo desse acampamento eu peguei e vim embora do Paraguai, deixei meus irmão e minha mãe lá... nunca mais vi eles e isso dói demais, a saudade deles é ruim. [...] Tudo que mais eu queria nessa vida é vê eles, só que num posso sai daqui pra procura eles... Eu vim pra cá pra poder dar uma vida melhor pra eles e só saio daqui quando consegui. (RENATO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 15. 11. 2015)

O relato deste acampado aponta as dificuldades daqueles que vivenciam o ir e vir da fronteira. Este rapaz é um jovem que deixou a família no Paraguai, em busca de um objetivo: conquistar um pedaço de chão, mas também: educação, saúde, alimentação e melhorar de vida.

Nesse sentido, entendemos que inúmeros são os problemas que enfrentam no cotidiano dos acampamentos. É no acampamento, que deixam toda uma vida para trás, enfrentando privações, na expectativa de conquistarem terra, moradia e trabalho.

A história destes trabalhadores são exemplos de luta e perseverança, na qual revelam uma vida marcada por uma espera incerta, por um sonho que muitas vezes pode demorar a se concretizar. Nesse sentido, buscamos analisar dois acampamentos na faixa de fronteira Brasil-Paraguai, pois dessa forma nossa análise contemplou diferentes formas de resistir neste espaço fronteiriço.

2.2 O acampamento Santo Antônio

O acampamento Santo Antônio localiza-se na “BR-060” que liga Bela Vista a Jardim (ver figura 03). Possui 65 famílias sendo que no início da ocupação, contava com 85 famílias.

Figura 03- Localização acampamento Santo Antônio

Fonte: Google Maps

Org: Cleve, 09- 12- 2015.

Este acampamento existe há quatro anos, tendo ligação com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI). As famílias deste acampamento permanecem acampadas nas margens da cerca da fazenda Costa Perón, estando localizados próximos a BR-060 que liga o município de Bela Vista-MS a Jardim-MS.

As famílias do acampamento Santo Antônio em grande parte são oriundas do município de Bela Vista. Neste acampamento, não encontramos nenhum brasiguaião. Existem algumas famílias dos municípios de Jardim e Antônio João.

Os acampados relatam que o intuito da ocupação é pressionar o INCRA e o Governo Federal para adquirir terras na região e realizar projetos de assentamentos para as famílias sem-terra. Conforme aponta o senhor Aristides:

Quando a gente montou esse acampamento aqui, os fazendeiro da região ficaram tudo com medo (risos). Falaram que o prefeito que tava organizando o movimento que só tava fazendo isso pra ganha nosso voto. O prefeito fez a gente sai do acampamento e fica lá no ginásio, só que a gente nunca quis ocupar terra de ninguém... a gente sempre quis pressionar o governo pra fazer

assentamento aqui na região. (ARISTIDES, Entrevista realizada no acampamento Santo Antônio, 24. 10. 2015).

Segundo o relato percebe-se que os acampados inicialmente foram obrigados a deixar o acampamento entretanto, retornaram para o mesmo local, onde permanem até o momento. Os relatos abaixo expõem a situação:

[...] Tivemo que ficar no abrigo que o prefeito mandô. Na época nois tinha mais gente, aquele ginásio era apertado pra todo mundo num dava pra fica lá não...Colocaram a gente naquele lugar por causa dos fazendeiro que ficaram tudo revoltado, é normal isso deles ficarem assim quando monta um acampamento, né. A gente desde o início agiu na paz, nunca quisemo invadi terra de ninguém. [...] ficamo um tempo lá no ginásio pra não ter briga né, só que num aguentamo e voltamo pra cá (ELIZA, Entrevista realizada no acampamento Santo Antônio, 24. 10. 2015).

Ah... isso foi bem início que montamo o acampamento que vieram tentar acaba com nossa luta... A polícia chegou aqui e fizemo o acordo de ir lá pro ginásio. Pedimo duas horas pra pegar nossas coisas, só que em questão de minuto os funcionário da fazenda vieram derrubando tudo. [...] trataram a gente pior que bicho se tamo aqui é porque tamo lutando por um direito nosso. (ARISTIDES, Entrevista realizada no acampamento Santo Antônio, 24. 10. 2015).

Os dois relatos revelam os objetivos destes sujeitos. Embora tenham sido expulsos do acampamento em que estavam, o grupo de famílias do acampamento Santo Antônio retorna para o mesmo local. Refazem os barracos e voltam para a luta.

O relato do senhor Aristides manifesta a violência com que o funcionário da fazenda Dois-Rios os trata. Assim, como o que ocorreu com estes sujeitos, inúmeros são os casos de violência, agressões físicas e até mesmo assassinatos contra camponeses. É em meio a este cenário marcado pela violência que estes sujeitos tem lutado diariamente. Conforme ressalta Stédile, (1998, p.29):

Os conflitos sociais no campo tendem a aumentar, como consequência natural da enorme contradição que existe em nosso país: de um lado, vastas extensões de terras inaproveitadas e apropriadas por latifundiário; de outro, enormes contingentes populacionais de trabalhadores que sabem e podem trabalhar a terra, mas são impedidos de fazê-lo.

Nesse sentido, entendemos que tais conflitos tem “ raiz na estrutura econômica brasileira, ou seja, na própria dinâmica de desenvolvimento do modo capitalista de produção monopolista em território brasileiro” (OLIVEIRA, 1997, p.107).

O despejo destas pessoas do acampamento Santo Antônio, assim como a forma truculenta utilizada pelo proprietário, revela aquilo que predomina na elite agrária brasileira. Utilizam de inúmeras práticas violentas a fim de continuarem mantendo seus privilégios, em nome disso vale até o assassinato de pessoas inocentes.

Podemos compreender a partir deste fato, que o acampamento Santo Antônio assemelha-se a muitos presentes no estado do Mato Grosso do Sul, assim como aos existentes no Brasil. O que muda é a composição dos sujeitos que fazem parte do acampamento.

No acampamento Nova Esperança II, os camponeses reivindicam as fazendas do grupo Paquetá. Já no acampamento Santo Antônio os acampados não reivindicam uma área específica, porém eles possuem um objetivo em comum: a conquista da terra.

Dessa forma, podemos dizer que as histórias destes camponeses se cruzam a partir do momento que ocorre o enfrentamento. Desse modo, o retorno das famílias do acampamento Santo Antônio para a área da fazenda é um exemplo de enfrentamento contra aqueles que não querem a reforma agrária. O fechamento de rodovias por meio dos acampados também é exemplo de luta, porém a existência de acampamentos são formas mais duradouras de resistência dos camponeses.

Entendemos que as formas de resistência utilizadas pelos acampados em faixas de fronteira, assemelham-se àquelas presentes em outros acampamentos. Verificamos por meio das entrevistas, que as violências no campo são praticadas por uma elite agrária detentora de grandes extensões de terras, que busca através de meios não pacíficos manter privilégios e concentrar terras e renda.

Assim, a existência de acampamentos incomoda a elite agrária, pois comprova que embora exista a concentração de terras, existe um grande número daqueles que querem ter acesso a terra.

Todo esse processo de luta enfrentado por estes sujeitos revela o quão importante é o acampamento no que diz respeito à luta pela terra. É no espaço do acampamento que encontramos pessoas de diversos lugares, diversos sotaques e diferentes trajetórias, unindo-se em torno de um objetivo. Conquistar um pedaço de chão.

Portanto, os acampamentos localizados na faixa de fronteira possuem certas especificidades, porém o objetivo central assemelha-se de acampamentos localizados em outros locais. A seguir veremos como estes sujeitos aderem o acampamento, o cotidiano destas pessoas e as dificuldades enfrentadas no acampamento.

2.3 A luta por um pedaço de chão: a adesão de trabalhadores aos movimentos sociais de luta pela terra

As famílias que buscam a ocupação de terras, deixam toda uma vida para trás, assumindo uma nova condição. A ocupação de terras, não é uma tarefa fácil. É necessário uma articulação entre os sujeitos para a concretização de um acampamento. Nesse sentido torna-se necessário compreender a adesão destas pessoas aos movimentos sociais de luta pela terra. Segundo Falchi (2007, p.106):

Ao aderirem aos movimentos, muitos desses sujeitos deixam casas, escolas, vizinhos, amigos, família e trabalho; são rupturas que, em muitos casos, não se pode reatar; são mudanças que transformam o mundo de sociabilidade desses sujeitos. Essa adesão envolve, além de questões práticas, como a mudança de espaço, questões relacionadas aos referenciais, aos princípios, à constituição de uma identidade de sem-terra.

Segundo Elizabeth Teixeira representante do acampamento Santo Antônio, este foi pensado e articulhado entre três pessoas. Já o acampamento Nova Esperança II foi pensado em um total de cinco pessoas. Vale ressaltar que ambos os acampamentos possuem ligações distintas com movimentos sociais de luta pela terra. Dessa forma, as estratégias e a organização no acampamento diferem-se.

No caso do acampamento Santo Antônio, as famílias foram escolhidas por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Primeiramente a coordenação do movimento buscou através do sindicato local trabalhadores que estariam dispostos a lutarem. Posteriormente buscaram o apoio da FETAGRI.

A adesão dos trabalhadores no acampamento Nova Esperança II ocorreu da mesma forma. Vale ressaltar que o acampamento Nova Esperança II é ligado à CUT, na qual assemelha com a forma que a FETAGRI congrega e organiza as famílias em seus acampamentos. A respeito da atuação da CUT e da FETAGRI em acampamentos, Falchi (2007, p. 111) salienta:

A FETAGRI e a CUT fazem um trabalho de mediação entre coordenadores de acampamento e presidentes de sindicatos com órgão estaduais, INCRA, Secretaria de Segurança Pública. Cabe ainda a esses mediadores a reivindicação para a viabilização de cestas básicas e desapropriação de áreas junto ao governo estadual e ao INCRA.

Assim, tanto a FETAGRI quanto a CUT buscam parceria com o sindicato local, com o intuito de congregarem pessoas para a ocupação de áreas. No acampamento Santo Antônio as famílias que o compõem foram escolhidas através do sindicato, assim como ocorreu no acampamento Nova Esperança II.

Entretanto, o objetivo dos acampados do acampamento Santo Antônio não visam uma propriedade em especial. Enquanto os sujeitos do acampamento Nova Esperança II, lutam para a desapropriação da Fazenda Paquetá.

Entendemos que as reuniões que antecedem as ocupações, podem ser vistas como espaços de formação política, pois é durante este período que decide-se de fato quem irá participar da luta.

Sobre o modo de ocupação destes sujeitos, podemos verificar através dos relatos a existência do medo dos fazendeiros, pois estes podem impedir o processo de ocupação. Em virtude disto, a articulação e reuniões que antecedem a ocupação, são fundamentais no processo de um acampamento. Conforme vemos nos relatos abaixo:

[...] Nois tivemo que manter tudo em segredo, a gente só se comunicava nas reunião com a coordenação e não podia vaza nada... se os fazendeiro ficasse sabendo não ia da certo nossa ocupação e ia acaba em violência. (BENTO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 15. 11. 2015)

A primeira vez que a gente monto acampamento deu errado porque os fazendeiro da região ficaram sabendo, saíram espalhando que o movimento tava trazendo mais de mil pessoas pra fica acampando... falaram até que era o prefeito que tava trazendo pra poderem votar nele (risos). Aí os fazendeiro se reuniram com o prefeito e tiraram nois e levaram pra aquele ginásio. [...] A gente se articulo e volto a montar barraco, só que aí o movimento perdeu força porque muitos não quiseram mais. (ANTÔNIO, Entrevista realizada no acampamento Santo Antônio, 24. 10. 2015).

Podemos perceber através dos dois relatos acima, que os sujeitos tem a preocupação que as ocupações sejam pacíficas e sem o confronto violento com aqueles que não desejam a reforma agrária neste país.

Verificamos que no caso do acampamento Nova Esperança II, os sujeitos conseguiram ocupar a área e montar o acampamento. O mesmo não aconteceu com o acampamento Santo Antônio, pois os fazendeiros da região souberam da ocupação e buscaram maneiras de impedir. Entretanto, os acampados retornam para o acampamento e permanecem até o presente momento.

Dessa forma, o estudo sobre acampamentos rurais permite analisar uma realidade em constante movimento. Hoje estes camponeses podem estar nas margens da rodovia, mas amanhã podem ser despejados. Em virtude disto, entendemos que não poderíamos deixar de lado essas histórias que configuram o campesinato na fronteira entre o Brasil e Paraguai.

A realidade dos assentamentos evidencia os dramas daqueles que já conquistaram a terra, enquanto o estudo sobre acampamentos contribui para o entendimento sobre quem são os sujeitos que estão acampados na faixa de fronteira Brasil-Paraguai. Assim, compreender a maneira que estes sujeitos aderem à luta se faz importante para compreendermos os motivos que os levam a lutar pela terra neste recorte geográfico.

O momento em que estes sujeitos planejam a ocupação é marcado por incertezas, muitas pessoas relataram que as primeiras reuniões sobre a ocupação “*só pra ver como que era*”.

Verificamos a partir das entrevistas que estes sujeitos possuíam insegurança em relação a ocupações de terras. No imaginário o sem-terra é tido como aquele sujeito que ocupa aquilo que não o pertence. E isso amedronta inicialmente as primeiras discussões sobre a ocupação. Entretanto, uma área só é ocupada após um levantamento sobre possíveis desapropriações junto aos órgãos competentes.

O processo que antecede a ocupação é marcado por reuniões, conscientização e um trabalho de base com aqueles que permaneceram acampados. A respeito deste processo Falchi (2007, p. 114): salienta:

Nas primeiras reuniões, os sujeitos com mais espírito de transformações, mais questionadores, que se destacam nas discussões, são logo escolhidos

como coordenadores de grupo e passarão a ter também funções de responsabilidade quando o acampamento se efetivar.

Nesse sentido, o acampamento é um momento importante no processo de luta pela terra. É a partir das primeiras reuniões sobre a ocupação que se cria o espaço comunicativo, que os camponeses passam a ter uma base para formação política. Entretanto, a adesão dos trabalhadores da CUT e FETAGRI difere da do MST, conforme aponta Falchi (2007, p. 117) “ não visa a construção de um espaço de formação política e consciência de classe”.

Nos acampamentos da CUT e FETAGRI existem certas especificidades que não encontraremos naqueles organizados pelo MST. Por exemplo, nos acampamentos que são organizados pela CUT e FETAGRI é possível os acampados passarem a semana trabalhando na cidade e apenas visitarem o barraco aos finais de semana, assim como visitar mensalmente. Um fato que não encontramos com tanta frequência em acampamentos do MST, pois a presença nos barracos é essencial para este movimento.

Em relação a tais diferenças os acampados, apontam suas perspectivas sobre o entendimento destes movimentos:

Com a CUT num tem violência, o MST só quer causá confusão e num dá pra ser assim com criança, né? Tem que entender que tem a família e num podemo corre risco. [...] eles querem que a gente num saia do lote e assim num dá né, eu num ia aguenta porque como eu ia compra comida pros meu filho? (GETÚLIO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 15. 11. 2015).

O povo do MST acha que se você entra no acampamento não pode sair mais de lá, não é porque tá no acampamento que tem que viver o tempo todo lá e morre de fome... chamam a gente de pelego só que a gente num quer mais conflito e tanta gente morrendo. (ELIZA, Entrevista realizada no acampamento Santo Antônio, 24. 10. 2015).

Cada movimento tem uma linha, o jeito que a CUT trabalha é de forma pacífica. O jeito que o MST trabalha todo mundo sabe como é, nós da CUT não queremos guerra igual o MST faz. [...] as pessoas não ficam no acampamento só que nós temos nossas normas também, cada um tem que pagar R\$ 5,00 reais pra ajudar os que tão coordenando, o dinheiro é usado pra

pagar as viagens quando precisa negociar alguma coisa. (LUIZ, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 16. 11. 2015).

A partir destes três relatos podemos compreender que a forma de organização do acampamento Nova Esperança II e Santo Antônio se assemelham no quesito trabalho. Em virtude de encontrarmos nestes dois acampamentos a não obrigatoriedade de permanecer fielmente todos os dias no barraco. Uma característica que difere de acampamentos organizados pelo MST.

Os movimentos sociais de luta pela terra tem importância no cotidiano das famílias que encontram-se acampadas, conforme os relatos abaixo:

Na minha opinião pra mim é bom ter o movimento aqui dentro do acampamento, eu tava sem documento porque vim lá do Paraguai... aí o pessoal da coordenação me ajudou a arrumar os documentos e isso é bom, né? (FABRÍCIO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II 15.11.2015)

Nois aqui temos ligação com a CUT, a Beth é nossa coordenadora e tudo que é dúvida a gente tira com ela. É muito bom porque assim nois não fica perdido... ela chega e fala “fulano precisa tirar tal documento” e nois vamos lá e fazemos. (ELIZA, Entrevista realizada no acampamento Santo Antônio, 24. 10. 2015).

Entendemos a partir destes relatos que os movimentos sociais de luta pela terra tem um papel fundamental no que diz respeito à permanência destes sujeitos no acampamento.

Verificamos, através das entrevistas que os acampados entendem como um fator positivo a ligação com tais movimentos, pois quando precisam de informações recorrem aos coordenadores do movimento responsável para solucionar tais questões.

Assim, podemos compreender que a adesão destes trabalhadores aos movimentos sociais de luta pela terra ocorre em virtude de inúmeros aspectos. Cada sujeito busca viver no acampamento por algum fator, entretanto o objetivo central é a conquista da terra.

Entendemos que embora cada acampamento analisado possua ligação com um movimento social de luta pela terra, existe algo que não irá os diferir. O acampamento Santo Antônio possui ligação com a FETAGRI e o Nova Esperança II com a CUT,

porém o objetivo central dos sujeitos que fazem parte nestes acampamentos é conquistar terra.

Nesse sentido, os sujeitos buscam ligação com tais movimentos, pois entendem que a presença de um movimento social de luta pela terra pode contribuir para a permanência no acampamento.

É válido apontar que o motivo que leva aos camponeses a aderirem aos movimentos sociais de luta pela terra, envolve uma série de elementos, tais como: problemas financeiros, familiares e habitacionais. Cada sujeito possui uma história de vida diferente, entretanto, a decisão de aderir um movimento social de luta pela terra cruza as diferentes trajetórias de vida, unindo em prol de um único objetivo: a conquista de um pedaço de chão.

Portanto, é necessário entender que é nos primeiros contatos com os movimentos que passa a surgir a identidade de sem-terra. Como foi apresentado, as primeiras reuniões são marcadas pela curiosidade e insegurança daqueles que posteriormente serão acampados.

A decisão destes sujeitos em participarem de ocupações de terras é marcada por incertezas, pois muitos não compreendem o ato de ocupar. Assim, ao tomarem tal decisão, iniciam uma nova vida, na qual é marcada por inúmeros problemas. Em virtude disto, apresentaremos a seguir o cotidiano destas pessoas no acampamento.

2.4 O cotidiano de quem mora debaixo das lonas na faixa de fronteira Brasil-Paraguai.

O cotidiano dos sujeitos que vivem um acampamento rural é marcado por inúmeras privações. Ao ocuparem uma área, assumem uma nova condição de vida. Na qual é marcada desde o início por dificuldades em vários aspectos.

Durante as pesquisas de campo deparamos com acampados passando fome, assim como a existência de sujeitos que deixaram toda uma vida para trás ou aqueles que já encontravam-se em situações de vulnerabilidade na cidade.

No acampamento Nova Esperança II, foi identificado um número maior de famílias vivendo sob os barracos, sendo um dos principais problemas enfrentados pelos acampados a falta de alimento, conforme o relato abaixo demonstra:

[...] Já tem tempo que não vem cesta pra nois, só tenho comido fubá porque é a única coisa que tenho aqui... é muito difícil ter que fica dependendo da cesta pra viver, por isso a gente pede doação. (RENATO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 15. 11. 2015)

O relato acima evidencia um problema muito comum enfrentado nos acampamentos rurais, a má alimentação que estes sujeitos tem enfrentado cotidianamente. Verificamos que no acampamento Nova Esperança II além de sofrerem com a falta de alimento, os acampados queixam-se da qualidade da água. Muitos dos sujeitos que compõem este acampamento já ficaram doentes devido a falta de tratamento da água.

Estes problemas de falta de tratamento de água e má alimentação também foi verificado no acampamento Santo Antônio, nesse sentido entendemos que tais dificuldades não seja exclusividade destes acampamentos. Compreendemos, que em muitos casos a vida sob barracos será acompanhada pela má alimentação.

Assim, o cotidiano destas pessoas não é fácil, além de tais problemas devemos levar em consideração que estes sujeitos ao resolverem viver em um acampamento rompem laços familiares e de amizade. Ao aderirem uma ocupação mudam completamente a vida para debaixo de lonas, levando pertences, animais, móveis e passam a viver uma nova vida, muitas vezes acompanhada de privações.

Entretanto, muitas vezes a vida no acampamento não difere para aqueles sujeitos que viviam nas periferias da cidade, ou mesmo em terras de outros. Nos acampamentos analisados encontramos vários pontos de vistas sobre o cotidiano, conforme os relatos abaixo:

[...] Eu já to acostumado com essa vida aqui de acampado, quando eu trabalhava nas fazenda tinha que fica acampado também... pra mim quase não mudo muita coisa, só que pra minha família é muito ruim. A lona é quente quando bate o sol e de noite pega muito sereno, meu filho fica doente direto por causa do sereno que bate aqui... Pra mim que já to acostumado é normal só que tem gente que num guenta isso aqui e vai embora. Tem que ter força de vontade mesmo pra vive acampado. (GETÚLIO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 15. 11. 2015).

A vida aqui é melhor do que lá no Paraguai, aqui a gente passa dificuldade só que é diferente... pelo menos aqui a gente recebe a cesta do governo e lá no

Paraguai que nós não era nada? Pra mim é melhor tá aqui nessa lona do que lá onde num querem nós. (FABRÍCIO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 15. 11. 2015).

Agora num tá tão difícil, só que o começo é sempre mais difícil, né? Bom.. bom mesmo num tá. Só que a gente vai dando um jeito aqui e ali... o importante é tá com saúde pra aguenta. (ELIZA, Entrevista realizada no acampamento Santo Antônio, 24. 10. 2015).

A partir destes três relatos, podemos constatar que o dia-a-dia no acampamento é marcado por dificuldades. Entendemos que o início de uma ocupação é marcada por uma fase de adaptação, ou seja, conforme aponta a senhora Eliza “o começo é sempre mais difícil”. É devido a falta de adaptação a nova vida que muitos acampados acabam desistindo no meio do caminho.

[...] **O que levou essas pessoas a desistirem?** Eu acho que foi por causa da vida sofrida, falta muita coisa aqui e tem gente que não aguenta o tranco mesmo... Mas esses aí que abandonaram o barraco não tão melhor que nós não. (ARISTIDES, Entrevista realizada no acampamento Santo Antônio, 24. 10. 2015).

Nesse sentido o cotidiano de um acampamento carrega histórias de resistência, mas de esperança, pois as pessoas que compõem este lugar vislumbram que a partir daí mudaram de vida e de moradia. Conforme demonstra o relato abaixo:

Muita gente desiste, só que eu não posso desisti... Não tenho profissão e nem estudo, o único jeito de dá alguma coisa pra minha família é ficando aqui. Eu não sei até quando vo ter que fica aqui, só sei de uma coisa... só saio daqui quando ganha essa tal terra. (FABRÍCIO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 15. 11. 2015).

Compreendemos que o período do acampamento, na maioria da vezes, dura mais que o esperado. Durante esse tempo, pessoas desistem da luta, ficam doentes, passam fome, vendem o pouco que tem para permanecer no barraco.

Entretanto, é durante este momento marcado por inúmeras privações que ocorrem lutas, resistência e sonhos. O relato de Fabrício, comprova que apesar das dificuldades no cotidiano de um acampamento, a esperança de conquistar algo para

família permanece muito viva. Sendo o impulso e motivação para permanecer vivendo debaixo da lona preta.

Para driblar tais adversidades, os acampados vão construindo estratégias para permanecer em seus barracos. Verificamos nos acampamentos estudados, a criação de animais como porcos e galinhas, assim como a plantação de pequenas hortas e plantas medicinais. Os acampados buscam através de tais criações e plantações ter o alimento para suas famílias permanecerem no lote.

Dessa forma, torna-se necessário compreender que a criação de animais e plantações é uma das estratégias destes sujeitos, pois as cestas básicas oferecidas pelo governo são insuficientes e esporádicas. Notamos que a solidariedade no compartilhamento e na ajuda entre eles se constrói nas dificuldades do dia-a-dia.

Embora, os alimentos nos acampamentos sejam racionados e estes sujeitos não possuam muito o que partilhar, notamos a existência da solidariedade entre as famílias. É muito comum um acampado partilhar de alimentos com as famílias vizinhas, ou a troca entre as famílias. O relato abaixo contribui para o assunto:

[...] Eu cheguei e num tinha nada pra comer aí o pessoal do acampamento que ajudo dando comida, se não fosse o pessoal daqui eu taria morrendo de fome. (RENATO, Entrevista realizada no acampamento Nova Esperança II, 15. 11. 2015)

O relato deste acampado demonstra a solidariedade existente nos acampamentos, este sujeito saiu do Paraguai e ingressou na luta pela terra no acampamento Nova Esperança II. Depossuído de qualquer tipo de ajuda, sem ter a quem recorrer encontrou no acampamento pessoas que contribuem para a sua luta em busca de um pedaço de chão.

Desse modo, viver no acampamento é partilhar desse espaço interativo onde se enfrenta diariamente as dificuldades impostas. Além disso, é compartilhar dramas e problemas com pessoas de diferentes lugares, é espaço de luta e resistência.

Encontramos nos acampamentos analisados outras necessidades além da alimentações como por exemplo, a educação das crianças. O cotidiano das crianças acampadas, tem como rotina o brincar, buscar água e lenha e para aqueles mais velhos, cuidar dos irmãos mais novos. Assim, o ato de estudar muitas vezes se faz apenas no ambiente escolar.

Nos dois acampamentos analisados a educação fica a cargo dos municípios. As crianças são levadas por um ônibus escolar diariamente. Verificamos que nos dois acampamentos não há uma escola no interior de tal espaço.

Foi possível encontrar nestes dois acampamentos um dia-a-dia marcado pelo imprevisto e por precárias condições sanitárias e de higiene. Entendemos que a falta de boas condições de higiene é algo muito comum no que diz respeito aos acampamentos, mesmo que os acampados busquem organizar e evitar as precárias condições, acaba sendo inevitável.

Dessa forma, muitos dos sujeitos acabam tendo problemas de saúde no acampamento. São inúmeros os fatores que acarretam tais problemas, a má alimentação, a falta de tratamento da água, a exposição ao frio intenso.

Assim sendo, o cotidiano daqueles que estão acampados na faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai é marcado por privações e problemas de diversas ordens, tais como: saúde, alimentação e moradia.

Entretanto, encontramos exemplos de solidariedade nos acampamentos, pessoas dividindo alimento com aqueles que nada possuíam. União em prol de um objetivo, assim como uma organização que se preocupa com o bem estar de todos que fazem parte desse espaço.

Nesse sentido, entendemos que as manifestações, passeatas e fechamentos de rodovias que muitas vezes são transmitidas pelos meios de comunicação como atos violentos é uma grande falácia. Tais atos são utilizados como estratégias de luta, com intuito de pressionar o governo e ganhar visibilidade na sociedade. É necessário compreender que por trás de tais atitudes encontram-se pessoas que vivem situações de extrema precariedade. Lutando diariamente para permanecerem sob barracos de lona preta.

Ao propormos estudar a luta pela terra na fronteira, não poderíamos deixar de lado a luta dos camponeses que se encontram nesta situação de transitoriedade. Desse modo, o estudo de acampamentos teve como objetivo apresentar as estratégias daqueles que lutam em acampamentos nesta fração do território.

Foi possível através do estudo sobre acampamentos encontrar sujeitos brasiguaios, que vivem o dilema de cruzar as fronteiras. Sendo estes sujeitos presentes nos assentamentos analisados.

Estudar acampamentos proporcionou trazer para este trabalho diferentes espaços de luta e resistência daqueles que encontram-se acampados na faixa de fronteira Brasil-

Paraguai. Encontramos nestes acampamentos pessoas oriundas de diversos lugares, assim como pessoas que buscaram viver no Paraguai e não obtiveram êxito.

Portanto, o cotidiano daqueles que lutam sob barracos de lona na faixa de fronteira Brasil-Paraguai é marcado por incertezas, dificuldades e privações. Lutando não apenas por de pedaço de chão, mas uma vida melhor que possibilite suas famílias a garantia de trabalho e moradia.

**PERMANECER NA TERRA: ASSENTAMENTOS RURAIS
NA FAIXA DE FRONTEIRA COM O PARAGUAI**



3- PERMANECER NA TERRA: ASSENTAMENTOS RURAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA COM O PARAGUAI

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem (MARTINS, 1991, p. 55).

Abordaremos neste capítulo as diferentes formas de organização presentes nos assentamentos Itamarati, Corona e Tupanceretan. Assim como as estratégias utilizadas pelas famílias para permanecer na terra.

Entendemos que o assentamento representa a territorialização da luta camponesa. É também o ponto inicial, no qual marca um processo contínuo de luta para a sobrevivência dos assentados e permanência na terra.

Iniciar um debate sobre assentamentos rurais é abrir uma discussão profunda, abrangente e diversificada, pois se pode entender um assentamento através de vários fatores, tais como: relação entre o Estado e os movimentos sociais, produção, ensino, gênero, modos de produzir, afinal, existem várias possibilidades de pesquisar um assentamento.

O termo assentamento rural se refere ao local onde as famílias serão instaladas para que possam utilizar a terra para sobrevivência de suas famílias e a permanência no campo. A respeito dos assentamentos, Simonetti (1999, p. 70-71) salienta que:

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico.

Dessa forma, a conquista dos assentamentos é a materialização da luta pela terra dos camponeses. Assim, os assentamentos rurais fazem parte de um processo de disputa territorial, cuja conquista garante a reprodução do modo de vida camponês. Segundo, Fernandes (1996, p.181):

A territorialização da luta pela terra é compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais... assim a territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar.

A criação de assentamentos rurais não tem significado, nesse sentido, a reforma agrária, pois não tem alterado a estrutura fundiária brasileira. Entendemos a reforma agrária a partir da distribuição da propriedade da terra, porém no Brasil ainda não ocorreu de fato uma transformação na estrutura agrária.

Assim, os assentamentos rurais apenas minimizam a real necessidade, no caso uma ampla reforma agrária no campo brasileiro. Nesse sentido, compreendemos que os assentamentos criados no Brasil são resultado concreto da luta dos camponeses no campo.

Desse modo, ao mesmo tempo em que se criam assentamentos rurais ocorre um processo contraditório. Enquanto uma família consegue ser assentada, outras duas ou três lutam na beira das rodovias por terem sido expropriadas ou caminham em direção às periferias da cidade.

E nesse processo contraditório, muitas das desapropriações para projetos de assentamentos, ainda acabam possibilitando ao latifundiário comprar uma área maior do aquela que foi transformada em assentamento. A respeito da forma como ocorre a distribuição de terra no Brasil, entendemos que apesar da grande desigualdade, os assentamentos se fazem presentes no meio rural do país.

Muitos assentamentos estão localizados em terras com pouca fertilidade. Porém, o que antes se concentrava na mão de apenas uma pessoa, transforma-se em uma nova realidade. Dando lugar a um espaço de morada e trabalho para várias famílias.

De tal modo, o assentamento é uma fração do território conquistado. Entretanto, não marca o fim da luta, pois depois da terra conquistada os problemas não acabam. A

luta começa a ser pela melhoria da estrada com buracos, escola dos filhos, ônibus escolares e inúmeros outros fatores.

O camponês possui um modo de vida que o caracteriza, tendo como base para identificá-los a terra, família e trabalho. Para Woortmann (1990), terra, família e trabalho são, nas sociedades camponesas, categorias centrais e interdependentes: “nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p.23).

É necessário dizer que estas questões diferem os camponeses do capitalista. Para o capitalista a terra não tem relação com a família e com o trabalho. A terra é vista como mercadoria, enquanto para o camponês a terra não é um simples objeto de mercadoria. É um instrumento de reprodução da vida.

Nesse sentido, Moura (1986) fala do camponês como o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza, através de um conhecimento do tempo e do espaço profundo que já existia antes daquilo que convenciamos chamar de ciência. A autora descreve o camponês de diferentes maneiras. Uma delas é como cultivador de pequenas extensões de terra, as quais controlam diretamente com a família. Esta visão identifica a condição camponesa com o controle direto sobre a terra onde habita e produz.

Diante de tais questões, entendemos o campesinato como classe social que resiste e se reconstrói em meio às contradições existentes no campo brasileiro. Dessa forma, vale apontar o que Thompson (1987, p.10) entende por classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.

Colaborando para a discussão, Shanin (1979, p.228) aponta que o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos- ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida.

Para o autor, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

Partindo desse ponto de vista, podemos dizer que os conflitos existentes no campo brasileiro são marcados por lutas de classes. De um lado temos o campesinato e do outro o proprietário de terra, com objetivos muito distintos. Os valores, concepções e significados da terra são completamente dessemelhantes para o latifundiário quanto para o camponês.

Se para o camponês, a terra é vista como meio de reprodução da vida, lugar de trabalho da família, temos, em contraposição, os proprietários de terra que visam, a apropriação de renda.

Assim, o camponês apresenta particularidades semelhantes em qualquer parte do mundo em que viva. Os elementos para identificá-los estão na família, como unidade social de trabalho dividido entre os membros da família. Existe também outro elemento que não pode ser deixado de lado: a questão do tempo.

O camponês valoriza o controle do seu próprio tempo, ao contrário do que é imposto pelo trabalho fabril, em que “tempo é dinheiro”. Para o camponês o tempo não é medido pelo dinheiro. Este sujeito mantém o tempo da produção aliado a momentos de lazer, descanso, conversa com os vizinhos, rodas de tereré. São esses sujeitos que dispõem de tempo para nos receber a qualquer hora do dia, contribuindo para nossa pesquisa com seus relatos.

São as estratégias de resistência destes sujeitos que apresentaremos neste capítulo, pois entendemos que a política de Reforma Agrária feita no Brasil, pouco tem fornecido suporte para a permanência das famílias em seus lotes.

Temos como intenção expor a dinâmica destes assentamentos e mostrar que a luta pela terra do trabalhador permanece. Embora, estes sujeitos tenham que trabalhar no latifúndio, ainda assim, não abrem mão do lote, não deixam seus barracos que estão na beira das rodovias.

Portanto, o estudo sobre assentamentos rurais permite compreender os processos de (re)produção desses camponeses. É a trajetória de vida e os meios de resistência desses sujeitos que a seguir buscamos analisar. Nos três assentamentos delimitados, o objetivo é demonstrar que cada assentamento possui sua particularidade na luta para permanecer na terra na fronteira, entre o Brasil e o Paraguai.

3.1 Itamarati

O assentamento rural Itamarati, está localizado no estado de Mato Grosso do Sul a 45 km da sede municipal, Ponta Porã, e 21 km da faixa de fronteira com o Paraguai. Foi adquirido através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em dezembro de 2000 e incorporado ao seu patrimônio em maio de 2001. Já a implantação ocorreu em 2002, no município de Ponta Porã.

A história da fazenda Itamarati, tem como marco o ano de 1973. Nascendo com 50.000 hectares, teve como atividade principal a agroexportação de *commodities*. Dotada de uma infraestrutura e maquinários modernos, mão-de- obra qualificada e utilização de recursos públicos, a fazenda Itamarati atingiu inúmeros recordes, fazendo o antigo proprietário, Olacyr de Moraes, ficar conhecido como o maior produtor de soja do mundo na década de 1980. A respeito da infraestrutura antiga da fazenda Teixeira (apud TERRA, 2009, p.72) aponta que:

Operam hoje 143 colhedeadas, 165 plantadeiras, 269 tratores, 6 aviões agrícolas, 118 caminhões, além de vários veículos de apoio, como utilitários e automóveis pequenos. A manutenção é realizada na própria fazenda, em oficinas próprias. Toda a frota é controlada por um sistema interno de comunicação. Tal frota é alimentada por uma micro-destilaria de álcool, cuja produção é da ordem de 1.000 litros por hora. O sistema produtivo possui 64 conjuntos de irrigação tipo pivot central, cobrindo uma área de 7.552 ha (120 ha por pivot), onde é plantada a maior área de trigo irrigada do país (TEIXEIRA, 1989, p. 49).

Ainda a respeito da infraestrutura da fazenda Itamarati, Teixeira (apud TERRA, 2009, p.75) salienta que:

Há um núcleo habitacional dotado de uma rede de água, esgoto, energia elétrica, restaurante que serve 700 refeições, armazéns de abastecimento, escolas, hospital e assistência técnica médica e dois centros de lazer. A Fazenda produz para seu funcionamento leite de soja, suínos e aves, além de manter um rebanho de gado de corte e vacas leiteiras.

Além de todo esse aparato, a fazenda Itamarati foi a primeira a apostar em pesquisas em parceria com Universidades (Universidade Federal de Viçosa) e com o Governo Federal. Conforme aponta Teixeira (apud TERRA, 2009, p.71):

A fazenda é dotada de um moderno laboratório de pesquisas, onde são feitas análises de solo, pesquisas de variedades de soja e trigo, atingindo o montante de 3.000 linhagens. Mantém pesquisas em convênios com a EMBRAPA e a Universidade Federal de Viçosa, investigando a colsa, o linho, a beterraba açucareira, a aveia preta, o milho, o feijão, o arroz e o sorgo.

A fazenda Itamarati possuía em sua estrutura um alto nível de mecanização, contando com laboratórios de pesquisa no qual o objetivo visava o aumento da produtividade. Entre os aparatos para a produção, a fazenda dispunha de colheitadeiras de grãos e algodão, aviões agrícolas, tratores, caminhões. Além disso, a aplicação de agrotóxicos agrícolas era feita por via aérea. Cabe salientar que tais técnicas não eram comuns no Brasil naquele período.

Entendemos que, ao se falar sobre a estrutura da fazenda Itamarati, não podemos deixar de lado o sistema de irrigação (pivô central), pois a existência dos pivôs contribuía para irrigação em tempos importantes no desenvolvimento das culturas desenvolvidas na propriedade.

Contudo, a manutenção deste equipamento demanda custos elevados, chegando em torno de R\$ 700.000 (setecentos mil reais) cada. Tais equipamentos permaneceram como infraestrutura no assentamento Itamarati. Entretanto, devido ao elevado custo de manutenção, seu uso acarretou no endividamento dos assentados.

Toda essa estrutura, aliada a tecnologia de ponta e novas técnicas, contribuiu para que no ano de 1980, a fazenda Itamarati fosse reconhecida como maior plantação de soja do mundo. A respeito da produção Teixeira (apud, TERRA, 2009, p. 75) aponta que:

[...] A Fazenda Itamarati cultiva, hoje, 35.000 ha de soja, o que corresponde a 4% da área plantada de Mato Grosso do Sul. Com uma produtividade de 1.700 kg/ha, é responsável também por 4% da produção do Estado. Quanto ao trigo (irrigado), planta 8.000 ha, o que significa 4% da área plantada no Estado, com uma elevada produtividade (3.900 kg/ha), correspondendo a 11% da produção do Mato Grosso do Sul (290.000 ton.)

Além de tais números, a fazenda produzia aproximadamente 70% de sementes melhoradas, que abasteciam o mercado interno do país, configurando maior lucratividade em relação à produção de grãos voltada à agroindústria.

Para Terra (2009) a fazenda Itamarati trouxe consigo o estigma de “modelo”, na qual foi pensada para a produção agrícola em grande escala, servindo de exemplo para grupos empresariais nacionais e estrangeiros, que buscavam seguir o sistema agrícola por ela adotada. Ainda segundo Terra (2009, p. 76) “a Fazenda constituiu-se numa verdadeira vitrine (em nível nacional e internacional) para o que hoje denominamos de agronegócio”.

Entretanto, apesar deste empreendimento possuir um alto nível de modernização e de produção, a partir do ano de 1995 começou a entrar em processo falimentar, tendo ligação ao seu declínio, fatores econômicos, conforme aponta Terra (2009, p.79):

Apesar de se configurar como um modelo, o império agropastoril da Itamarati começou a ruir em 1995. Problemas econômicos ligados à agricultura - fim dos subsídios, baixos preços dos produtos agrícolas e queda da produtividade -, o custo trazido pelo Plano Real, a ciranda financeira, perspectivas de investimento em outros setores produtivos (ferroviário, bancário e industrial), a forma de gestão familiar dos negócios - incluindo as crises da família Moraes -, todos esses, entre outros aspectos, constituem uma série de fatores que, isolados e/ou conjugados, resultaram numa crise estrutural, com o crescimento das dívidas, que levou à venda da Fazenda Itamarati.

Entendemos que além destes fatores, os motivos que levaram à ruína da fazenda Itamarati tem relação às dívidas adquiridas junto ao banco credor. E, além disso, apontamos como principal fator, a falta dos subsídios que o Estado oferecia. Este empreendimento utilizava-se de recursos vindos do governo, contudo a partir de 1980, tais recursos passam a diminuir.

Assim, o proprietário da fazenda Itamarati encontrava-se com uma enorme dívida, chegando a oferecer a sua propriedade inteira por R\$300 milhões de reais para o Governo Federal. Entretanto, naquele período, a proposta foi rejeitada. Como forma de quitar suas dívidas com o banco credor, o fazendeiro teve que entregar 50% da propriedade para o Banco Itaú.

A tabela 04 demonstra esse declínio a partir de dois momentos. Durante a década de 1980, período no qual a propriedade de Olacyr de Moraes estava em plena atividade. E o ano 2000, ocasião em que 50% das terras da propriedade pertenciam ao Banco Itaú.

Tabela 04- Dados comparativos da Fazenda Itamarati em 1980 e 2000

Indicadores	1980	2000
Empregados e seus familiares	3.000	1.000
Produção de sacas de soja	1,6 milhão	330.000
Cabeças de gado	3.000	200
Tratores, caminhões e colheitadeiras	300	150
Infraestrutura	Hospital, escola, creche e mercado	Foram fechados o hospital, a escola e a creche

Fonte: Revista Veja, ed. 1674 de 8 de novembro de 2000

Org.: Ademir Terra

A partir da tabela 04 podemos perceber que no ano de 2000 o número de funcionários sofreu uma retração, assim como a produção da fazenda. Desde esse período, o Banco Itaú, buscou compradores interessados em adquirir a metade da propriedade, entretanto não obteve sucesso. Devido à fazenda possuir uma grande dimensão e demandar de muito investimento. Contribuindo para a discussão Terra (2009, p.81) salienta:

Desde então o banco vinha tentando encontrar interessados no negócio, o que se revelou uma tarefa árdua, primeiro, porque a Fazenda Itamarati era colossal, depois, porque na região onde estava localizada, os maiores negócios com terras giravam em torno de 5 milhões de reais. Além disso, pesou o fato de o mercado ter se arrefecido muito em Mato Grosso do Sul, em razão do aumento do número de ocupações, como resultado do recrudescimento da luta pela terra no estado.

Em virtude da dificuldade em vender a metade da propriedade, o banco Itaú procurou o governo. Segundo Terra (2009, p.81), “o banco Itaú procurou o governo com uma oferta melhor: entregaria metade das terras da fazenda por R\$ 27,6 milhões a serem pagos em quinze anos, com Títulos da Dívida Agrária (TDAs)⁹”.

⁹ Documento emitido pelo governo, criados para viabilizar o pagamento das indenizações, para fins de reforma agrária- Lei nº ordem; 4.504, de 30.11.64.

Deste modo, em maio de 2001 o Governo Federal passou a área para o INCRA, que então implantou o Assentamento Itamarati I, contemplando 1.143 famílias. E, no ano de 2004, o restante da fazenda (24.900 ha) foi adquirido por R\$ 165, 3 milhões. Implantando assim o Itamarati II, no qual assentariam um total de 1.692 famílias.

Vale destacar que durante o processo de desapropriação da fazenda Itamarati, já existia pressão por parte dos camponeses. No qual se encontravam acampados à beira das rodovias em diversas partes do estado do Mato Grosso do Sul. Podemos assim entender que houve um processo de luta para conquistar a “terra de trabalho”, assim a criação do assentamento Itamarati, contrapôs o que antes era “terra de negócio” (MARTINS, 1991).

Dessa forma, o assentamento Itamarati representa o retorno de trabalhadores rurais à terra que foram expropriados da terra e a possibilidade daqueles que não possuíam nenhuma perspectiva.

Assim sendo, o território que antes pertencia a “terra de negócio” e expressava a reprodução da agricultura capitalista, passa a apontar um novo caminho. O que antes pertencia a apenas uma única família, passa a pertencer a 2.835 famílias, trazendo a oportunidade deste território, servir de morada e alimento para cada família que se encontra assentada.

A fazenda Itamarati era um ícone do agronegócio. Atingiu inúmeros recordes, contudo, a decadência deste empreendimento serviu para dar um novo significado sobre a função social da terra. Ao implantar um assentamento rural em terras que até então serviam apenas para obtenção de renda e lucro para uma única pessoa, é mostrar que existem outros caminhos no campo brasileiro.

Desse modo, podemos compreender que a fração do território ocupado pelo agronegócio e a fração do território ocupado pelo camponês distinguem-se. Enquanto na produção possuía ligação com o monocultivo visando à exportação, e a renda ficava concentrada nas mãos de uma única família, ao virar um assentamento rural, a fazenda Itamarati possibilitou a inúmeras famílias obterem renda a partir do próprio trabalho em seus lotes. Além disso, passou a ser morada destas famílias.

Ao se falar em assentamentos rurais, a sua criação parece marcar o “fim” da luta desses camponeses. Entretanto, nos assentamentos rurais, a luta para permanecer na terra continua.

O fato de o Estado criar assentamentos rurais, não indica a solução para os conflitos existentes no campo. Nesse sentido, entendemos que o estudo sobre

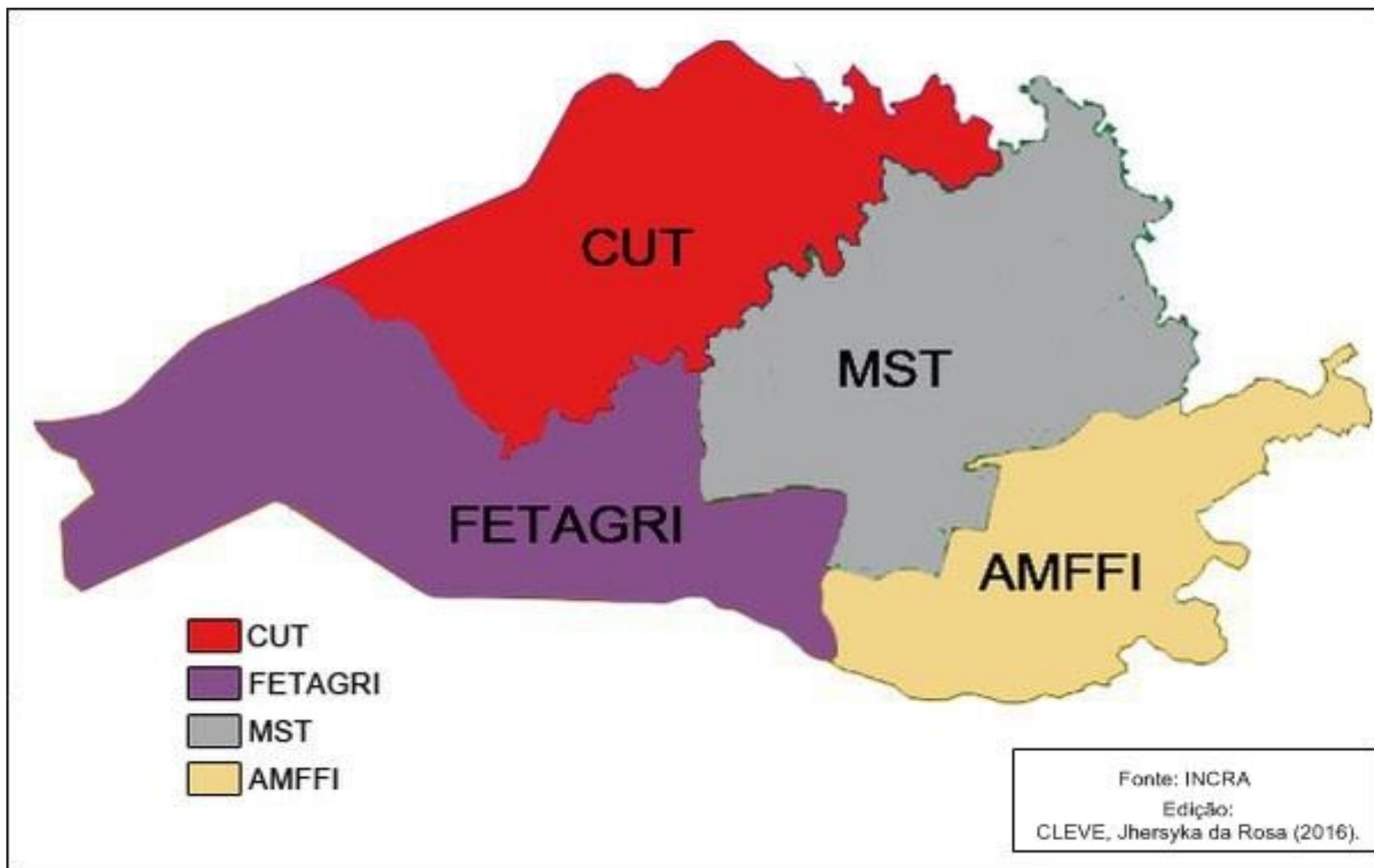
assentamentos revela que ainda há muito que caminhar para uma real democratização no campo brasileiro. Desse modo, apresentaremos adiante as formas de organização e de resistências dos camponeses que se encontram assentados no assentamento Itamarati.

O assentamento é organizado por diferentes movimentos socioterritoriais¹⁰. Sendo eles: Central Única dos Trabalhadores – CUT; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI, Associação de Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (mapa 04).

Cabe aqui destacar que o assentamento Itamarati se diferencia dos demais assentamentos brasileiros, não apenas pela sua dimensão territorial, ou pela infraestrutura herdada da antiga fazenda Itamarati, mas por comportar vários movimentos socioterritoriais. É o primeiro assentamento no Brasil a abrigar em um mesmo espaço diversos movimentos socioterritoriais.

¹⁰ Entendemos movimento socioterritorial como aquele que tem o território como objetivo, sendo essencial para a sua existência. Ou seja, “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade”. (PEDON, 2009, p. 227).

Mapa 04: Assentamento Itamarati



A estrutura atualmente existente no assentamento (figura 04) é “herança” do antigo proprietário. Possui três escolas estaduais e uma municipal, sendo 3.500 alunos matriculados.

Há também quatro postos de saúde em pontos estratégicos, assim como um posto da polícia militar. Circulam cerca de 1.400 motocicletas pelo assentamento, 1500 automóveis e cerca de 450 carroças.

Figura 04- Infraestrutura Assentamento Itamarati



Fonte: INCRA-2008

O assentamento Itamarati está dividido entre assentamento Itamarati I e Itamarati II, pois conforme apontamos, a antiga fazenda Itamarati passou por duas fases de desapropriação. A primeira no ano de 2000 e a segunda fase no ano de 2004. As primeiras famílias foram assentadas no Itamarati I e posteriormente outras famílias no Itamarati II.

Assim, no Itamarati as famílias encontram-se distribuídas por movimentos socioterritoriais, conforme tabela 05.

Assentamento Itamarati I

Tabela 05- Os grupos sociais por área ocupada

Grupo Social	Área total aproximada (ha)	Número de famílias
CUT	6.287	280
MST	6.571	320
FETAGRI	7.727	395
AMMFFI	4.487	150
Total	25.072	1.145

Fonte: INCRA.

Org.: Cleve, 2015.

O Itamarati I conta ainda com uma área de núcleo urbano (ver anexo B) que possui 450,0100 ha. No Itamarati II, o MST possui 568 famílias, CUT apresenta um número de 270 famílias, FETAGRI possui 588 famílias, FAF (Federação de Agricultura Familiar) possui 150 famílias e 85 famílias de ex- funcionários da fazenda vivem no Itamarati II segundo dados do INCRA. Pelo fato de o assentamento Itamarati possuir grandes dimensões, delimitamos como recorte para pesquisa o assentamento Itamarati I conforme se pode observar no mapa 05.

Cada grupo possui formas distintas de organização. Entretanto, há um ponto em comum. Devido à existência de pivôs de irrigação todos os grupos do assentamento possuem áreas coletivas. A diferença do tamanho do lote está ligada à organização a que pertencem. A tabela 06 demonstra a organização de produção dos grupos presentes no assentamento Itamarati.

Assentamento Itamarati I

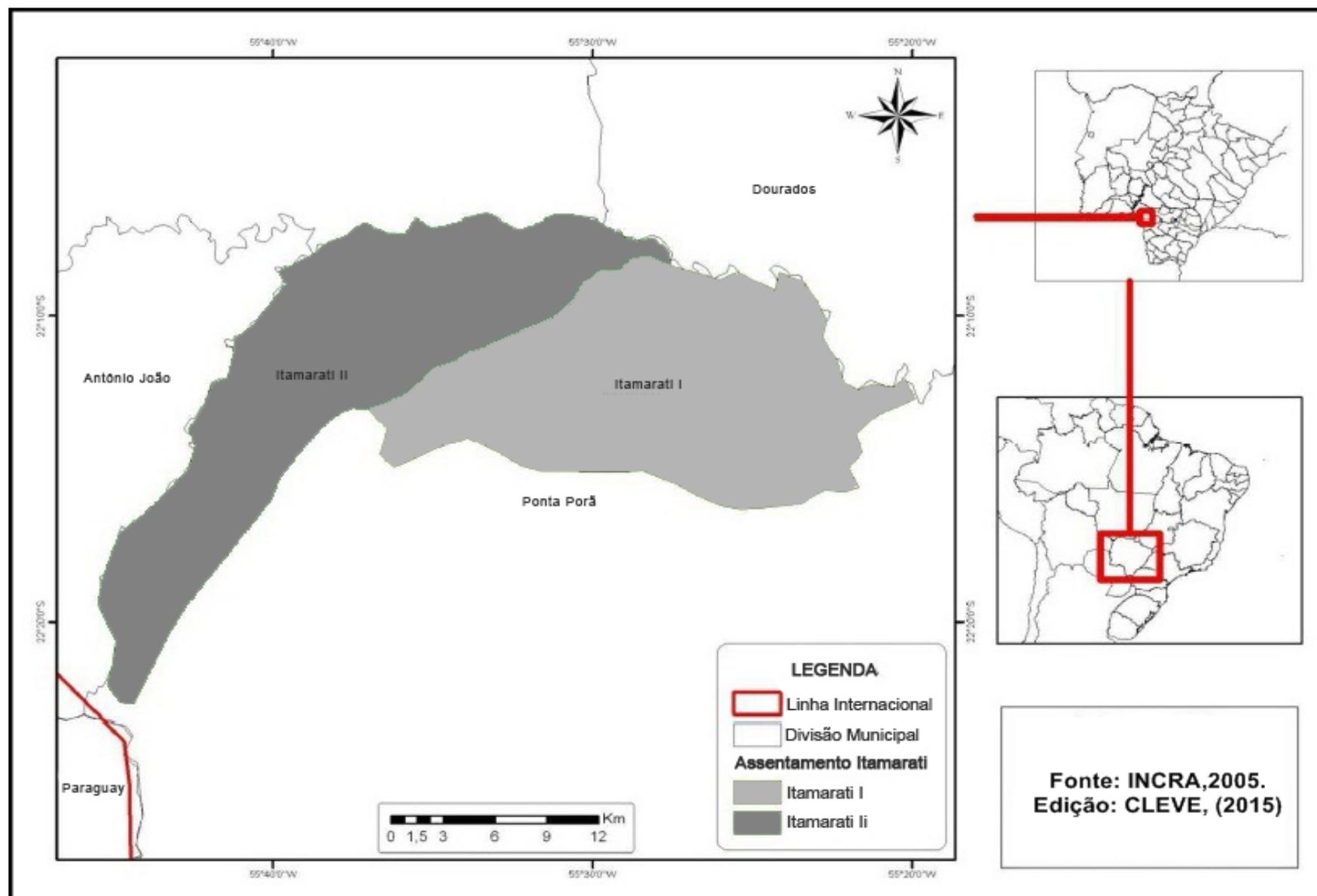
Tabela 06: Organização da produção por grupo social

Grupo social	Área de exploração			
	Segurança alimentar	Irrigada	Sequeiro	Pecuária
CUT	individual	coletiva	coletiva	coletiva
MST	individual	coletiva	coletiva	coletiva
FETAGRI	individual	coletiva	individual	individual
AMFFI	individual	coletiva	coletiva	–

Fonte: INCRA.

Org.: Cleve, 2015.

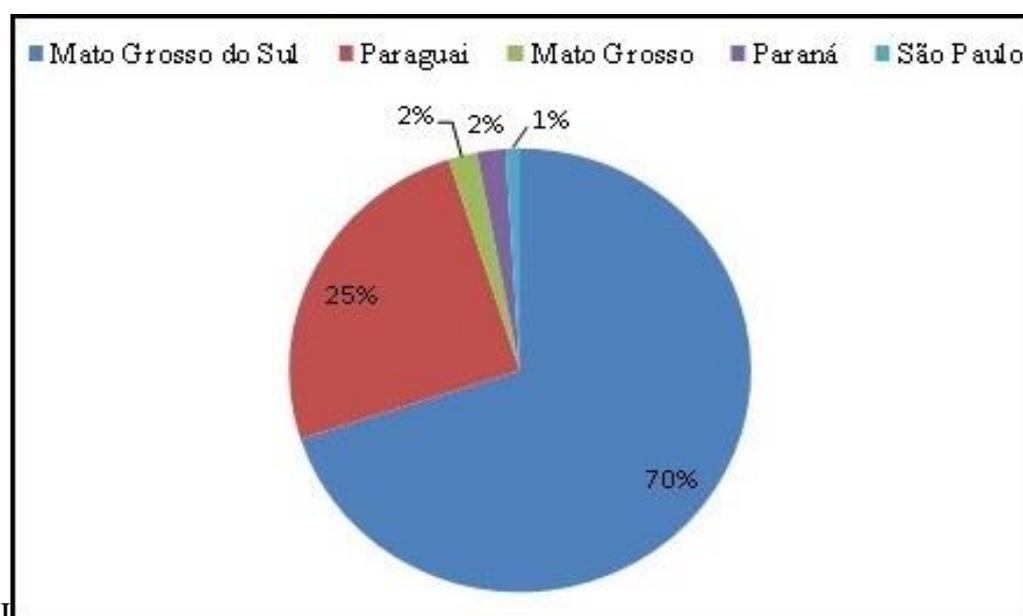
Mapa 05: Localização do assentamento Itamarati I



Embora, estes sujeitos estejam divididos em movimentos distintos, são famílias oriundas não somente de diferentes regiões do país, com culturas, religiões e objetivos distintos, mas também do Paraguai.

A partir de dados fornecidos pelo INCRA e pesquisa de campo, constatamos que aproximadamente 25% da população anteriormente residia no país vizinho conforme aponta o gráfico 03. São muitos os brasileiros que buscaram no Paraguai a possibilidade de uma vida melhor. Entretanto, por diversos fatores retornaram para o Brasil e aderiram aos movimentos sociais em busca do retorno à terra.

Gráfico 03- Local Anterior de moradia das famílias do assentamento Itamarati



Fonte: INCRA.

Org.: Cleve, 2015.

Identificamos por meio das entrevistas que as famílias do assentamento Itamarati mantêm relações econômicas, de lazer e atendimento médico com vários lugares no estado do Mato Grosso do Sul (ver mapa 06 e 07), evidenciando que os vínculos estabelecidos por eles não se limita à fronteira.

Mapa 06- Mato Grosso do Sul

Aspectos da mobilidade socioterritorial dos entrevistados do assentamento Itamarati para compras e visitas.



Fonte: Malha municipal digital- IBGE.

Org.: Cleve, 2016.

A partir do mapa 06 podemos identificar alguns municípios que são visitados com finalidades de compras e visitas e a ligação com o Paraguai. Tais deslocamentos referem-se aos 20 entrevistados. Entre os municípios visitados encontram-se Campo Grande, Dourados, Ponta Porã e Amambai. Além destes municípios, os entrevistados relataram manter vínculo com o país vizinho. Conforme relata dona Rose:

P: Por que você compra no Paraguai?

R: A gente compra no Paraguai porque tudo lá é mais barato...Só que agora não tá fazendo muita diferença, pelo menos aqui parcela e lá não.

P: E o que você compra no Paraguai?

R: Ah... Eu gosto de comprar presente, perfume e às vezes compro comida.

P: Costumam comprar agrotóxico no Paraguai?

R: Essas coisas tem que comprar lá mesmo, porque em Ponta Porã é muito caro (Entrevista realizada em 17-11- 2015).

Consideramos as relações estabelecidas na fronteira Brasil-Paraguai como característica marcante deste assentamento, a partir do relato abaixo podemos compreender que as relações vão além da compra de presentes.

Não é sempre que vamo pra lá só que fui criado lá, aí sempre damo um jeito de ir... Quando vamo pra lá visitar a família sempre levamo alguma coisa, sempre pedem pra levar leite, ovo e aí já vendemo por lá mesmo. (Edilson, Entrevista, 12.11.2015).

A partir do relato do senhor Edilson, podemos perceber que existem relações econômicas com o país vizinho. Os relatos acima comprovam que as relações comerciais não se limitam apenas a compras de presentes, mas também de agrotóxicos para a lavoura. O assentamento Itamarati possui muitas famílias oriundas do Paraguai. Os laços familiares e de amizade fazem com que estas pessoas mantenham o vínculo com aqueles que residem do outro lado da fronteira.

Entretanto, o deslocamento dos assentados não se restringe apenas em atravessar a fronteira, assim como não se limita apenas ao assentamento. Assim, como a comercialização dos produtos não se retringem aos limites do assentamento e da fronteira. Conforme aponta dona Rose:

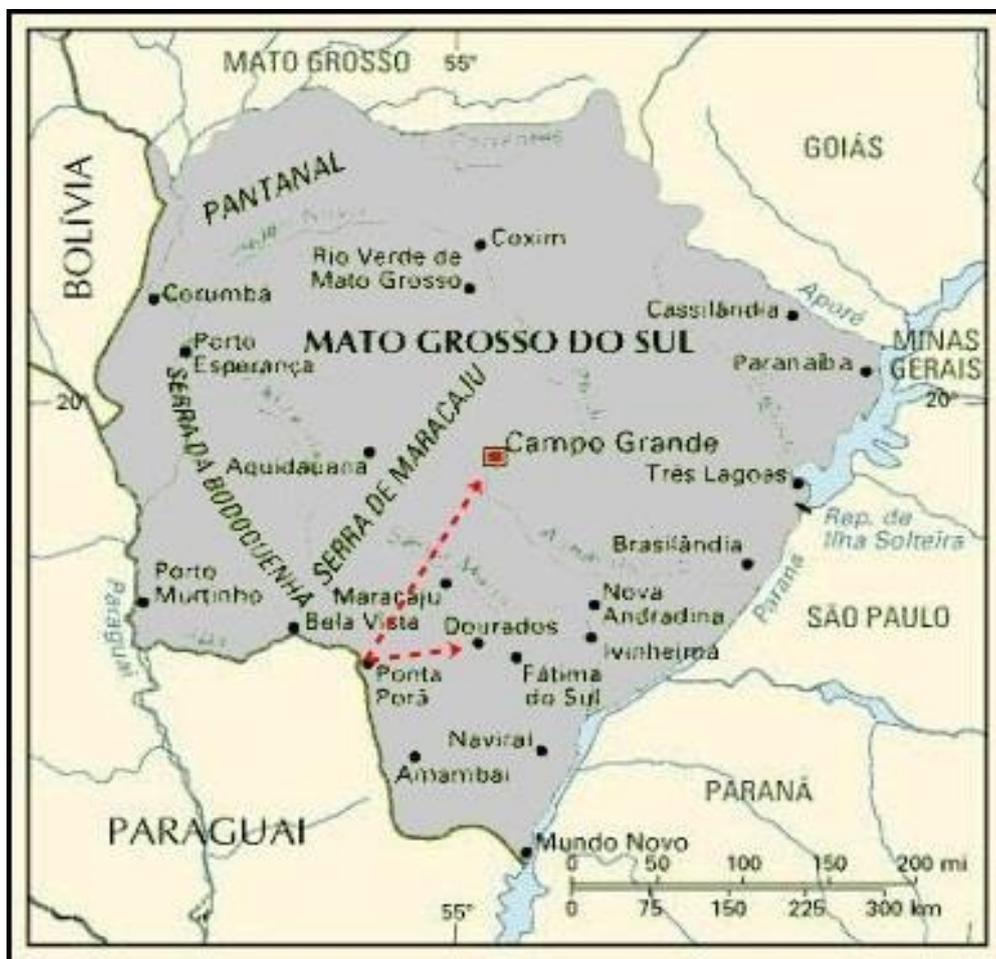
Quando eu vou ver meus filho em Campo Grande eu levo galinha, ovos, leite, queijo e vendo tudo lá... Meus parente são de Amambaí e quando vamo passear lá nois levamo e sempre vendemo tudo (risadas). (ROSE, Entrevista, 17.11.2015)

No mapa 07 podemos observar o que dona Rose afirma. Sendo Campo Grande e Amambaí municípios apontados pelos entrevistados como mais visitados. Cabe destacar que a forma como dona Rose e o senhor Edilson vendem os seus produtos, mostra que não podemos compreender as famílias camponesas apenas nos limites do assentamento. Dessa forma, concordamos com Sprandel (2004, p.168) de que “a área objeto de interesse das famílias assentadas é imensamente maior que os limites do Projeto de Assentamento”.

O mapa 07 mostra os municípios mais procurados quando se trata de atendimento médico em casos graves. A partir deste mapa podemos verificar que os municípios de Dourados e Campo Grande são os mais procurados pelos entrevistados do assentamento Itamarati.

Mapa 07- Mato Grosso do Sul

Deslocamento dos entrevistados do assentamento Itamarati para atendimento médico.



Fonte: Malha municipal digital- IBGE.

Org.: Cleve, 2016.

Assim sendo, a partir de tais deslocamentos podemos compreender que estes trabalhadores mantêm relações com inúmeros municípios do Mato Grosso do Sul, assim como com o Paraguai. Desse modo, compreendemos que as relações destes trabalhadores não se limita apenas ao assentamento.

Conforme mencionado anteriormente, o assentamento Itamarati é composto por diferentes sujeitos e movimentos socioterritoriais, o que interferiu no fracasso do modelo coletivo no assentamento. Desse modo, entendemos que as ações coletivas ocorrem apenas de forma pontual.

A gente nunca para agora mesmo tamo precisando que arrumem aqueles buraco que você viu, aí nois aqui da associação tamo tentando resolver (Membro da associação dos trabalhadores do assentamento Itamarati, entrevista realizada no INCRA, março de 2015)

A partir do relato acima, entendemos que as ações coletivas ocorrem para reivindicações sobre melhorias do assentamento ou algum outro problema.

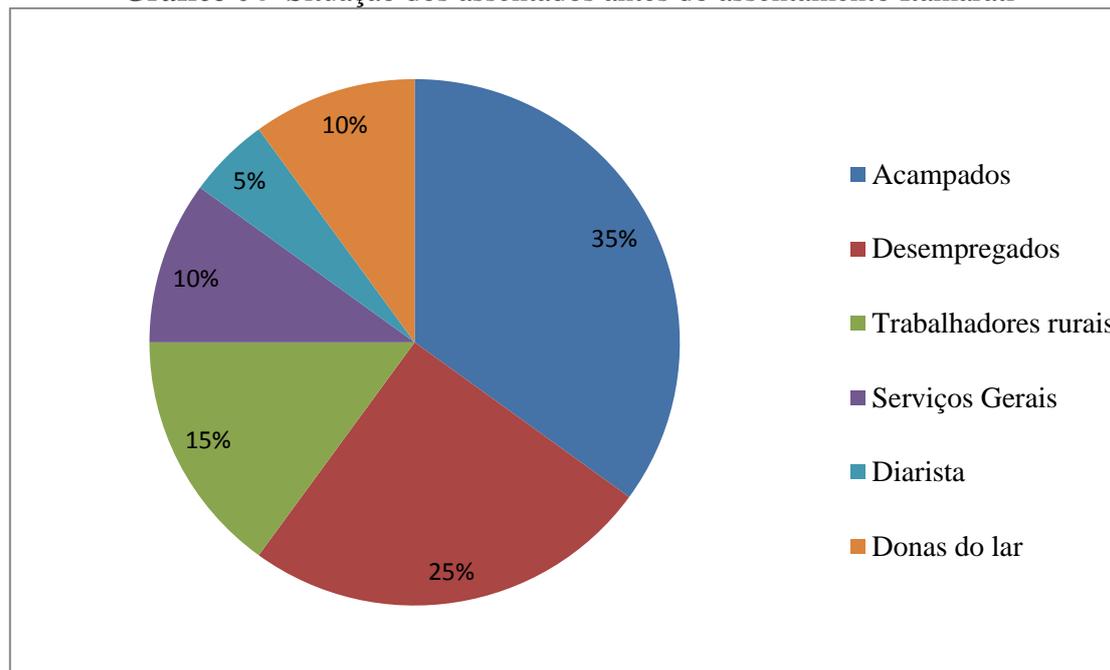
O grande fator sobre a falta de sucesso do modelo coletivo, tem ligação à forma como foi implantado. O assentamento é composto por famílias camponesas que possuem culturas e objetivos distintos. A imposição do INCRA, sobre um modelo coletivo, não levou em conta tais aspectos.

Assim, concordamos com Silva (1987) que “o INCRA faz opção prévia e não discutida”, no caso do assentamento Itamarati não dividiu os lotes individuais de formas iguais e ainda impôs aos assentados um sistema coletivo.

Entendemos que a implantação de um assentamento coletivo, deve primeiramente levar em consideração os interesses das famílias, pois a imposição de um modelo coletivo pode trazer sérios problemas.

Dessa forma, é necessário levar em consideração que cada família possui projetos de vida distintos umas das outras. Conforme, verifica-se no gráfico 04 cada família encontrava-se nas mais variadas situações antes do assentamento. Em virtude disto, entendemos que os objetivos não são os mesmos, assim como a trajetória e a origem são distintas.

Cabe apontar que os dados referentes ao gráfico 04 referem-se ao total de entrevistados, podemos observar que anterior ao assentamento 35% destes trabalhadores encontravam-se acampados.

Gráfico 04- Situação dos assentados antes do assentamento Itamarati

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Buscamos apresentar a situação anterior ao assentamento destes trabalhadores, pois veremos que devido à falta de preparo, muitos acabaram contraindo dívidas em virtude do modelo de gestão coletivo.

Entendemos que os critérios utilizados pelo governo ao impor áreas coletivas neste assentamento não levou em conta as pessoas que fazem parte deste processo. Quando os assentados são questionados sobre o modelo de gestão, constatamos que 80% dos entrevistados gostariam que o modelo de gestão fosse apenas individual. Muitos dos assentados alegam que em um sistema de produção individual teriam total autonomia para produzir, conforme o relato abaixo:

Se fosse cada um cuidando do seu seria mais fácil, né? Tudo junto sempre dá briga e por isso que deu errado... Não é justo só um trabalha e o outro que nem trabalhava tira o mesmo tanto que eu... se me falassem hoje pra muda pra cada um produzi do seu jeito eu seria o primeiro a fala que queria. (Francisco, Entrevista, 12.11.2015).

Em virtude do modelo de gestão coletivo ter falhado, muitos assentados buscaram arrendar as áreas coletivas. Entre os fatores para tal prática existir no assentamento, apontamos o endividamento das famílias, contraídas com fornecedoras de insumos e maquinários.

É válido apontar que o início das atividades produtivas no assentamento Itamarati passa a ocorrer no ano de 2002. Inicialmente os assentados buscaram produzir nestas áreas coletivas. Através do PRONAF, muitos assentados investiram na área coletiva. O governo disponibilizou para cada família um valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo que R\$1.500,00 (mil e quinhentos) foram destinados para assistência técnica.

Entretanto, por se tratar de um assentamento que possui áreas coletivas e individuais, o INCRA determinou um limite de investimento para cada forma de exploração. Conforme aponta Terra (2009, p. 260):

Para uma melhor compreensão, tomemos como exemplo as famílias que compõem os grupos do MST, que detêm 8 ha de área coletiva e 8 ha de exploração individual. Dos R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos), do PRONAF A, que cada família recebeu, 50% deveriam ser destinados à exploração coletiva e 50% para área individual, ou seja, um valor correspondente a R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais) para cada uma.

A partir de tais investimentos, os assentados buscaram explorar as áreas coletivas. Contudo, a inexperiência destes trabalhadores ao lidar com o cultivo de lavouras em grande escala, atrelada ao fator de muito destes camponeses nunca terem trabalhado de forma coletiva, fez com que, os assentados contraíssem dívidas de energia elétrica, porém, as dívidas mais relatadas pelos trabalhadores foram as que adquiriram através da compra de insumos. O que acarretou o arrendamento de tais áreas.

Dessa forma, identificamos o arrendamento de terras no assentamento Itamarati como uma opção para as famílias quitarem suas dívidas contraídas na má gestão das áreas coletivas. Conforme relata um entrevistado:

Eu prefiro arrendar, porque um cara com dívida, não tem nome né... Pobre que tem o nome sujo não tem nada, não consegue fazer financiamento, não consegue fazer nada... Nois que é pobre já não consegue nada no banco, lá (banco) só dão crédito pros grandes. (MANOEL, Entrevista, 18.11.2015)

O arrendamento de terras em assentamentos evidencia a falta de condições para permanência destes sujeitos, pois não conseguem obter o sustento de suas famílias a partir da exploração direta do lote. Assim, entendemos que o Estado ao criar um assentamento não leva em consideração alguns fatores tais como, linhas de financiamentos adequadas para estes sujeitos, garantia de compra dos produtos produzidos pelos assentados, diálogos e assistência técnica.

No assentamento Itamarati, o INCRA impôs um modelo de produção coletiva, entretanto não houve uma discussão com as famílias sobre como utilizar as áreas coletivas, conforme salienta Terra (2009, p.111):

Apesar da influência exercida pelos movimentos sociais junto à Superintendência do INCRA sul-mato-grossense na escolha do modelo de gestão do Assentamento Itamarati, não se realizou, quando as famílias ainda estavam no acampamento, uma discussão aprofundada acerca da melhor utilização da área, do aproveitamento de todas as suas potencialidades, ou de como adaptar para a racionalidade da agricultura familiar toda aquela tecnologia planejada para um modelo empresarial.

Assim, a prática de arrendamento no assentamento Itamarati foi a saída para solucionar o problema de endividamento. No entanto, existem muitos assentamentos na mesma situação. Assim, se faz necessário a discussão sobre tal problema.

A respeito do arrendamento no assentamento Itamarati, entendemos que os arrendatários tem sido os grandes beneficiados. Os arrendatários de terras neste assentamento são caracterizados pelos médios e grandes proprietários da região. Arrendam as terras do assentamento visando o cultivo de commodities, buscam arrendar em virtude da localização, características físicas e devido à presença dos pivôs de irrigação (ver figura 05), que possibilitam a produtividade nos dias de chuvas. Em outras palavras, apropriam-se da renda diferencial.

Figura 05- Pivô central de irrigação utilizado no assentamento Itamarati



Fonte: CLEVE, 14-11-2015

É possível nestas áreas produzir em média cinquenta e cinco sacas por hectare, sendo que a produção em pivô destes em uma área de 120 ha chega a atingir 6.600 sacas. O arrendatário entrega, como renda para os assentados em média 1.500 a 2.000 sacas.

Contudo, se analisarmos cada grupo possui inúmeras famílias. Verificamos que por tratar de várias famílias, o arrendamento destas áreas tem contribuído apenas para o pagamento das dívidas contraídas por estes trabalhadores. Nota-se que estes sujeitos não estão obtendo a renda da terra, mas as transferindo para o pagamento de dívidas com seus credores de insumos e o banco.

Pegamos como referência a safra de 2008/2009, na qual a soja foi vendida na região por um preço médio de trinta e oito reais a saca. Por exemplo, enquanto as famílias da FETAGRI receberam R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), o arrendatário chegou a receber R\$ 167.000,00. Cabe ainda destacar que o contrato do arrendamento não limita-se apenas à safra de verão, mas inclui a de inverno. Assim, podemos perceber que tem sido vantajoso para estes médios e grandes proprietários da região arrendarem terras no assentamento Itamarati.

Além disto, os arrendatários tem criado mecanismos que os ajudam a comercialização da produção. Utilizando a nota de produtor dos assentados, que permite

que comercializem seus produtos à empresa Granol Ind. Com. Exportação S/A, na qual é portadora do Selo Combustível Social ¹¹.

Dessa forma, os arrendatários além de obterem lucro e renda arrendando terras no assentamento Itamarati, tem utilizado de vantagens como de comercializar a produção como se fossem assentados. Obtendo vantagens como a redução no custo do transporte, pois esta empresa está instalada no assentamento

Nesse sentido, entendemos que a empresa Granol Ind. Com. Exportação S/A é também uma das favorecidas na prática de arrendamento do assentamento Itamarati. Em virtude, de a empresa estar localizada no assentamento, não necessita de uma logística de transporte que seja dispersa. Além disso, alugam instalações como (silos, armazéns, secadores, etc.), recebendo um produto no qual é tido como produzido pelos assentados.

Assim sendo, o arrendamento de terras em assentamentos comprova que o caminho para reforma agrária no Brasil precisa avançar, pois o drama destes sujeitos não acaba apenas com a aquisição dos lotes, é apenas o início de novas lutas.

É na falta de apoio do Estado em auxiliar a permanência destes camponeses, que práticas como a do arrendamento vêm ocorrendo nos assentamentos do país, situação essa que é bem percebida pelos assentados, conforme ilustra o relato a seguir:

Os fazendeiro consegue tudo e nois não... Se eu quiser mil reais do banco, pedem tudo que é papel e as veis nem emprestam o dinheiro... Agora se for fazendeiro de terra grilada a conversa é outra, pros fazendeiros dão dois milhões e os cara já sai com dinheiro no bolso (risadas). (MANOEL, Entrevista, 18.11.2015)

Portanto, evidencia-se que as políticas adotadas pelo Estado para a permanência destes sujeitos ainda não tem sido suficientes para um processo de autonomia e independência dos assentados.

¹¹A criação do Selo Combustível Social é uma iniciativa do governo, na qual visa forçar as indústrias produtoras de biodiesel a adquirirem matérias primas provenientes da agricultura familiar. De acordo com o Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004, os participantes podem gozar de descontos das alíquotas de PIS/PASEP e CONFINS com coeficientes de redução diferenciados. As empresas ainda tem acesso a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES e suas instituições financeiras credenciadas.

Nesse sentido, estas pessoas acabam sendo subordinadas ao arrendamento de terras, pois esta prática acaba tornando-se uma saída para permanecerem em seus lotes. Sobre essa questão, autores como Leite et al. (2004), apontaram que a ausência de créditos, assistência técnica e infraestrutura têm contribuído de forma significativa para impossibilidade das condições produtivas dos assentamentos rurais no Brasil.

Em virtude de tais fatores os assentados veem o arrendamento e a prática de outras atividades, como a pecuária, criação de animais como aves e porcos, cultivo de hortaliças e frutas como alternativas de permanência em seus lotes.

Entendemos o cotidiano dos assentamentos como um cenário complexo, no qual está em constante construção, com atores com distintas trajetórias e objetivos. Entretanto, buscam ao mesmo tempo autonomia política e econômica, desenvolvendo diferentes tipos de estratégias para permanecer na terra.

Dessa forma, entendemos que depois de instalados os assentamentos termina-se uma fase (fim do acampamento), na qual os sujeitos possuíam problemas e objetivos em comum (conquista de um lote) e inicia-se um novo período. Neste novo ciclo (assentamento), inter cruzam-se diferentes relações.

Em virtude disto, procuraremos nos próximos itens, analisar as especificidades e organização utilizadas pelos movimentos socioterritoriais existentes no assentamento Itamarati. Apresentaremos os aspectos que julgamos como relevantes encontrados no decorrer da pesquisa de campo.

3.1.1. CUT- (Central Única dos Trabalhadores no Mato Grosso do Sul)

A fundação da CUT/MS (Central Única dos Trabalhadores no Mato Grosso do Sul) e do DTR (Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais) teve início nos anos de 1980. Para sua fundação foram necessárias a realização de reuniões, cursos e discussões sobre o papel do sindicato enquanto instrumento de luta no Estado.

Esta fundação ocorreu a partir da preocupação de diversos sindicalistas com as direções que os sindicatos estavam caminhando. Assim, esses sindicalistas, acompanhados pela CPT decidem lutar pela transformação do sindicato em um instrumento de luta dos trabalhadores rurais do campo, ou seja, um sindicalismo de base comprometido com a luta dos trabalhadores (CPT, 1993, apud ALMEIDA, 2006).

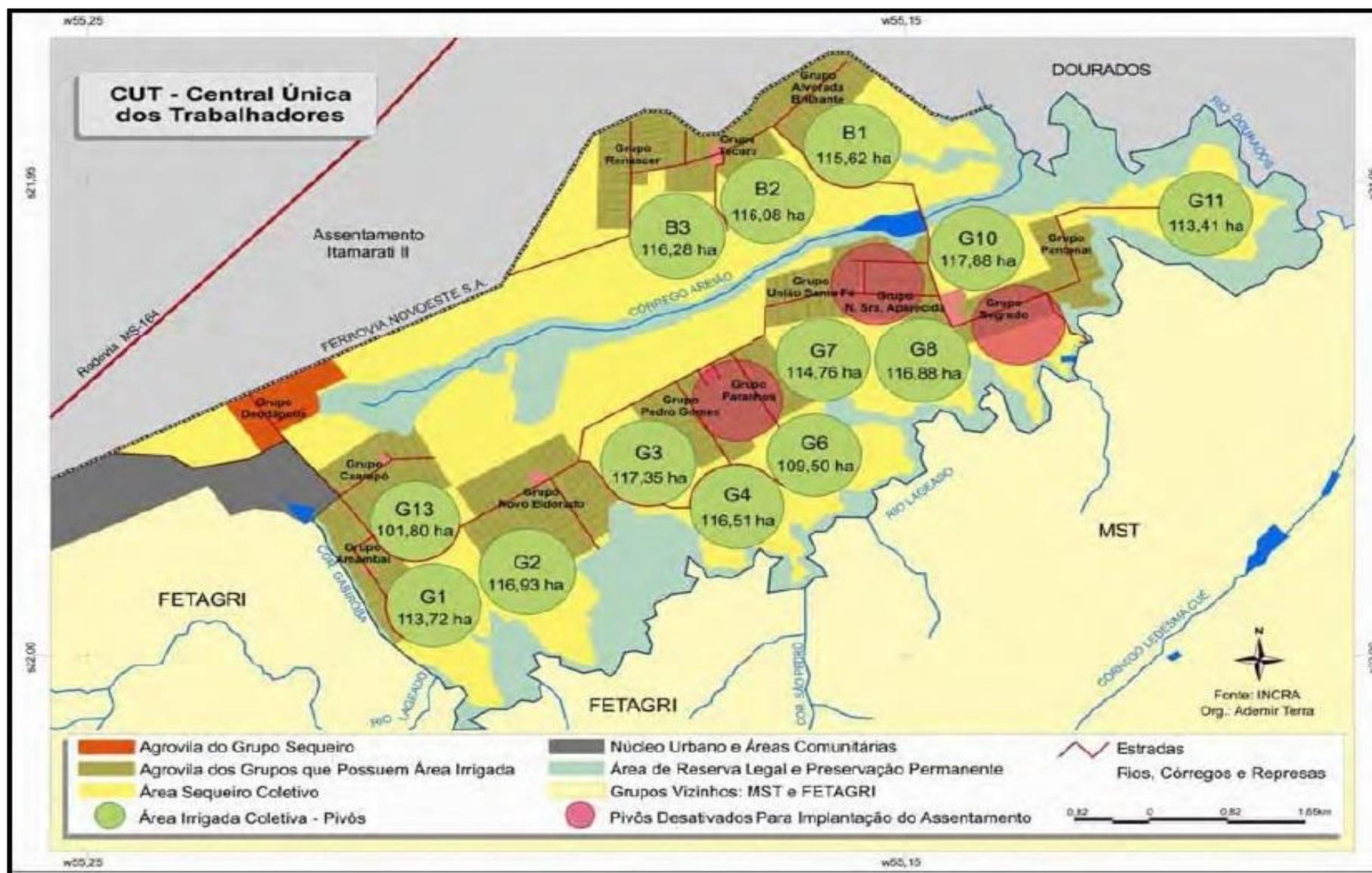
Segundo Almeida (2003), é a partir desta insatisfação que nasce a ideia de fundar novos sindicatos articulados entre si, sendo assim considerados “autênticos” e não mais “pelegos”.

Segundo Nogueira (2011, p. 67), a CUT está presente no assentamento Itamarati da seguinte maneira:

A Central Única dos Trabalhadores está representada no assentamento Itamarati I por quatorze grupos de diversas partes do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo eles: grupos Deodápolis- lotes 001 a 020; Renascer- lotes 021 a 040; Tacuru I – lotes 041 a 050; Alvorada Brilhante- lotes 051 a 070; Tacuru II- lotes 071 a 080; Pantanal Anastácio – lotes 081 a 0100; Segredo- lotes 101 a 120; Nossa Senhora Aparecida- lotes 121 a 140; União Santa fé- lotes 141 a 160; Paranhos- lotes 161 a 180; Pedro Gomes- lotes 161 a 200; Novo Eldorado- lotes 201 a 240; Caarapó- lotes 241 a 260, e União Amambaí- lotes 261 a 280, totalizando 280 famílias.

Para este movimento, o INCRA disponibilizou no assentamento uma área que corresponde a 6.278 (ha) conforme mostra o mapa 08.

Mapa 08- Central Única dos Trabalhadores no Assentamento Itamarati



Fonte: TERRA, 2009.

Segundo Terra (2009), a área deste grupo está distribuída da seguinte forma: 1835 ha de área irrigada, 1.400 ha área de sequeiro, 190 ha de Área de Preservação Permanente (APP), 1.184 ha de área de Reserva Legal (RL), 1.678 ha de pastagem plantada.

Em relação ao processo de recrutamento das famílias para serem assentadas, a CUT exigia comprovação de profissão ou vínculo com o campo. Conforme aponta o senhor Levino, que foi coordenador geral do acampamento das famílias vinculadas à CUT no Itamarati:

A seleção inicial era do sindicato, não aceitávamos em nosso acampamento pessoas da cidade que nunca trabalharam no campo. Daí a seleção das pessoas que tinha ligação com o campo, essa seleção era feita no acampamento... Podia até ter passado na seleção no sindicato, mas se soubéssemos que não possuía ligação nenhuma com o campo, poderíamos barrar assim mesmo. (LEVINO, Entrevista, 12.11.2015)

Nos acampamentos da CUT, não é exigido que as famílias residam nos barracos, diferente da lógica aplicada pelo MST em seus acampamentos. Em relação ao movimento da CUT dentro do assentamento Itamarati, este conta com um total de 270 famílias, sendo que estas carregam em suas histórias a persistência e a resistência, pois muitas estavam acampadas em diversos cantos do estado do Mato Grosso do Sul. Cada família, a princípio recebeu um lote de 18, 5 hectares sendo distribuídos da seguinte maneira: 7 ha reservados para área sequeira coletiva, 6 ha para área irrigada coletiva e 5 ha de sequeiro individual.

As famílias contam com 13 pivôs. Um pivô fica para cada grupo de famílias, exceto o grupo de “Deodápolis”, que possui apenas área de sequeiro. Três destes pivôs foram desativados para a abertura de agrovilas do movimento.

Com a criação da agrovila foi destinado 5 ha de lote individual, o que possibilitou às famílias a criação de gado leiteiro, garantido uma renda mensal essencial para a sobrevivência destas famílias. Segundo Terra (2009, p.178): “um traço marcante dos grupos organizados pela CUT é a grande divergência política existente entre suas lideranças, não havendo unidade de ações e práticas que possa caracterizá-los”.

Entendemos que tal divergência ocorre devido aos inúmeros grupos existentes no interior da CUT, pois cada grupo de acampamento já possuía um líder. Estes sujeitos

ao serem assentados não conseguiram unir-se em prol de melhorias para a vida no assentamento.

Ao refletirmos sobre as divergências encontradas no interior deste grupo, pois a compreendemos as dificuldades em uma gestão de modelo coletivo no assentamento Itamarati. Assim como neste grupo ocorreram desacordos, os outros grupos a realidade não se diferem. Desse modo, a imposição de um modelo de gestão coletiva neste assentamento não teve sucesso.

Em relação à forma de organização deste grupo, verificamos que o modelo coletivo não teve sucesso devido ao endividamento contraído na área coletiva. Em virtude disto, arrendam tal área. Segundo os assentados entrevistados deste grupo, a prática de arrendamento é uma alternativa para permanecer no assentamento.

Pesquisamos um total de 5 famílias deste grupo e constatamos que além do endividamento, muitos queixaram-se do trabalho coletivo. Conforme demonstra os relatos abaixo:

Na minha opinião num tinha como da certo... Onde já se viu um monte de gente trabalhando junto, só podia da briga mesmo... Sempre vai te aqueles que trabalham mais, né? (EVA, Entrevista, 18.11.2015)

Quando as pessoas tão no acampamento tem mais união, todos ali queriam terra... Aí no assentamento cada um quer fazer uma coisa e assim fico difícil de manter a união... Por isso que não deu certo, se tivessem nos ouvido seria diferente... Ou a gente aceitava assim ou íamos ficar sem terra, não é? (LEVINO, Entrevista, 12.11.2015)

A partir dos relatos acima, podemos verificar que o trabalho coletivo não obteve o objetivo principal não apenas pelos endividamentos, mas pela própria falta de experiência dos assentados em lidarem com tal prática. Entendemos que a grande rejeição a esse tipo de modelo de gestão pode ser entendido da seguinte maneira, conforme salienta Fabrini (2003, p.80):

[...] a ordem capitalista tem valorizado cada vez mais as práticas individuais, aumentando o descrédito nas práticas coletivas, principalmente aquelas voltadas para organização econômica e produtiva. A sociedade capitalista, assentada na concorrência e na livre iniciativa, faz com que os princípios de solidariedade e da cooperação se tornem um meio pouco eficiente de

organização social. Portanto, numa sociedade onde os valores individuais assumem cada vez mais importância, os ideais de trabalho comunitário e coletivo, participação e cooperação tornam-se cada vez mais difíceis de serem colocados em prática.

Compreendemos a partir do relato do senhor Levino, quando este assentado aponta “*ou a gente aceitava assim ou íamos ficar sem terra, não é?*”, que a aceitação em um assentamento de gestão coletiva apenas foi uma estratégia destes trabalhadores. Devido aos anos de espera debaixo de lonas, muitos camponeses aceitaram tal imposição para saírem da beira das rodovias.

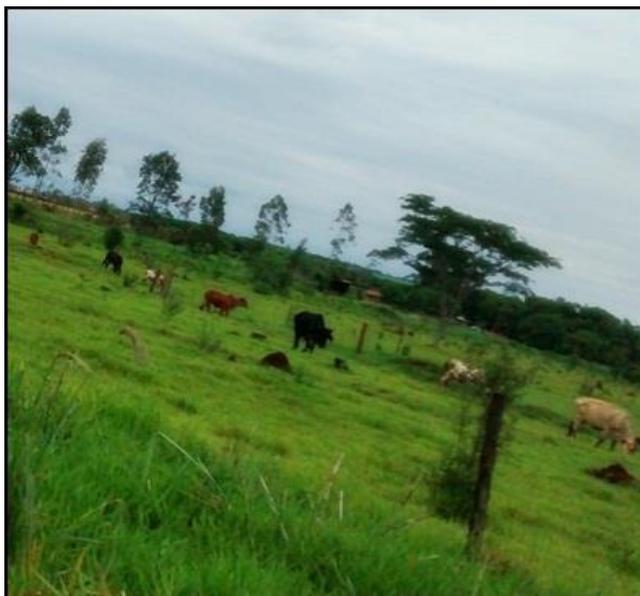
Contudo, conforme já foi relatado anteriormente os assentados contraíram dívidas e divergência com a área coletiva. Em virtude disto, atualmente a CUT prefere dizer que possui “parceria” na área coletiva. Arrendam a área coletiva e com isso, segundo os entrevistados cada família do grupo recebe uma renda em torno de R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), por colheita de soja.

Entretanto, os assentados deste grupo não sobrevivem apenas do rendimento proveniente do arrendamento, cabe frisar que parte do dinheiro obtido através do arrendamento da área coletiva é destinado ao pagamento de dívidas. Assim, verificamos nos lotes individuais, outros meios que estes camponeses têm buscado para permanecer no assentamento.

Foi possível encontrar nos lotes visitados uma diversidade na produção destes trabalhadores, tais como: plantações de mandioca, horta, frutas, criação de aves e pequenos animais. São destinados para o consumo da família e o excedente comercializado em idas à cidade de Ponta Porã, ou visitas aos familiares em municípios como Campo Grande e Dourados.

Cabe ainda destacar que a criação de gado leiteiro (ver figura 06) é essencial para as famílias, pois a venda de leite contribuiu para a permanência destes camponeses em seus lotes.

Figura 06- Criação de gado leiteiro no lote individual do Sr. Levino, assentado na CUT.



Fonte: CLEVE, 12-11-2015

Assim sendo, podemos verificar que nos lotes individuais estes camponeses têm buscado estratégias para permanecer no assentamento. Produzindo alimento para atender as necessidades de suas famílias e comercializando o excedente para sobreviver. Compreendemos assim, que a lógica do camponês é produzir aquilo que seja necessário para a família, uma lógica distinta da qual o antigo proprietário da fazenda Itamarati possuía.

Nos itens adiante, buscamos apresentar as estratégias dos demais grupos existentes no assentamento Itamarati.

3.1.2. MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

O MST encontra-se em 23 dos 27 Estados brasileiros. No Estado de Mato Grosso do Sul origina-se a partir das ocupações de latifúndios como forma de resistências. A base para o nascimento do MST no Mato Grosso do Sul teve início a partir da luta pela terra dos arrendatários, organizada, primeiramente, pela articulação e atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), conforme abordado no capítulo 1.

É válido apontar que o processo de territorialização é o que diferencia o MST de outras organizações e movimentos de luta pela terra, segundo Almeida (2003, p. 148-149) as características de luta deste movimento basicamente ocorrem da seguinte

maneira: ocupação/despejo/acampamento; ocupação de órgãos públicos; caminhadas e Atos Públicos; recuperação de alimentos e obstrução de rodovias.

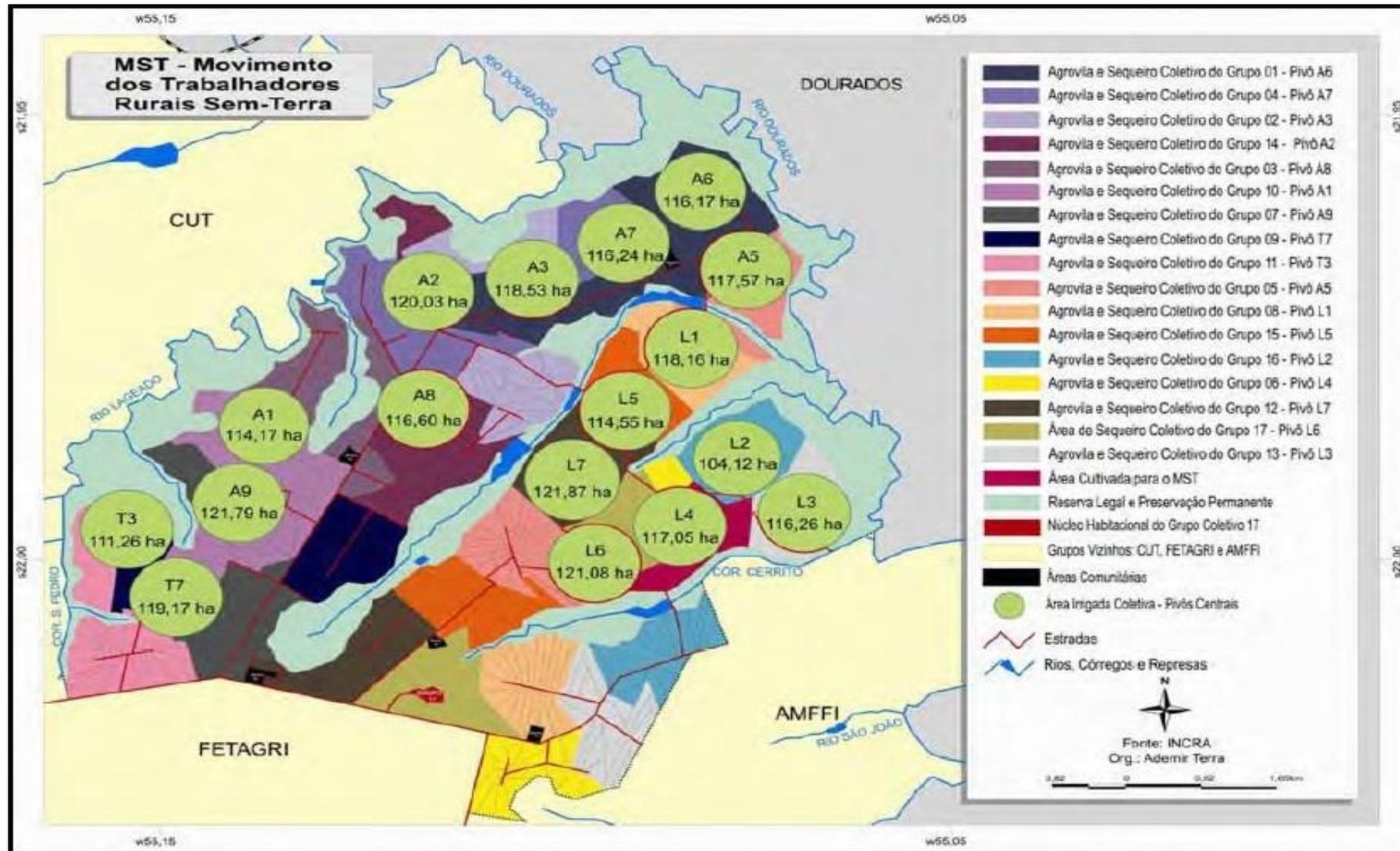
Assim sendo, entendemos que as ações empregadas pelo MST, visam criar atos políticos que pressionam o Estado. Desse modo, concordamos com Thomaz Jr. que a bandeira do MST tem como objetivo o enfrentamento “[...] este modelo excludente e concentracionista de renda, de terra e de capital, adotado na economia brasileira e na agropecuária, que se ancora na cultura latifundista quinhentista e que conta, historicamente, com o beneplácito do Estado” (THOMAZ JR., 2002, p. 01).

Colaborando para a discussão Fernandes (1996, p. 06) entende que “o fato dos camponeses não terem entrado na terra até os dias de hoje é político. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropria do território. Portanto, as lutas pela terra e pela Reforma Agrária são antes de tudo, a luta contra o capital”.

Nesse sentido, as lutas travadas pelo MST ao longo da história do Mato Grosso do Sul e do Brasil, tem como resultado, os projetos de assentamentos rurais implantados pelo governo. Dentre as conquistas deste movimento no Mato Grosso do Sul, encontra-se o assentamento Itamarati.

O MST possui no assentamento Itamarati 320 famílias, divididas em 17 grupos, com 19 famílias cada. O INCRA destinou para este movimento 7.226,5 (ha), sendo distribuídos da seguinte maneira: 1.984,62 ha de área irrigada, no qual conta com 17 pivôs; 793,03 ha de sequeiro e 2.589,17 ha onde localizam-se as agrovilas; 1.859,67 ha estão ocupados com áreas de Preservação Permanente (PP), estadas, rios e Reserva Legal (RL) (ver mapa 09).

Mapa 09- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Assentamento Itamarati



Fonte: Terra, 2009.

Cada família deste grupo ficou com aproximadamente 16 (ha), dos quais estão divididos da seguinte forma: 6 ha na área coletiva irrigada, 2 ha na área coletiva sequeira e 8 ha na área individual de sequeiro, localizados nas agrovilas.

O MST buscou que os assentados realizassem sua produção de forma coletiva. Entretanto, na prática isso não ocorre, o que é notado em todos os grupos sociais presentes no assentamento Itamarati.

Encontramos a existência de um modelo “semi coletivo”, embora a maior área reservada para este movimento seja para fins coletivos. As famílias contam com lotes individuais, dando liberdade para cada família produzir aquilo que sente necessidade.

Assim, mesmo que inicialmente o propósito deste movimento seja a produção de forma coletiva, encontramos famílias que produzem individualmente.

Dessa forma, se faz necessário primeiramente levar em consideração a participação e anseios das famílias que serão assentadas. Assim como ocorreu com a área coletiva da CUT, percebe-se que o mesmo aconteceu no grupo do MST. Sendo assim, torna-se fundamental a discussão sobre o modelo de gestão coletiva.

Desse modo, nota-se que foi exatamente isto que faltou no assentamento Itamarati. Uma falha na qual todos os grupos sociais envolvidos lidam cotidianamente, pois a gestão coletiva imposta pelo INCRA não obteve grandes resultados.

Vale destacar que muitas destas famílias já se encontravam acampadas por muito tempo. Muitos já estavam esgotados da vida do acampamento, em virtude disto aceitaram serem assentados mesmo sem saberem como seria a gestão coletiva.

Eu e minha família já ia fazer quase 10 anos acampados, aí quando falaram pra nós que íamos ganhar a nossa terra nós pulamos de alegria.. Aí falaram que ia ser um assentamento coletivo, já tavamos há muito tempo naquela vida... Os filhos tava crescendo e tínhamos que ter uma coisa da gente, aí aceitamos sair do acampamento. Porque ter uma coisa da gente, era um sonho e ainda mais que o pessoal falava que a cada safra íamos ganhar quase R\$6.000,00 reais [...] eu senti tanta felicidade, achei que tinha chegado a minha vez, só que trabalha em muita gente não dá certo [...] Não dava certo porque uns trabalham e outros não tão nem aí... Aí complica né, eu trabalha e o outro não fazer nada e ganhar o mesmo que eu não dá. (ROSE, Entrevista, 15.11.2015)

Embora, o MST pregue o modelo de gestão coletiva em assentamentos, fica evidente que acabou ficando apenas no discurso, sendo um fato que se repetiu nas demais organizações. Assim entendemos que um modelo de participação deve ocorrer desde os primeiros momentos, ainda nos acampamentos.

Pesquisamos um total de seis famílias deste movimento e verificamos que o modelo coletivo não teve sucesso assim como ocorreu com o grupo da CUT. A prática de arrendamento de pivôs no grupo do MST é uma alternativa para continuar a viver no assentamento.

Contudo, encontramos outras estratégias nos lotes individuais. Como por exemplo, a criação de pequenos animais e o plantio de hortas e frutas. Conforme, verifica-se na figura 07 é possível deparar-se com uma diversificação de produção, assim como verificamos no grupo da CUT.

Figura 07- Plantação de maracujá no lote individual do Sr. Paulo, assentado no MST.



Fonte: CLEVE, 14-03-2015

Além de possuir uma plantação de maracujá em seu lote individual, o assentado Paulo, conta ainda com o gado leiteiro para complementar a renda camponesa. No relato abaixo, podemos verificar o quão importantes tais atividades são para a família deste camponês.

Eu tenho umas vaca leiteira que ajuda muito e só quando precisamos muito de algum dinheiro aí num tem jeito e temo que vende um cabeça ou outra... com os filho estudando fora a gente tem que se virá como da. (PAULO, Entrevista, 12.03.2015)

O relato acima demonstra que a criação de gado é importante para o sustento da família deste assentado. Em virtude do senhor Paulo possui três filhos, e segundo a sua entrevista, dois filhos ingressaram no ensino superior.

Como forma de contribuir para a continuidade do estudo de seus filhos, este assentado vez ou outra necessita vender algumas cabeças de gado. Além disso, realiza outras atividades. Sua esposa, a senhora Vânia para complementar a renda da família faz bolos e doces (ver figura 08), comercializando tais produtos no próprio assentamento.

Figura 08- Bolos produzidos pela senhora Vânia, assentada no MST.



Fonte: CLEVE, 14-03-2015

Dessa forma, entendemos que em um assentamento podemos encontrar uma diversidade produtiva, cada lote individual produz aquilo que julga necessário para a necessidade de sua família.

Assim sendo, entendemos que embora a concentração de terras seja algo muito presente no Estado do Mato Grosso do Sul, há também algo marcante neste cenário, a presença de organizações que lutam para melhorias na vida daqueles que se encontram debaixo dos barracos de lona preta nas rodovias. A presença do MST no assentamento Itamarati, comprova que nesta terra do latifúndio existe também trabalhadores sem-terra espalhados por vários cantos.

Nesse sentido, a forma de organização deste grupo apresenta práticas camponesas que comprovam que estes camponeses têm buscado alternativas para permanecer no assentamento.

Portanto, o grupo do MST está representado no assentamento Itamarati por sujeitos que tem resistido da maneira que podem, seja arrendando pivôs ou criando em seus lotes individuais. A seguir, veremos a forma como o grupo da Fetagri encontra-se organizado no assentamento Itamarati.

3.1.3. FETAGRI- Federação dos Trabalhadores na Agricultura

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) é uma entidade sindical filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), cuja origem em 01/01/1979, se deu conjuntamente com o processo de instalação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. No seu período de origem, o novo Estado contava com apenas dez Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a maioria concentrados na região da Grande Dourados. (CPT, 1993).

A FETAGRI/MS tem como bandeira de luta a reforma agrária, segundo a CPT (1993), logo após a divisão do Estado, acontece à fundação da FETAGRI/MS, em 13/02//1979. Esta organização tem como objetivo:

O estudo, a defesa, a representação e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado, bem como promover e realizar pesquisa, ensino, treinamento, qualificação e requalificação profissional e de colaborar com o desenvolvimento institucional, regendo-se pelas leis em vigor e pelo seu Estatuto Social (FETAGRI/MS, 1998, p. 01).

Esta organização é composta por trabalhadores assalariados rurais, temporários e permanentes, trabalhadores e trabalhadoras aposentadas, assim como agricultores familiares. Cabe ressaltar, que a FETAGRI/MS organiza ocupações de terra no Estado, porém a organização deste movimento diferencia das lutas do MST, principalmente nas visões de luta pela terra, conforme aponta Chiquinho:

[...] a FETAGRI trabalha de modo mais pacífico que o MST, negocia com o governo, pois não é de fazer invasão forçada... Só ocupa fazenda em processo de desapropriação, o MST tem um jeito de lidar as coisas e a FETAGRI outro jeito né [...] (Chiquinho, membro da associação dos trabalhadores do assentamento Itamarati, entrevista realizada no INCRA, março de 2015).

Entendemos que esta organização sindical possui um grande número de famílias nos assentamentos do estado. Entretanto, durante a realização da pesquisa de campo notamos que as pessoas assentadas por esta organização alegavam não ter recebido acompanhamento para a permanência na terra. Conforme, aponta o assentado Manoel:

Eu vo te fala bem a verdade, a FETAGRI só olha pros os assentados pra poder assentar, depois que ganha a terra ela esquece nós. (MANOEL, Entrevista, 15.11.2015).

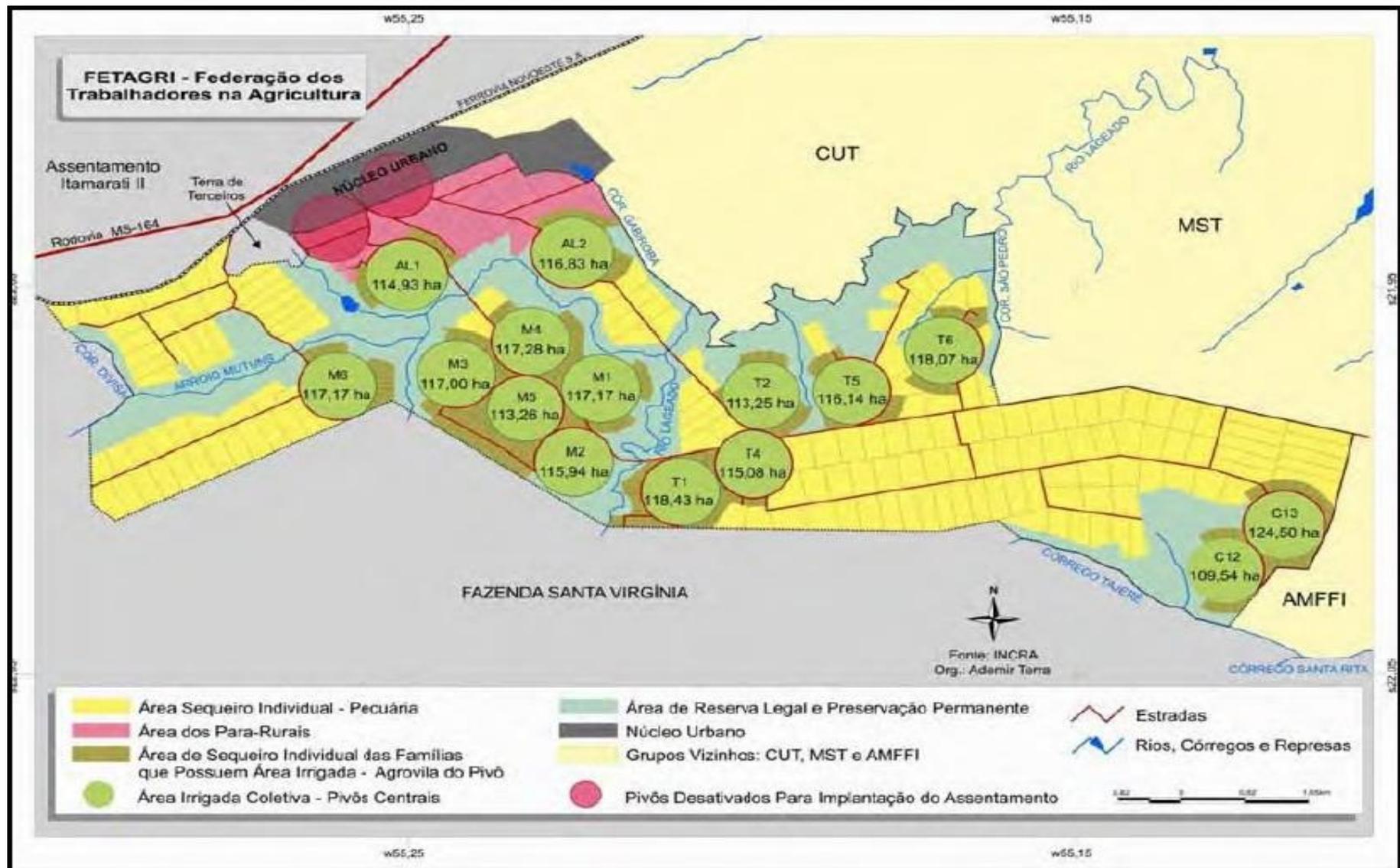
Assim sendo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), conta com 395 famílias no assentamento Itamarati, ocupando uma área de 7.964,08 ha (ver mapa 10). É a entidade que tem mais famílias dentro do assentamento, sendo distribuídas em 28 grupos.

Possui no assentamento Itamarati 15 unidades de pivô, conta com 15 grupos coletivos na área irrigada, possuindo cada grupo um total de 9 a 12 famílias. A área irrigada corresponde a 9,5 hectares para cada grupo de família. Os lotes individuais possuem uma área de 3 hectares cada. Pode-se observar no mapa 12, que dois pivôs foram desativados.

Assim como os outros grupos, a FETAGRI possui áreas coletivas, porém não existe um trabalho em conjunto entre os assentados deste grupo. Esta entidade possui uma área sequeira, destinada a famílias que desejavam desenvolver a pecuária. Embora, tenha a existência de 7 grupos nesta área, o trabalho ocorre de forma individual.

Portanto, verifica-se que as famílias assentadas pela FETAGRI/MS possuem formas distintas de luta pela terra. Apresentamos a bandeira de luta desta organização, pois dessa forma podemos compreender o papel desta entidade no assentamento Itamarati.

Mapa 10- Federação dos Trabalhadores na Agricultura no assentamento Itamarati



Em relação à forma de organização do grupo da FETAGRI, pesquisamos um total de cinco famílias e verificamos a existência de um grupo em seu interior, composto por 11 pessoas, denominado de M4 “Ar Livre”. Desenvolvem suas atividades em um dos pivôs existentes na área coletiva. Entretanto, os demais pivôs são arrendados, pelos mesmos motivos do grupo do MST e CUT: o endividamento dos assentados.

Este grupo de 11 pessoas existente no interior da FETAGRI é o único que tem desenvolvido atividades no pivô, destinado para ações coletivas. Além disso, são os únicos que optarem em não arrendar as terras.

É válido apontar que a renda obtida por estes camponeses na área irrigada se sobrepõem em relação aos outros sujeitos que buscaram arrendar tais áreas. A partir da pesquisa de campo, verificamos que este grupo que optou em não arrendar, possui uma renda média de aproximadamente dez mil reais por cada colheita. Sendo o principal cultivo a soja e o milho.

Podemos verificar que para este grupo o trabalho coletivo tem sido viável, porém constatamos nos lotes individuais de dois entrevistados deste grupo outras práticas. Conforme mostra a figura 09:

Figura 09- Criação de gado leiteiro no lote individual do Sr. Manoel, assentado na FETAGRI.



Fonte: CLEVE, 15-11-2015

A partir da figura 09, podemos compreender que a lógica do camponês não se limita a apenas um tipo de produção. Fazendo um comparativo com a antiga fazenda Itamarati, onde a produção visava a apenas o cultivo de commodities. Atualmente, encontramos neste mesmo território, desde criação de gado, plantio de pomares a

criação galinhas. Assim, a criação de gado do senhor Manoel, evidencia que a lógica camponesa é baseada na diversidade da produção e principalmente, visa atender as necessidades de sua família.

Torna-se importante apontar que a FETAGRI, é distribuída em 28 grupos no assentamento Itamarati, ou seja, aqueles camponeses que não fazem parte do grupo M4 “Ar Livre”, optaram em arrendar as áreas coletivas. E através do arrendamento das áreas irrigadas, quitam as dívidas contraídas com credores de insumos e com o banco.

A partir da pesquisa de campo, foi possível verificar nos lotes individuais deste movimento uma diversidade na produção. Assim, como verificamos nos grupos do MST e CUT, constatamos nos grupos da FETAGRI a existência de criações de gados, plantações de hortas, frutas e criação de animais de pequeno porte.

Um ponto que podemos elencar como grande diferenciador da FETAGRI, com os demais movimentos existentes no assentamento Itamarati é a presença dos ex-brasiguaios. Este movimento agrupa o maior número de famílias de ex-brasiguaios.

Portanto, é possível a partir deste grupo compreender que cada família tem buscado maneiras de resistir. No caso da FETAGRI, para 11 pessoas o modelo de gestão coletiva tem sido viável. Entretanto, este grupo é uma exceção no assentamento. O que podemos apreender é que estes camponeses tem a capacidade de recriação e de uma diversidade em suas produções. A partir de tais práticas, podemos compreender que é estas pessoas que de fato dão sentido à terra.

3.1.4. AMFFI- Associação dos Moradores do Assentamento Itamarati

A AMFFI nasce com o intuito de atender as necessidades dos ex- funcionários da fazenda Itamarati, que pretendiam continuar trabalhando com a terra. Através da organização pela associação, estes sujeitos passaram a reivindicar o direito de serem contemplados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Os ex-funcionários da fazenda buscaram formar esta associação devido a diversos fatores, como aponta Nogueira (2011, p. 71):

- a) sabiam da dívida que a Fazenda tinha junto ao sistema financeiro; b) sabiam do interesse do INCRA em adquirir aquela propriedade para fins de reforma agrária; c) sabiam do risco que corriam em ter que mudar daquele local e não serem contemplados pela “Reforma Agrária”; d)

conheciam a grande possibilidade de outras pessoas ligadas a organizações várias serem contempladas com a terra.

Estes sujeitos buscaram através da criação da associação reivindicar pelos seus direitos de “forma mais efetiva”.

A AMFFI em seu início era composta por 200 ex-funcionários, entretanto ocorreu a desistência de 50 famílias, restando 150 famílias dos ex-funcionários da fazenda. De acordo com Nogueira (2011, p.71):

A AMFFI definiu que, além de preencher os requisitos exigidos pelo INCRA, as famílias que queriam ser assentadas deveriam comprovar o vínculo empregatício de qualquer membro da família com a fazenda por meio do registro em carteira de trabalho. Essa exigência era necessária para garantir um maior controle das famílias a ser assentadas, evitando que pessoas que não haviam sido funcionárias da fazenda fossem beneficiadas.

Está representada no assentamento Itamarati por 150 famílias. Possui uma área de 3.582,04 ha, dos quais estão distribuídos da seguinte maneira: 152,53 ha destinados para a agrovila, 1.379,76 ha de área irrigada, 976,49 ha de área de sequeiro, 6,83 ha ocupados por rios e represas. Em relação à exploração da área, Terra (2009, p.104) afirma:

Ao decidir sobre a forma de exploração da área, a AMFFI inicialmente optou por formar um grupo de 150 famílias, do qual cada família recebera uma lote de 1 ha na agrovila, destinada à moradia, e mais 9,2 ha irrigados e 6,5 ha de sequeiro, que seriam explorados coletivamente para a produção, tanto para consumo próprio, quanto para comercialização.

Como já foi dito anteriormente o INCRA determinou o modelo coletivo para este assentamento. Dessa forma, as famílias dos ex-funcionários aceitaram este modelo de gestão, em virtude dos benefícios que poderiam trazer para eles, pois todos possuíam experiência com a lida do campo.

Vale ressaltar que dentro do grupo de 150 pessoas da AMFFI, existem três grupos (A, B, C). Sendo o grupo A, composto por 54 famílias, nas quais se encontram subdivididas em 5 grupos menores. Os grupos B e C também são divididos em subgrupos, sendo compostos por 12 famílias cada.

Dessa forma, entendemos que este rearranjo feito pela AMFFI conduziu a situações parecidas com os demais grupos.

Verificamos a existência da prática de arrendamento das áreas coletivas deste grupo. Cabe destacar que o lote individual não atende as necessidades das famílias da AMFFI. O relato abaixo evidencia um dos dramas vividos por estes camponeses.

[...] Como que vamo vive só com um hectare é por isso que os filho cresce e tem que sai daqui... nois fomos os mais prejudicado na hora da divisão... se não é eu saí daqui pra trabalha fora, não íamos ter o que come. (CLAUDIO, Entrevista, 10.10.2015).

Nesse sentido, compreendemos que estes camponeses apesar de tais dificuldades têm buscado alternativas para permanecer em seus lotes. No caso do senhor Claudio, a alternativa foi trabalhar na cidade de Ponta Porã-Ms. Assim, entendemos que o fato de assentar estas pessoas não resolveu todos os problemas.

Assim sendo, verificamos que o assentamento Itamarati é composto por diferentes histórias, trajetórias e origens. Composto por sujeitos que migraram para o Paraguai até aqueles que foram funcionários da antiga Fazenda Itamarati.

Entendemos que a fronteira é o encontro dos diferentes, um lugar onde culturas se misturam. E no assentamento Itamarati é possível encontrar uma mistura de culturas. Famílias que nunca estiveram acampadas, como é o caso dos ex-funcionários da fazenda, sujeitos que residiram no Paraguai e aqueles que ficaram mais de cinco anos acampados. Sendo o objetivo maior de todas estas famílias, a possibilidade de melhorar a qualidade de vida.

Entretanto, o Estado não levou em consideração que ao assentar diferentes grupos sociais, estaria levando diferentes histórias de vida. Um erro que não é exclusividade do assentamento Itamarati, pois muitas vezes as pessoas que irão vivenciar o assentamento são desconsideradas. Basta dar terra e o problema está resolvido, bom é assim que o governo tem levado a Reforma Agrária em nosso país. Entretanto, o “assentamento modelo” demonstra que precisa proporcionar muito mais que simplesmente criar assentamentos.

Dessa forma, para compreender a territorialidade produzida na fronteira é necessário atentar-se aos sujeitos que fazem parte deste processo, que vivenciam cotidianamente as relações de fronteira. Assim, buscamos apresentar as configurações

dos assentamentos, evidenciando que cada assentamento possui uma relação distinta com a fronteira.

Portanto, o assentamento Itamarati demonstra claramente a complexidade e diversidade da luta pela terra na faixa de fronteira Brasil-Paraguai, devido aos sujeitos que o compõe. Contudo, não podemos generalizar que todos os assentamentos próximos à fronteira mantêm a mesma relação com a fronteira.

3.2 Assentamento Corona

Apresentamos inicialmente as particularidades e organização do assentamento Itamarati. Buscamos apresentar neste item, a dinâmica do assentamento Corona. Verificamos a partir da pesquisa de campo as estratégias e formas de organização realizadas pelos assentados para permanecer na terra, sendo possível verificar que este assentamento difere-se em alguns aspectos do assentamento Itamarati.

O assentamento Corona foi criado pelo INCRA em junho de 1997, a partir da desapropriação da Fazenda Corona. Localiza-se a 65 km do município de Ponta Porã-MS. Possui um total de 1.095,86 hectares sendo distribuídos da seguinte maneira: cada lote possui 17,3 ha, as demais áreas estão distribuídas entre a agrovila (1, 83 ha), estradas internas (17,73 ha) e reserva legal comunitária (71,89 ha).

A distância do assentamento em relação ao município dificulta a vida destes assentados. Exemplo disso está na dificuldade dos jovens, pois sofrem com a falta de transporte para se deslocarem até a cidade para cursarem o ensino médio ou ensino superior.

A respeito do processo de luta destes camponeses, cabe apontar que ocorreu através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ponta Porã. A fazenda Corona era considerada como área improdutivo segundo a avaliação do INCRA.

Em virtude da avaliação realizada pelo INCRA, o sindicato dos trabalhadores rurais de Ponta Porã buscou organizar a ocupação do imóvel (Fazenda Corona). Assim, as famílias que compõem o assentamento Corona carregam em suas histórias as lembranças de um período que muitos entendem como necessário, pois passaram dois meses acampadas.

Durante o processo de ocupação os acampados, hoje assentados, enfrentaram inúmeras dificuldades. Entretanto, debaixo das lonas persistiram, aguardando a desocupação do imóvel rural, como aponta o senhor Cícero:

Até hoje eu lembro viemos tentar porque não tinha outra coisa pra fazer, não tinha profissão, num tinha nada. Eu tinha que tentar porque se num pode comprar a terra e cê não sabe fazer outra coisa eu tinha que tentar ficar até sair a tal de terra. (CÍCERO, Entrevista, 11.04.2015)

Iniciar com esse breve relato do senhor Cícero é mostrar que embora esses sujeitos sejam colocados como “vagabundos”, lutam cotidianamente. Este senhor lutou para conquistar “a tal terra” e ainda luta para permanecer em seu lote através da venda de leite. Aqui podemos notar que a lógica que Cícero possui com a terra é completamente distinta do capitalista que apenas visa o lucro.

Para Cícero o fato de não possuir capital para adquirir a sua propriedade, coloca como alternativa a luta debaixo de uma lona. Contudo, o fato de sobreviver com a venda de leite é uma forma de resistência frente a este modelo dominante no Estado de Mato Grosso do Sul.

As famílias do assentamento Corona são oriundas de diversos estados do país (Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina, Pernambuco, Sergipe e Mato Grosso do Sul). Entretanto, este assentamento conta com inúmeras famílias que trabalhavam no Paraguai em situação irregular e retornaram ao Brasil em busca de condições melhores, ou seja, existe a presença de ex-brasiguaios no assentamento Corona.

Muitos retornaram para o Brasil e estiveram presentes no primeiro acampamento de brasiguaios, localizado na cidade de Mundo Novo, onde permanecerem até serem assentadas em junho de 1997.

Em virtude disto, apresentamos no primeiro capítulo quem são os brasiguaios, pois o assentamento Corona conta com 25 famílias de ex-brasiguaios. Dessa forma, entendemos que a luta pela terra nesta fração do território possui uma imensa diversidade.

É possível encontrar pessoas de diversos cantos do país em um só assentamento, mas uma característica marcante que só iremos encontrar em assentamentos localizados na faixa de fronteira Brasil-Paraguai é a presença dos ex-brasiguaios. Pessoas que demonstram que a luta pela na fronteira merece ser mais discutida.

A presença dos ex-brasiguaios nos assentamentos aponta que há muitas famílias buscando um pedaço de chão. Atravessam a fronteira com esperanças de melhorar a

vida de suas famílias, pois a Reforma Agrária no Brasil apenas tem ocorrido através de muita luta.

Sobre o tempo que viveu no Paraguai o senhor Cícero, relata:

Eu pensei assim, se não der certo lá eu largo tudo e volto embora e foi o que tive que fazer [...] lá tinha muito preconceito com os brasileiros e isso era muito ruim, daí nós viemos pra cá... Aqui é a terra da gente, se sou brasileiro é aqui que devemos ficar né? [...] agora pelo menos meu filho tem escola, temos saúde e um lugar nosso. (CÍCERO, Entrevista, 11.04.2015)

Dessa forma, entendemos que a fronteira proporciona novas adaptações para os trabalhadores que lutam pela terra nestes locais. O deslocamento sobre os limites entre Estados Nações demonstram essas adaptações, pois ora o senhor Cícero estava morando no Paraguai e atualmente reside no Brasil. “Nesse sentido podemos pensar a fronteira a partir de complexas relações culturais e de poder em um mundo constituído por relações assimétricas e em permanentes deslocamentos de pessoas, mercadorias e símbolos” (ALBUQUERQUE, 2010, p.48).

Assim como o senhor Cícero, foi possível encontrar diversas pessoas que passaram pelo mesmo drama. Verificamos a partir dos relatos das famílias pesquisadas, que estes camponeses viveram intensos processos de adaptações. Ora estavam no Paraguai em busca de melhores condições de vida, porém sofrem a expulsão e retornam para o Brasil.

Nesse sentido, a escolha desses ex-brasiguaios em residirem mais uma vez na fronteira, dessa vez do lado brasileiro, identifica uma escolha de viver no assentamento que vai muito além do simples fato de reprodução camponesa, mas de pertencimento a essa fronteira que lhes ofereceu a chance de reconstruírem suas vidas, onde partilham os costumes da cultura de origem, e convivem com costumes construídos na fronteira (NOGUEIRA, 2011, p.117).

Entendemos que a mobilidade destes camponeses é uma característica marcante nos assentamentos de fronteira com o Paraguai. Porém, as formas de resistência e permanecer na terra diferem-se. Em virtude disto, verificamos a maneira que as famílias do assentamento Corona se organizam e que ocorre de forma distinta do assentamento Itamarati.

Os assentados do assentamento Corona não estão organizados a partir de movimentos socioterritoriais, mas sim a partir da produção de cada lote. Enquanto no

assentamento Itamarati a organização do assentamento é dividida a partir de movimentos socioterritoriais. No assentamento Corona ocorre a partir da produção. Entretanto, não quer dizer que estes assentados não se unam para lutar. A existência da APRAC (Associação dos pequenos produtores rurais do P.A Corona) comprova que existem momentos que estes camponeses unem-se.

A APRAC surge um ano após a criação do assentamento, devido à necessidade dos assentados em gerir determinadas atividades no interior do assentamento. Sendo esta associação responsável pelos patrimônios sociais e abastecimento de água.

Além de participarem desta associação, os assentados se organizam em grupos que possuem máquinas agrícolas. As famílias que cultivam grãos se juntam para usar as máquinas agrícolas, porém, aqueles assentados que não fazem parte deste grupo se desejarem usar as máquinas agrícolas pagam pelo aluguel. Além disso, os assentados estão associados à Cooperativa Cooagri.

As atividades realizadas no assentamento têm suas peculiaridades: 14 lotes tem como base o cultivo de grãos; 8 lotes a criação de gado e a produção de leite; 16 lotes o cultivo grãos combinado com a criação de bovinos e 22 lotes arrendam parte suas terras ou dedicam-se a produção para autoconsumo, conforme verifica-se na tabela abaixo:

Assentamento Corona

Tabela 07: Distribuição lotes a partir da produção agrícola.

PRODUÇÃO	LOTES
Produção baseada no cultivo de grãos mecanizado e arrendamento de terra de terceiros	4, 8, 10, 11, 12, 14, 17, 20, 21, 24, 41, 44, 54, 55.
Produção baseada na criação de gado e comercialização de leite.	15, 18, 29, 33, 38, 45, 47, 50.
Produção que combina a criação de gado e o cultivo de grãos	2, 3, 5, 6, 7, 16, 19, 23, 24, 25, 34, 36, 39, 43, 51, 58.
Produção baseada no autoconsumo	1, 9, 13, 14, 22, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 35, 37, 40, 42, 46, 48, 49, 52, 53, 56,57

Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (abril, 2015).

Segundo a pesquisa de campo esta divisão de grupos passou a existir devido a um grupo de famílias. Logo no início do assentamento reuniram-se para comprar

equipamentos e máquinas para o cultivo de grãos. E aquelas famílias que buscavam praticar tal cultivo, tinham que arrendar o maquinário destas famílias.

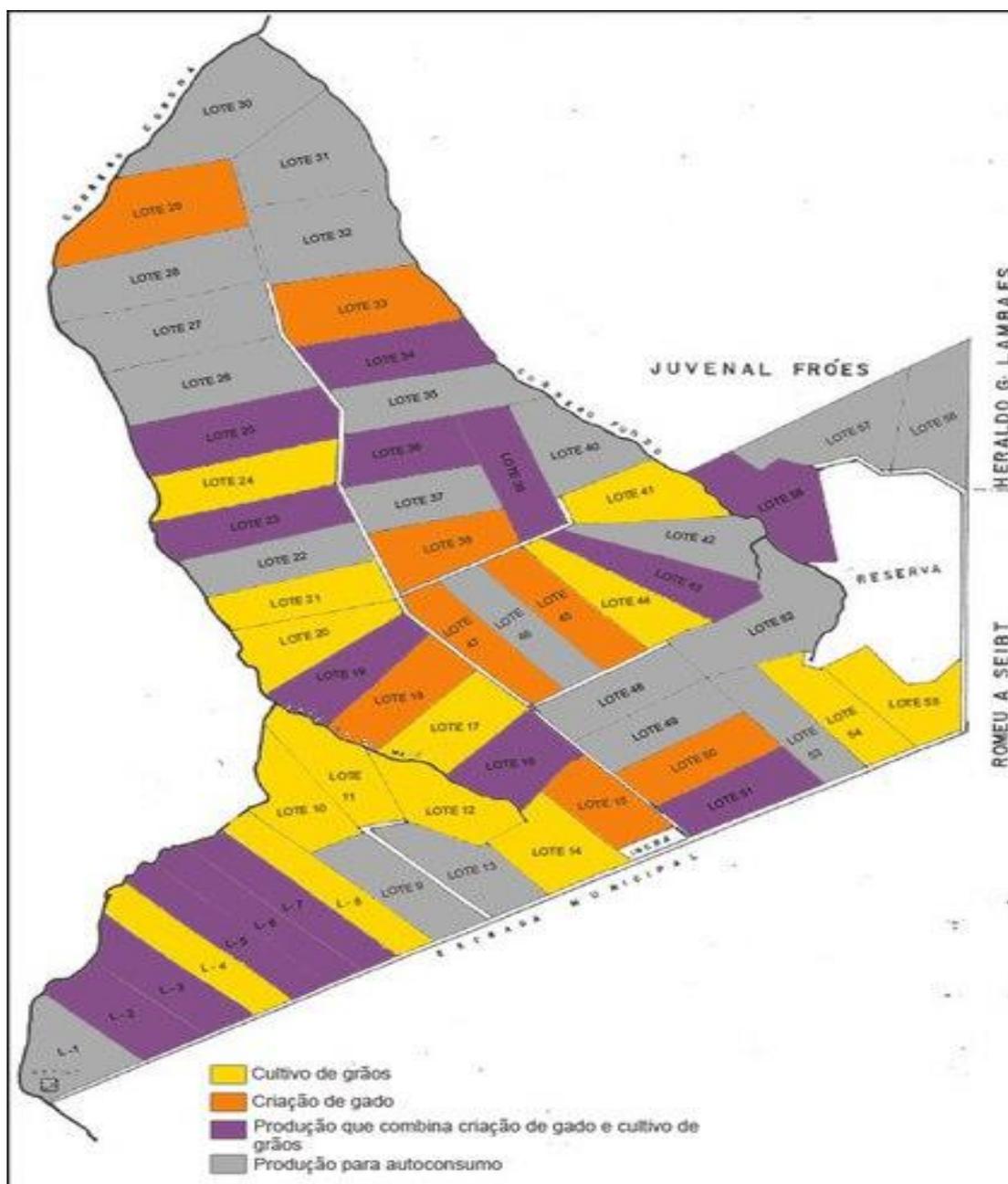
Assim, os assentados passaram a dividir a produção entre aqueles que cultivam grãos e aqueles que combinam a produção de grãos com a criação de gado. As famílias que adotaram o cultivo de grãos em seus lotes já possuíam experiência com o cultivo em sistemas motomecanizados antes à entrada do assentamento Corona. Os que não fazem parte de nenhum destes grupos, em parte já são aposentados e optam em arrendar parte do lote. No mapa 11 representamos cartograficamente como se expressa territorialmente nos lotes a organização produtiva interna das famílias do assentamento Corona.

É necessário apontar que a maneira que os assentados dividiram as atividades tem sido a forma que encontraram para sobreviver na terra. Produzem aquilo que entendem como forma de sustentar a famílias. Entendemos que na agricultura a venda de seus produtos tem como objetivo comprar mais produtos para sua produção, não visa o lucro com a comercialização.

Segundo Martins (1975), emprega-se a economia do excedente e diversificação da produção como estratégia de existência, para que haja o consumo e a comercialização, uma vez que esse excedente já é produzido para vender e comprar aquilo que não é passível de produção, podendo combinar criação de animais plantação de hortifruti, etc. Verifica-se o quão diverso é a produção neste assentamento, mesmo com as dificuldades estes sujeitos possuem maior diversidade de produção que uma “grande” propriedade.

Assentamento Corona

Mapa 11- Territorialidade campesina na organização produtiva



Fonte: Pesquisa de campo

Org: CLEVE, 2016.

O assentamento Corona é apenas um exemplo de que apesar de as propriedades não serem beneficiadas pelas políticas do Estado, a falta de financiamentos bancários, conseguindo produzir mais que as grandes propriedades. Tomamos como exemplo os trabalhadores que cultivam soja neste assentamento. Cada família que adotou tal prática possui em média 37,03 hectares, sendo utilizadas para este tipo de produção cerca de 90% do lote. Na safra de 2008/2009, segundo a pesquisa de campo, cada família deste grupo obteve um total de R\$ 25.000,00.

Entretanto, as atividades do grupo que produz grãos não se limitam a tal cultura. Verificamos no restante do lote dos assentados o plantio hortas, pomares e criação de animais para o autoconsumo. Assim, podemos compreender que existe uma diversidade na produção camponesa. Apesar da falta de assistência e dificuldades, cada família consegue em com seus 37 hectares tirar o sustento para permanecer em seus lotes.

Nesse sentido, compreendemos que a luta pela terra é também uma luta contra o capital, pois, estas empresas do agronegócio acabam subordinando a renda do campesinato, reproduzindo seu capital, condenando os camponeses à miséria. No caso do assentamento Corona, produzem grãos e vendem para empresas como a COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.) e COOAGRI (Cooperativa Agropecuária e Industrial). Aqui entendemos a possibilidade do campesinato se reproduzir, mas de forma precária. Colaborando para a discussão Oliveira (1991, p.19) aponta que:

A utilização dessas relações de trabalho não capitalistas poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Este processo nada mais é do que de produção do capital, feito através de relações não capitalistas. Uma vez acumulado, este capital, numa próxima etapa do processo de produção, poderá ser destinado à contratação de bóias-frias, por exemplo, e então se estará implantando o trabalho assalariado na agricultura.

Entendemos que a maneira que o capitalismo se expande no campo ocorre de forma contraditória, possibilitando a reprodução de relações capitalistas e não capitalistas de produção. Nesse processo, o trabalho familiar insere-se vendendo a sua força de trabalho, produzindo para si e para os outros como é o caso do assentamento Corona. Segundo Shanin (2005, p.9):

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente a economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente estudadas por Kautsky.

Verificam-se estas relações no assentamento Corona a partir da venda de grãos e a venda de outros produtos. É importante dizer que a compra de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, foi realizada por dois grupos de famílias através do crédito rural Pronaf¹², sendo estas famílias as detentoras dos maquinários dentro do assentamento, os agricultores que não participam destes grupos utilizam do serviço pagando uma taxa equivalente a 7% da produção obtida.

Vale salientar que o cultivo de grãos, nunca impediu das famílias de produzirem para o autoconsumo (ver figura 10). Em suma, a maioria dessas famílias vê a possibilidade de permanecer na terra através do cultivo de grãos, pois com a comercialização da produção estes camponeses tem a possibilidade de criar os filhos, comprar mais produtos para o lote.

Figura 10: Lote Individual do senhor Elias no assentamento Corona, criação de aves.



Fonte: CLEVE, 25.04.2015

¹² O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, com intuito de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, proporcionando o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

A criação de galinhas no lote individual do senhor Elias comprova que dinâmica de um lote em um assentamento é diversa. Não se limita apenas a um tipo de produção, sendo possível em um mesmo assentamento ser produzido desde soja até a criação de galinhas para o autoconsumo. Desse modo, o acesso à terra permitiu a essas famílias, assim como tantas outras que vivem no assentamento, a reprodução do seu modo de vida.

Verificamos que além da prática da cultura de grãos, existem aqueles que buscaram como alternativa a criação de gado leiteiro, sendo a produção de leite o principal meio de sustento destas famílias. Fazem parte deste grupo os seguintes lotes: 15, 18, 29, 33, 38, 45, 47, 50.

As famílias que aderiram a este grupo possuem em média 17,02 hectares e não arrendam terras para a produção. Para contribuir para o sustento possuem hortas, pomares, plantações de milho, feijão, mandioca e criam outras espécies de animais, tais como: aves, suínos e abelhas.

Cada família deste segundo grupo gastou aproximadamente R\$ 33.338, 53 com recursos provenientes do PRONAF, destinados a instalações, como barracões para ordenha, cercas, galpões, galinheiros, açudes, máquinas e equipamentos para a produção.

A produção de leite feita por estes assentados é baseada no trabalho familiar. Envolve até os jovens, que durante um período do dia colaboram para a atividade, mas a ordenha é realizada por todos os membros da família.

Além destes dois grupos, há ainda um terceiro grupo no assentamento composto por 16 lotes. A produção dos assentados que compõe este terceiro grupo é baseado na combinação de criação de gados e o cultivo de grãos. Fazem parte deste grupo seguintes lotes: 2, 3, 5, 6, 7, 16, 19, 23, 24, 25, 34, 36, 39, 43, 51, 58.

Os assentados que praticam a combinação de cultivo de grãos e a criação de gados possuem em média 20 hectares. As famílias deste terceiro grupo conseguiram através do PRONAF, crédito para adquirirem máquinas, equipamentos, gados e instalações. Durante a pesquisa de campo relataram que o financiamento ocorreu de forma individual. Contudo, só a produção de grãos e a criação de gado não são suficientes para atender as necessidades de algumas famílias. Conforme o relato abaixo:

Quando soubemo que podíamos pegar o PRONAF, fomos lá e pegamo mesmo... combinamo que cada um ía ajudar um pouco pra comprar as coisas

[...] só que como eu tenho família grande e pago pro banco tenho que fazer outras coisas, né? Não dá pra ficar devendo por aí não, a gente vive apertado mais pelo tamo com o nome limpo (risos). (WILSON, Entrevista 07. 05. 2015).

A partir do relato acima, podemos verificar que a criação de gado e o cultivo de grãos não tem sido suficiente para a manutenção de algumas famílias. Cabe ainda destacar que não podemos generalizar que todos os assentados tem conseguido pagar o financiamento. Contudo, durante a realização das entrevistas não identificamos casos em relação ao financiamento ou histórias de endividamento.

As famílias que escolheram este grupo são as que não possuem todo equipamento para a colheita de grãos, reuniram-se devido à afinidade com a criação de gado. Entretanto, ao contrário do segundo grupo que apenas tem como fonte principal a criação de gado. Este terceiro grupo, as famílias buscaram combinar com o cultivo de grãos. Entendemos que a formação dos grupos existentes no assentamento Corona ocorre devido às necessidades e experiências de cada família.

Verifica-se também que neste grupo além de tais atividades, alguns lotes produzem frutas, mandioca, banana, feijão, hortas e criam suínos, peixes, abelhas e aves para o autoconsumo. Na figura 11, podemos observar o cultivo de milho e feijão em um lote. E ao mesmo tempo a plantação de mandioca.

Figura 11: Lote Individual do senhor Wilson no assentamento Corona, plantação de milho, feijão e mandioca.



Fonte: CLEVE, 07.05.2015

Portanto, podemos verificar que estes camponeses possuem uma diversidade produtiva buscando cotidianamente estratégias para permanência em seus lotes. Contudo, vale destacar que este terceiro grupo arrenda terras de outras famílias assentadas.

No item anterior relatamos a existência da prática de arrendamento no assentamento Itamarati. No caso daquele assentamento, os assentados buscaram o arrendamento para quitar dívidas. Entretanto, no caso dos assentados do assentamento Corona encontramos uma situação distinta. Este grupo de famílias reuniu-se a fim de arrendar terras de outras famílias, em virtude do tamanho do lote, pois acaba sendo inviável a combinação de criação de gado e cultivo de grãos.

O arrendamento ocorre nos lotes daqueles que se encontram aposentados ou apenas produzem para o autoconsumo. Dessa forma, entendemos que o arrendamento de terras entre os próprios assentados não está pautado em uma lógica capitalista, mas a uma lógica camponesa de organização da produção, uma vez que a renda servirá para o grupo que arrenda terras visa obter melhorias para sua família, enquanto que os assentados que arrendam parte do lote usam da renda obtida para permanecer em seus lotes.

Nesse sentido, o arrendamento entre estes assentados é uma forma do campesinato conseguir dinheiro, para a compra de mercadorias, caracterizando a reprodução simples (M-D-M). Em relação à prática de arrendamento de terras entre os assentados, o senhor Edson relata:

Se viu o tamanho do nosso lote, não dá pra plantá tudo aqui pra minha família... Os filho vão crescendo e tem que trabalhá também, aí vai ficando pequeno... E criando gado e plantando milho não dá tudo aqui no lote por isso arrendamo dos outro, e desse jeito todo mundo sai ganhando. .
(EDSON, Entrevista, 11.04.2015).

Em relação aos sujeitos que arrendam seus lotes, a senhora Eneide explica:

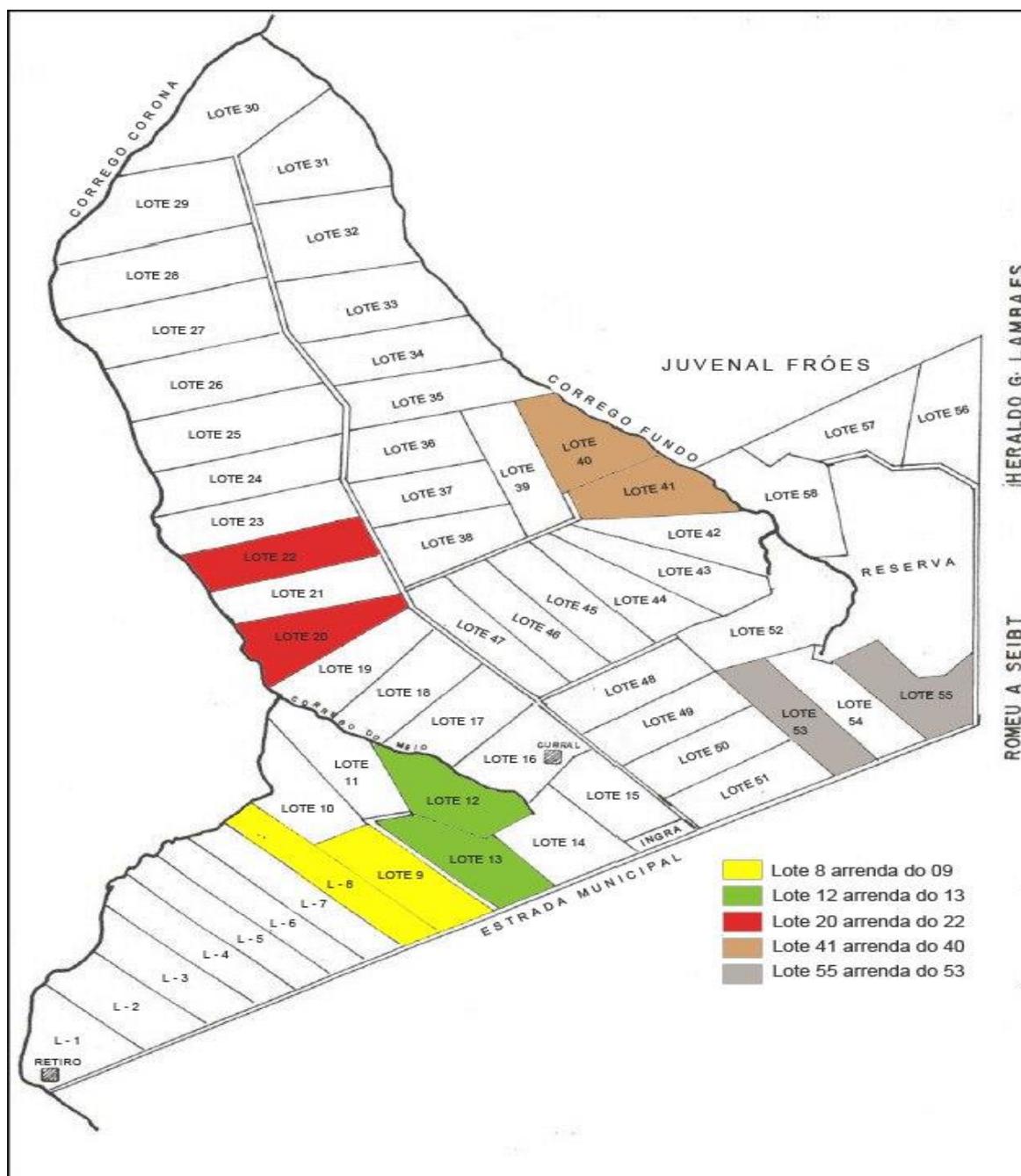
Arrendamo porque ele (marido) já ta aposentado e eu também, não temo mais aquele pique pra lida com a roça... Ele dirigia o ônibus que levava as criança pra escola, só que nem isso da pra faze mais. Aí pensamo que arrendar pra quem nois conhece e sabemo que precisa seria bom... Só nossa aposentadoria não da pra vive aqui não, até o ônibus que vai pra cidade paga. E nois temo

que come, remédio pra compra aí o único jeito é arrendar a terra. (ENEIDE, Entrevista, 11. 04. 2015).

A partir destes dois relatos, podemos verificar que os camponeses buscam alternativas para sua reprodução. Segundo a pesquisa de campo, os assentados que arrendam terras dos outros, relatam que devido ao tamanho dos lotes veem como opção arrendar daqueles que não ocupam todo o lote individual. O mapa 12 demonstra a prática de arrendamento entre alguns lotes.

Assentamento Corona

Mapa 12- Espacialização da prática de arrendamento entre os assentados



Fonte: Pesquisa de campo

Org: CLEVE, 2016.

O mapa 12 evidencia a prática do arrendamento entre os assentados no assentamento Corona. Analisamos um total de cinco lotes a partir dos dados coletados em pesquisa de campo. Constatamos que a existência de aposentados no assentamento contribui para tal atividade.

Os lotes 09 e 13, por exemplo, comprovam tal afirmação. No lote 09 vive um casal de aposentados, que não possuem mais condições para atividades que demandam esforço. Em virtude disto, arrendam parte do lote e com a renda obtida, sobrevivem no assentamento. Já o lote 08 que arrendam parte do lote destes aposentados, tem a atividade voltada para o cultivo de grãos, necessitando, assim, de mais áreas para desenvolver esse tipo de produção.

Cabe frisar que a prática de arrendamento não ocorre apenas nos lotes das pessoas aposentadas, mas ocorre em lotes que apenas cultivam pequenas hortas, pomares e criação de pequenos animais.

Dessa forma, compreendemos que o Estado, ao assentar estas famílias não leva em consideração o tamanho da área. Apenas os dá um pedaço de terra e acreditam que já estão fazendo a reforma agrária. A prática de arrendamento neste assentamento comprova que, o tamanho dos lotes, levou estes camponeses a buscarem alternativas para permanecer na terra. Conforme um assentado disse sobre o arrendamento “*e desse jeito todo mundo sai ganhando*”. Dessa forma, vão resistindo em seus lotes, persistindo em um estado em que o latifúndio predomina.

Por último, existe o grupo de assentados que não aderiu a nenhuma das atividades anteriores. E caracterizado na produção destinada ao autoconsumo, reunindo um grupo de 22 famílias, dos quais fazem parte os seguintes lotes: 1, 9, 13, 14, 22, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 35, 37, 40, 42, 46, 48, 49, 52, 53, 56,57. Estas famílias dedicam-se basicamente à criação de animais, cultivando pequenas roças, pomares e hortas, sendo a produção destinada principalmente ao autoconsumo. O excedente comercializam.

As famílias do assentamento Corona que produzem para o autoconsumo, possuem em média 17,42 hectares cada uma, tendo como meio de sobrevivência o arrendamento e as transferências sociais através da aposentadoria e bolsa família. Em meio às adversidades persistem, criando seus animais e plantando com o pouco que ganham.

Assim, podemos compreender que no assentamento Corona existe uma diversificação produtiva. A territorialidade destes assentados não se limita apenas á organização interna

Os entrevistados relataram que possuem laços familiares e de amizades nos municípios de Amambaí, Nova Andradina, Dourados e Campo Grande. Além disso, por existir famílias de ex-brasiguaios, possuem ligações com o país vizinho. Tais relações são baseadas em visitas e compras. No caso do Paraguai, as compras se limitam a presentes e produtos eletrônicos. Em relação a atendimentos médicos em casos graves, assim como ocorre no assentamento Itamarati, os assentados do assentamento Corona recorrem ao município de Dourados e Campo Grande.

Portanto, verificamos que as relações camponesas não podem ser compreendidas e limitadas apenas ao assentamento. Cada assentamento possui uma particularidade.

3.3 Assentamento Tupanceretan

O assentamento Tupanceretan está localizado no município de Bela Vista, no Estado do Mato Grosso do Sul. Possui uma área de 2.594,8896 hectares, tendo origem no ano de 1996. O assentamento possui 80 lotes, cada de 30,3867 hectares (ver anexo J).

Este assentamento pertencia a uma fazenda na qual se chamava Fazenda Tupanceretan (ver anexo G). Com a desapropriação desta propriedade, famílias que lutavam pela terra na região foram assentadas neste assentamento.

A respeito do processo de luta destes camponeses, cabe apontar que ocorreu de forma pontual. Algumas famílias encontravam-se acampadas na beira de rodovias nos municípios de Bonito, Nioaque, Jardim, Bodoquena e Corumbá. E estavam cadastradas no INCRA aguardando alguma desapropriação.

Este assentamento difere totalmente da realidade dos assentamentos anteriormente descritos, pois este é marcado pelo total descaso do Estado. Lá os assentados não estão organizados de nenhuma maneira. Não existe nenhuma associação ou grupos de famílias. Vimos que no assentamento Itamarati os grupos sociais de certa forma organizam a dinâmica interna do assentamento, contribuindo para a permanência na terra. No assentamento Corona, os próprios assentados dividiram em grupos a dinâmica interna do assentamento e vêm buscando alternativas para permanecer em seus lotes.

Nos assentamentos Corona e Itamarati, os assentados possuem a quem reivindicar ou buscar soluções para tentarem resolver os problemas da vida no assentamento. A presença de associações, movimentos de luta pela terra nestes dois assentamentos contribui para a organização e permanência destes sujeitos na terra. Entretanto, o assentamento Tupanceretan não possui uma organização entre os assentados, o que dificulta a permanência de muitos sujeitos em seus lotes.

Em relação à infraestrutura, o assentamento conta com uma escola municipal (ver figura 12) que funciona até o ensino fundamental. Não possuem posto de atendimento médico; as estradas encontram-se em condições precárias; contam com um ônibus que garante o transporte dos jovens que precisam cursar o ensino médio na cidade de Bela Vista. O ônibus é utilizado também pelos assentados, a fim de venderem seus produtos na cidade ou compras e atendimento médico.

Figura 12: Escola municipal do assentamento Tupanceretan



Fonte: CLEVE, fev.2015.

Encontramos muitos lotes fechados no assentamento Tupanceretan. Dificuldades de acesso foram uma das principais reclamações dos assentados, pois muitos relatam que não vendem seus produtos na cidade por falta de veículo e por conta das estradas que dão acesso ao assentamento encontrarem-se em total descaso pelo poder público. (figura 13).

Figura 13: Estrada no Assentamento Tupanceretan



Fonte: CLEVE, fev. 2015.

Os assentados que ainda residem em seus lotes, sobrevivem da produção destinada ao autoconsumo e dos benefícios como a aposentadoria e o bolsa família. Dos assentados que deixaram os lotes, muitos foram para a cidade trabalhar, retornando esporadicamente conforme os relatos abaixo:

Eu só fiquei na cidade quando machuquei o olho, o Valmir ele trabalha lá na cidade e eu cuido do lote dele, essa cachorra mesmo é dele ai fica aqui. (MARIA, Entrevista 28.02.2015).

Tem uns que sai pra trabalha na cidade, quem é novo acaba saindo pra arruma serviço... aí deixam fechado e o vizinho cuida pra quando voltam... tem um monte aqui que faz isso. (CRISTALDO, Entrevista 28.02.2015).

Através dos relatos acima é possível entender que a prática de cuidar do lote do vizinho de que já saiu é recorrente neste assentamento. Os motivos de saída são vários: falta de crédito, dificuldades de permanência. Os que ainda permanecem nos lotes em sua maioria são aposentados. Contudo, não podemos generalizar, pois existem algumas famílias que sobrevivem vendendo seus produtos nos municípios de Bela Vista e Jardim. Além de contarem com auxílios do governo como o bolsa família.

A tabela 08 demonstra os principais produtos comercializados pelos assentados do assentamento Tupanceretan.

Tabela 08- Principais produtos produzidos assentamento Tupanceretan

Produto	Subproduto
Cachaça	Licores de guavira, Abacaxi, jabuticaba, coco macaúba, amendoim.
Leite	Requeijão, doce de leite, queijo.
Abobora	Doces
Mamão	Doces
Amendoim	Paçoca, amendoim torrado com sal, pé de moleque.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas.

A tabela 08 demonstra que apesar da falta de crédito, estradas ruins e apoio técnico, estes sujeitos têm produzido em seus lotes. Além disso, podemos verificar em alguns lotes a criação de gado. Em dias menos afortunados, a venda de gado contribui para a permanência destes camponeses, assim como, a venda de leite e queijo, conforme o relato abaixo:

Eu tenho minhas vaca leiteira, quando a coisa aperta eu vendo uma para pagar as contas... E assim vou levando (risos), quando vo pra cidade levo queijo, ovos e leite pra vende. (MARIA, Entrevista 28.02.2015)

O relato de dona Maria demonstra que embora existam dificuldades de permanecer em seu lote, ainda consegue criar mecanismos para a sobrevivência e permanência no lote. Exemplo disso é o fato de vender vacas para quitar dívidas ou comprar alimentos. A figura 14 ilustra a criação de gado da dona Maria.

Assentamento Tupanceretan

Figura 14: Criação de gado no lote individual da dona Maria



Fonte: CLEVE, fev. 2015.

Entendemos que na agricultura camponesa a economia do excedente é utilizada como estratégia de existência. Dessa forma, ocorre o consumo e a comercialização, utilizando o excedente para comprar aquilo que não é passível de produção ou para sobreviver nos momentos mais difíceis. Assim, entendemos o fato de dona Maria vender uma vaca ou outra, tem como intuito adquirir algum produto ou melhoria para o seu lote ou pagar as contas quando a “coisa apertar.

Em relação à economia nos assentamentos, Woortmann (1983, p. 58) discorre:

A criação tem como função garantir a reprodução do grupo familiar e não propiciar a acumulação capitalista (apropriação do sobretrabalho de outrem). É também uma espécie de poupança para os dias menos afortunados, pois ela permite certa garantia de consumo e renda.

Vale ressaltar que o trabalho destes sujeitos é baseado na unidade familiar. Colaborando para este assunto, Chayanov (1974, p. 10) salienta que:

O trabalho da família é única categoria de ingresso possível para um camponês ou um artesão, por que não existe o fenômeno social dos salários e, por tal motivo, também está ausente o cálculo capitalista da ganância.

. Assim, entendemos que a (re) produção camponesa ocorre é nas práticas cotidianas. Desse modo, podemos entender que as práticas existentes neste

assentamento são maneiras de recriação e resistência frente ao modelo do agronegócio presente no Mato Grosso do Sul.

Verificamos que os assentados do assentamento Tupanceretan, possuem inúmeras dificuldades. Tais como: má conservação das estradas, o que dificulta a comercialização dos produtos na cidade; trabalhadores que se encontram aposentados e sobrevivem dos auxílios do governo; a falta de financiamento para compra de produtos. Mesmo assim, buscam na criação a saída para a permanência na terra. Conforme relata um assentado:

A terra não é tão boa, mas dá pra criar umas vaca. Quando vô pra cidade sempre levo as coisa pra vender só que se viu aquela estrada como ta ruim, aí fica difícil de sair daqui. Quando chove então é que a gente não sai daqui (risos), pra quem tem carro ainda da pra ir sempre lá na cidade vender. A gente só tem essa moto e quando vai pra cidade somos quatro, aí são quatro passagem pra pagar. [...] a passagem é 10 reais pra ir até Bela Vista e aí fica difícil pra ir lá vender. (OSMAR, Entrevista 28.02.2015).

Dessa forma, podemos compreender que no assentamento Tupanceretan os problemas são distintos dos assentamentos anteriores descritos. Entretanto, é possível verificar que cada um destes assentamentos tem buscado estratégias de permanência na terra. Demonstrando que a luta pela permanência na terra está presente no cotidiano destes sujeitos, mostrando que o assentamento não marca o fim da luta e dos problemas destes camponeses. Nesse sentido, a fala de um assentado demonstra que apesar das dificuldades no cotidiano do assentamento Tupanceretan, este senhor não abandona o lote.

Eu lutei tanto pra ter isso aqui, só saio daqui quando eu tive num caixão... Ficamo 5 anos acampado, não tínhamos nada e hoje meus filho fazem até faculdade e tão trabalhando fora. Aqui falta muita coisa, se viu como que as estrada tão aqui, só que eu não largo aqui pra ir lá pra cidade... É tão bom ter a coisa da gente. (Cristaldo, Entrevista 28.02.2015).

A partir do relato de Cristaldo, compreendemos que estes camponeses não deixam seus lotes apesar das dificuldades. O que os difere do latifundiário, que apenas mantem uma relação de lucro com a terra. O senhor Cristaldo revela o apego com a terra, pois este entende como uma conquista para a família.

Sendo assim, fica evidente que esses sujeitos têm conseguido viver dos produtos que produzem na terra em que conquistaram. Através de alternativas como a venda de produtos na cidade, estes assentados comprovam que embora o agronegócio avance no Mato Grosso do Sul, ainda existe muitos camponeses resistindo cotidianamente nos assentamentos.

Nesse sentido, compreender como esses sujeitos travam lutas em seu dia-a-dia para permanecer na terra é uma tarefa difícil. Entretanto, de extrema importância para entender esse processo de luta pela terra, pois uma vez que conquistada a terra, os problemas não estão resolvidos e sim parte do problema da questão da terra.

Consideramos que esses trabalhadores assentados, que desempenham suas atividades no lote com base no trabalho familiar representam um tipo de relação de trabalho não capitalista, na medida em que suas atividades não têm como princípio a exploração do trabalho alheio, mas sim, a satisfação das necessidades da família.

Esse princípio que move as famílias camponesas, em que terra não é terra de negócio, mas terra de trabalho (MARTINS, 1991) tem expressão em todo o seu modo de vida. Na sua relação não somente com a família, mas com a terra, com a vizinhança, com o mercado, produzindo dessa forma, uma territorialidade particular, que distingue essa forma de apropriação do território de outras formas. Como por exemplo, a dos grandes proprietários de terra, que veem a terra como um negócio.

Assim, entendemos que os sujeitos que vivem no assentamento Tupanceretan têm persistido às inúmeras dificuldades, mostrando a diversidade da luta pela terra na fronteira Brasil-Paraguai. A escolha em estudar este assentamento ocorreu devido à diferença que este tem com os assentamentos Corona e Itamarati.

Podemos verificar durante a pesquisa de campo muitos lotes fechados, e aqueles que ainda vivem no assentamento enfrentando diversos problemas. Dessa forma, podemos compreender que a luta pela terra na fronteira é composta por diferentes histórias. Dona Olga, ao ser questionada sobre as relações com a fronteira, relata que:

Eu quase não vô no Paraguai não, o sal do gado compro em Bela Vista porque lá eles parcelam e trazem aqui pra mim [...] quando preciso ir no médico vo pra lá também ou vo lá pra Campo Grande na casa dos parente (OLGA, Entrevista 28.02.2015)

Dessa forma, as relações que os assentados deste assentamento mantêm com a fronteira quase não existem. Colaborando para tal afirmação, dona Maria aponta:

P: A senhora costuma ir ao Paraguai?

R: Não vo lá não

P: Costuma comprar produtos no Paraguai?

R: Prefiro comprar em Bela Vista (risos)

P: E por qual motivo prefere comprar em Bela Vista?

R: Aah.. pela segurança né e lá as coisas não prestam pra compra

(Entrevista realizada em 28.02.2015)

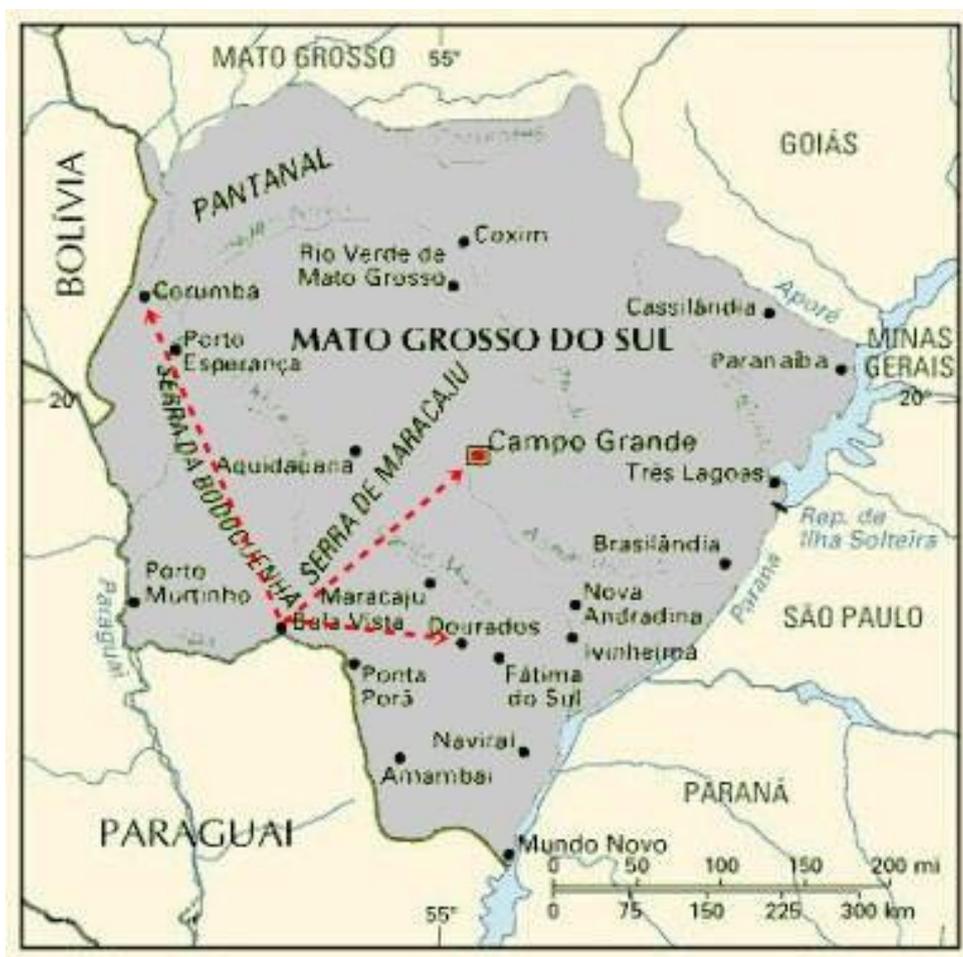
Verificamos que no assentamento Tupanceretan não existe a presença de pessoas que residiram no Paraguai, ou que possuem uma relação mais próxima com o outro lado da fronteira. Fato bem distinto dos assentamentos Corona e Itamarati, entendemos que isso tem ligação a falta de presença de pessoas que moraram no Paraguai.

A ligação que o assentamento Corona e Itamarati mantêm com o Paraguai tem como fator a existência de ex-brasiguaios. Durante as entrevistas com os assentados do assentamento Tupanceretan, quando tocávamos no assunto sobre as relações com a fronteira muitos relatavam não possuir nenhum vínculo.

Entendemos que a falta de vínculo com a fronteira esteja ligado à origem destes sujeitos, pois muitos são oriundos dos municípios de Bonito, Jardim, Nioaque e Bodoquena. No mapa 13 buscamos apresentar o deslocamento destes assentados para compras e visitas.

Mapa 13- Mato Grosso do Sul

Deslocamento dos entrevistados do assentamento Tupanceretan para compras e visitas



Fonte: Malha municipal digital- IBGE.

Org.: Cleve, 2016.

A partir da pesquisa de campo foi possível verificar o deslocamento dos assentados no estado do Mato Grosso do Sul. No mapa 13 destacamos os municípios de Dourados, Campo Grande e Corumbá. Sendo estas cidades visitadas devido estas camponesas possuírem vínculos familiares e de amizade.

Cabe destacar que além destes locais, os assentados relataram venderem seus produtos nos municípios de Jardim e Bela Vista. Em relação a atendimento médico em casos mais graves destacam-se os municípios de Aquidauana, Campo Grande e Dourados.

Assim, entendemos que as conexões que os sujeitos possuem difere-se em cada assentamento. O que aponta que os assentamentos possuem características próprias, e são os sujeitos que o compõem que criam tais particularidades.

Portanto, verificamos que os três assentamentos estudados possuem suas próprias peculiaridades. No item a seguir buscamos tecer uma breve análise comparativa dos assentamentos estudados.

3.4 Análise comparativa dos assentamentos Itamarati, Corona e Tupanceretan

Podemos verificar que os assentamentos Itamarati e Corona, possuem diferenças nas estratégias utilizadas para permanecer na terra. Entretanto, existem algumas semelhanças, como exemplo a presença de ex-brasiguaios.

No assentamento Tupanceretan não existe a presença de ex-brasiguaios e um vínculo com o país vizinho. Ao analisarmos os deslocamentos de cada assentamento, verificamos que o assentamento Corona e Itamarati mantêm relações comerciais e familiares com o Paraguai.

Constatamos no assentamento Itamarati, camponeses que buscam comprar insumos, alimentos, eletrodomésticos e outros produtos no Paraguai. No assentamento Corona devido à presença de ex-brasiguaios, muitas famílias atravessam a fronteira para visitar familiares e amigos.

Nesse sentido, entendemos que os assentamentos localizados na fronteira possuem certas especificidades como a presença de ex-brasiguaios e a compra de produtos no Paraguai.

Contudo, existe algo que os faz semelhantes aos camponeses que lutam em lugares distantes da faixa de fronteira. A busca por estratégias para permanecer na terra, é um fato que os aproxima de qualquer assentamento no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

Podemos compreender que a produção destes assentados é um dos tantos exemplos que encontramos para explicar a luta pela terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Verificamos que embora exista no assentamento Corona e Itamarati a produção de grãos e arrendamentos, a produção de alimentos destinados para o autoconsumo é presente em todos os assentamentos analisados, assim como o trabalho familiar.

Analisamos dois tipos de arrendamento. No assentamento Itamarati os

assentados arrendam parte das áreas coletivas para médios e grandes proprietários, devido à dívidas contraídas no passado. No assentamento Corona, os camponeses arrendam parte do lote para os próprios assentados, devido à falta de espaço no lote daqueles que produzem grãos. São duas formas distintas de arrendamento, porém tais práticas visam a permanência na terra para o sustento das famílias.

Em relação à forma de organização interna de cada assentamento, verificamos que no Itamarati ocorre através de movimentos socioterritoriais. No assentamento Corona através de grupos organizados a partir da produção de cada lote. O assentamento Tupanceretan devido a muitos lotes encontrarem-se fechados, não existe uma organização interna.

Entendemos que a existência de lotes fechados no assentamento Tupanceretan tem ligação com a falta de uma organização interna mais efetiva dentro do assentamento. Caso existisse uma associação ou algum grupo de famílias, teriam a possibilidade de pressionar o poder público. Como por exemplo, os assentados deste assentamento queixam-se da má qualidade das estradas, entretanto, não buscam reunir-se para pressionar o Estado.

Uma realidade que difere do assentamento Itamarati, embora existam muitas dificuldades. Os assentados buscam reivindicar por melhorias no assentamento. Mesmo que reivindiquem em ações pontuais, como por exemplo, o tratamento da água, os sujeitos desse assentamento buscam estratégias para permanecer no lote. O arrendamento é uma prática na qual todos os movimentos socioterritoriais optaram, por ser a alternativa para que as famílias não saíssem de seus lotes.

No assentamento Corona, os camponeses organizam-se a partir da produção. Possuem uma associação que é responsável por problemas relacionados à infraestrutura do assentamento. Assim, não constatamos um esvaziamento dos lotes devido à organização interna do assentamento.

Estes três assentamentos diferem-se em inúmeros aspectos, pois nenhum assentamento vai ser semelhante ao outro. Cada um possui uma particularidade, entretanto, compreendemos que a falta de ligação dos assentados do assentamento Tupanceretan seja uma especificidade que o difere dos outros dois.

Ao nos propormos estudar três assentamentos, buscamos analisar cada assentamento a partir da organização interna. E principalmente evidenciar as especificidades de cada uma. Assim, foi possível, através deste estudo, encontrar famílias de ex-brasiguaios em dois assentamentos, assim como assentados que não

mantém nenhuma ligação com a fronteira. Contudo, o estudo destes assentamentos possibilitou demonstrar as estratégias e formas de resistência daqueles que se encontram assentados na fronteira.

Portanto, a luta daqueles que vivem em assentamentos na faixa de fronteira Brasil-Paraguai é marcada pela persistência e resistência. É complexa e ao mesmo tempo rica em diversidade, o que nos remete a pensar sobre as políticas públicas, que devem levar em consideração tais particularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais de um trabalho carregam um misto de perspectivas sobre o trabalho. Existe a sensação de missão cumprida, a certeza de uma etapa que se encerra. Contudo, apesar de um trabalho promover enriquecimento profissional, assim como em outros aspectos. Ainda fica aquela sensação de que poderíamos ter indo mais além,

Entretanto, todo trabalho de pesquisa precisa ter o seu fim, e é isto que fazemos neste momento. Apesar da complexidade do estudo, as limitações financeiras para o deslocamento até os assentamentos e acampamentos. Assim como outros obstáculos que apareceram, foi possível superá-los ao longo da pesquisa.

Os resultados aqui alcançados contribuirão para futuros trabalhos que envolvam a temática sobre a luta pela terra na fronteira Brasil-Paraguai. Não somente isso, mas também temáticas que envolvam assentamentos rurais e acampamentos. Desse modo, essa dissertação teve como objetivo apresentar as estratégias de resistência daqueles que lutam pela terra na fronteira.

Nesse sentido, priorizamos os aspectos que reconhecemos como mais importantes de cada assentamento e acampamento. Embasamos no trabalho empírico e na pesquisa bibliográfica para atingirmos tais objetivos.

Ao escolhermos três assentamentos e dois acampamentos, sabíamos que o caminho a percorrer seria longo. Todavia, buscamos abarcar todas as especificidades encontradas no decorrer da pesquisa. Nosso estudo possibilitou compreender quem são os sujeitos que lutam nesta fração do território, a dinâmica interna de alguns assentamentos, assim como as problemáticas existentes no interior de cada assentamento.

A escolha de assentamentos e acampamentos contribui para o entendimento de dois momentos. Ao estudarmos os assentamentos localizados na faixa de fronteira Brasil-Paraguai, verificamos a dinâmica interna de cada assentamento, assim como as estratégias utilizadas por estes camponeses.

O estudo sobre acampamentos possibilitou identificar quem são os camponeses que lutam na fronteira. Dentre as especificidades que constatamos foi a presença de brasiguaios em um dos acampamentos.

Ferrari (2009) identifica os brasiguaios como os brasileiros pobres que foram expulsos da terra, entre os quais alguns conseguiram ascender socialmente, mas a maioria não alcançou sucesso, o que levou muitos desses a retornarem ao Brasil.

Sendo a presença dos brasiguaios uma das particularidades da luta pela terra na fronteira. Constatamos nos assentamentos estudados, a existência de famílias de ex-brasiguaios.

Assim, compreendemos que a presença dos brasiguaios e ex-brasiguaios nos assentamentos e acampamentos estudados, comprova que a luta pela terra nesta fração do território é marcada pela diversidade. E por camponeses que tem buscado alternativas para retorno a terra e permanecer na mesma.

Contudo, não podemos generalizar e compreender a luta pela terra apenas pelo viés da migração. Ou seja, compreender apenas pela existência do sujeito brasiguaião. A existência deste reforça uma peculiaridade. Entretanto, a luta pela terra na fronteira é vasta e diversa.

Ao analisarmos três assentamentos, constatamos que apenas os assentados do assentamento Corona e Itamarati mantêm laços com o país vizinho. Entendemos que tal motivo tem ligação a presença de ex-brasiguaios nestes assentamentos. Fato que não ocorre no assentamento Tupanceretan, pois a partir da pesquisa de campo constatamos que a ligação dos assentados deste assentamento não possuem ligações com o país vizinho. Compreendemos que devido à origem dos assentados esta ligação não existe.

Dessa forma, a origem dos camponeses revela muitos aspectos. Encontramos durante a pesquisa famílias de diversos cantos do país, que encontraram nos assentamentos e acampamentos de fronteira a forma de sobreviverem.

Na fronteira Brasil-Paraguai, encontramos o assentamento Itamarati, no qual foi o primeiro no Brasil a reunir inúmeros movimentos socioterritoriais. Nossa análise neste assentamento centrou-se em evidenciar as estratégias utilizadas por cada movimento. E a dinâmica interna deste assentamento. Tido como “modelo”, constatamos problemas relacionados ao trabalho coletivo, endividamento dos assentados e o arrendamento de terras. Entendemos tais problemas não é exclusividade do assentamento Itamarati.

No assentamento Corona nossa análise focou a dinâmica interna do assentamento, julgamos como importante deste assentamento o arrendamento de terras entre os próprios assentados. Uma prática que também ocorre no assentamento Itamarati. No entanto, o arrendamento de terras no assentamento Itamarati ocorre entre assentados e médios e grandes proprietários da região.

A prática de arrendamento de terras em assentamentos é um dos pontos que julgamos como relevante em nosso estudo. Serve de contribuição para estudos futuros que envolvam a temática. Compreendemos que tal prática ocorre nos assentamentos como estratégia dos camponeses para permanecer no lote.

Ao estudarmos o assentamento Tupanceretan evidenciamos os problemas enfrentados por aqueles assentados. Assim o estudo destes assentamentos, contribui para o entendimento que a luta pela terra na fronteira é complexa e ao mesmo tempo diversa. Nesta fração do território encontramos ex-brasiguaios, lotes fechados, aposentados, assentados arrendando terras, famílias camponesas atravessando a fronteira, assim como famílias assentadas que não possuem vínculo algum com o país vizinho.

Assim sendo, o estudo sobre os assentamentos na fronteira Brasil- Paraguai possibilitou constatar um problema que assola milhões de famílias. A falta de preparo do Estado em lidar com tal questão. O fato de assentar as famílias, não resolve os problemas. Apenas dá início a outros.

Desse modo, acreditamos que a alternativa para o problema da desigualdade de terra existente em nosso país é uma Reforma Agrária. E não apenas a distribuição pontual, como vem ocorrendo ao longo dos anos. Não basta assentar as famílias sem as ouvi-las ou sem que haja um plano de desenvolvimento que possibilite a melhoria de vida destes camponeses.

Os problemas enfrentados pelos assentamentos analisados comprova que o fato de criar um assentamento, não resolveu os problemas das famílias. E como forma de permanecer nos lotes arrendam terras, mantem criações de gado, possuem hortas, plantações de verduras. Fazendo dos seus lotes além de moradia, meio de sobreviver e tirar o sustento para família.

Ao propormos estudar além dos assentamentos, buscamos apresentar que na fronteira existem aqueles despossuídos de terra. Que lutam para conquistar um pedaço de chão. Em virtude disto, incluímos o estudo sobre acampamentos.

Apesar de o acampamento ter um caráter provisório, encontramos na fronteira famílias acampadas há muito tempo. Que tem o cotidiano marcado por privações que vão desde a falta de alimento a problemas de saúde por conta da vida debaixo da lona.

Durante a pesquisa de campo contatamos que a decisão de acampar, leva estas famílias a optarem por uma nova história. E isso significa enfrentar situações inusitadas, o que faz com que muitos desistam.

Assim, o estudo de acampamentos na fronteira contribui para o entendimento de quem são estes camponeses que vivem debaixo de lonas nesta fração do território. Constatamos que são oriundos de diversos cantos do país, entretanto os acampamentos de fronteiras possuem uma peculiaridade. A presença dos brasiguaios.

Durante a realização da pesquisa, foi possível interagir com estes camponeses e compreender que a luta não é somente por um pedaço de chão. Mas também é em prol de: moradia, trabalho, educação, saúde etc.

Deste modo, apesar das dificuldades enfrentadas nos assentamentos e acampamentos localizados na faixa de fronteira Brasil-Paraguai. Os camponeses têm buscado contornar os problemas através do trabalho. É a partir das estratégias, resistências e persistências que estes camponeses têm vencido os obstáculos. A luta destas famílias comprova o quanto é necessária à reforma agrária em nosso país.

Portanto, é na luta e persistência seja para entrar na terra ou nela permanecer que este camponês tem construído novas histórias. Comprovando que a luta pela terra continua.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José L. C. **Campeños paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este del Paraguay**. CERI, Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, Asunción, 2005.

_____. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: A imigração brasileira no Paraguai**. 2005. Tese de Doutorado em Sociologia. Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Rosemeire A. **Diferentes Modos de Organização de Explorações Familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n.21, p. 73-88, jul./dez. 2003.

_____. **Pequeno glossário da questão agrária**. Três Lagoas: [s.n], 2004. Mimeografado.

_____. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. **Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade.** In: SILVA, E. A. & ALMEIDA, R, A de. (Org). Territórios e territorialidades no Mato Grosso do Sul. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

AMADO, Janaína. **Eu Quero Ser Uma Pessoa: revolta camponesa e política no Brasil.** Revista Resgate. Campinas: Unicamp, nº 05, 1993.

AVELINO JÚNIOR, Francisco José. A Geografia dos Conflitos pela Terra em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

BATISTA, Luiz Carlos. **Brasiguaios na Fronteira: caminhos e lutas pela liberdade.** 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que Escola.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

CASTRO, P.R. **Barões e bóias-frias: Repensando a questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: APEC/Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, 1982. 2ª Ed. 99p.

CHAYANOV, A. V. **La Organización da la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

CORTÊS, Cácia. **Os Brasiguaios.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FABRINI, J.E. **A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul.** Corumbá: AGB, 1996.

_____. O Projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Revista Terra Livre.** São Paulo, 2002. V. 18, n.19, p.75-94. Jul/dez.

_____. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra.** Cascavel: Edunioeste, 2003.

_____. A posse e a concentração da terra no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R, A de. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: UFMS, 2008.

_____. **Os Brasiguaios e Conflitos na Fronteira.** Vitória/ES. Revista Geografares, nº 8, 2010.

_____. **Conflitos de terra na fronteira Brasil-Paraguai e luta dos brasiguaios.** In: anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia-MG, 2012.

FALCHI, Edna de. **Na luta por um pedaço de chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem- terra do sul de Mato Grosso do Sul.** 2007. Dissertação de mestrado em História. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial (na)s fronteira (s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e exploração dos brasiguaios no Norte de Departamento de Alto Paraná- Paraguai.** Dourados/MS. 2008. Dissertação (mestrado em geografia) UFGD.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela: Paz e Terra, 2004, p.27-64.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo do capitalismo no campo brasileiro**. In: STEDILE, João Pedro (org.) A questão agrária hoje. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

HAESBAERT, R. **Des- territorialização e Identidade**. Niterói: Ed. da UFF, 1997.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde, PALMEIRAS, Moacir. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, Editora da UNESP. 2004. 392p.

MACHADO, Lia Osório de. **Limites, fronteiras, redes.** In T.M. Strohaecker, A. Damiani, N.O. Schaffer, N. Bauth, V.S. Dutra (org). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997, p. 09-77 e 145-203.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997b.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP. 2000.

_____. **O sujeito oculto: Ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003 a..

MENDES, Gilda Cristina Falleiros. **Conhecendo o Mato Grosso do Sul: conhecimentos históricos e geográficos.** São Paulo: Ática, 1997.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MIZUSAKI, Marcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** Dourados: Editora da UFGD, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral, Caminhos e Descaminhos.* Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol.13, nº 25/26, set 92/ ago 93, p. 55-80.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP. 2000.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

NOGUEIRA, Juliana Tosati. **Fronteiriços: Diferentes Territorialidades no Assentamento Itamarati- MS.** Dourados 2011. Dissertação (mestrado- Universidade Federal da Grande Dourados).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção caminhos da geografia).

_____. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro.** Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

_____. **A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária.** Estudos Avançados, Nº 15 (43), 2001.

_____. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez., 2003.

_____. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945).** 1999. 243p. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral Difere.** Tradução: Maira T.J. Ribeiro. 1997. [Mimeografado]

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, Djoni. **As Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem-Terra: o Caso do Assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu – PR**. 2007. 82f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, Marechal Cândido Rondon, PR.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os processos de globalização**. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.) *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, J. A. G. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas - Uma Análise Socioeconômica do PRONAF**. 2009. 71 f. Monografia (Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec. 2ª Ed. 1984. p.37-39.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. A definição de camponês conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n.5, p. 1-21, jul/dez 2005.

SILVA, J.G. da. (Org.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980. 2ª Ed. 240p.

SILVA, José Luís P. L. Conceição. **Uma nova metodologia de assentamentos em reforma agrária**. Brasília, 1987.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, J. Graziano da; BALSADI, O. Valentin; BORIN, M. Rosa; BELIK, Walter. **Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período 1990-2000**. São Paulo, 2002. Disponível em: <[http:// www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)>. Acesso: Jan.2015.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). **A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão**. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado).

SOUCHAUD, S. **Pionniers brésiliens au Paraguay**. Paris: Karthala, 2002.

SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação, a construção de novos valores**. São Paulo: Educ, 1995.

SPRANDEL, Márcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. 1992. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1998

STEDILE, João Pedro e GORGEN, Frei Sergio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993. 117 p.

TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. Presidente Prudente 2009. Tese (doutorado - Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciências e tecnologia).

THOMAZ JUNIOR, A. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da leitura geográfica**. Presidente Prudente, 2002.

THOMPSON, Eric P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: homens sem pátria**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990

WOORTMANN, Klass. 1990. “**Com parente não se negocia**”: o campesinato como **ordem moral**. Anuário Antropológico 87: 11-73. Brasília.

_____. A família trabalhadora. **Rev. Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Cortez Editora, ANPOCS, 1984.

WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. “**O sítio camponês**”. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, v.81, p. 164-203, 1983.

ZAAR, M.H. (2001) **A migração rural no Oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”**. Scripta Nova, Revista eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, 94 (88) 13p. . (Disponível em www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm)

Fontes:

Cadernos CPT, Ano V n° 2, Agosto de 1986, Goiânia-GO.

Carta a População. Mundo Novo, 21 de junho de 1985.

Jornais:

Assentamento sai em seis meses. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, Agosto de 1985, Ano IV, n°46, p.7.

ANEXOS

Anexo A

REPORTAGENS

Site: <http://oglobo.globo.com>

Notícia publicada em: 04/05/2013



De antigo império da soja à maior favela rural no interior do Brasil

Assentamento em MS é sím bolo de reforma agrária fracassada, sem assistência técnica

POR GERMANO OLIVEIRA, ENVIADO ESPECIAL
04/05/2013 20:00 / ATUALIZADO 04/05/2013 20:10



Itamarati é alvo de especulação imobiliária e não garante renda aos trabalhadores rurais - Michel Filho / O Globo

Site: <http://www.correiodoestado.com.br/>

Notícia publicada em: 12 de novembro de 2010.

CORREIO DO ESTADO

Curtr 388 mil

Itaí, Quarta, 24 de Junho de 2015

Últimas Notícias - Notícias - Artigos - Classificados - Vídeos - Serviços - Loteria

Sem-terra fecham rodovia em Itaquirai

BRUNO GRUBERTT
12 de Novembro de 2010 | 04435

Curtr 0 | Twitter 0 | +1 0

Trabalhadores rurais sem-terra e famílias de Brasiguaios que estão acampados às margens da rodovia BR-163, próximo a Itaquirai, bloquearam a via ontem de manhã. Eles protestavam pela falta de cestas básicas, que são distribuídas mensalmente pelo governo, e contra a transferência deles do Acampamento Antônio Irmão, montado no quilômetro 97 da rodovia. Até o próximo dia 18, eles devem ser retirados do local para permitir obras de ampliação.

O bloqueio durou cerca de quatro horas e só foi interrompido após a chegada da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e de servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em negociação, segundo o Incra, algumas famílias aceitaram a remoção e outras recusaram-se a sair do acampamento.

De acordo com o que foi apurado pela reportagem, os técnicos do Incra sugeriram que os trabalhadores rurais sem-terra fossem transferidos para lotes do Assentamento Santo Antônio, em Itaquirai. Oficialmente, a assessoria de imprensa do Incra em Mato Grosso do Sul não confirma para onde os acampados serão transferidos.

Em reunião, no mês passado, foi feito um acordo entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Trânsito (Dnit), a Prefeitura de Itaquirai, o Incra e o governo do Estado. Ficou acertado que os moradores do acampamento seriam transferidos daquele local até o dia 18 de novembro, próxima quinta-feira.

Site: <http://www.campograndenews.com.br/>

Notícia publicada em: 05 de novembro de 2014.

CAMPO GRANDE NEWS A notícia da terra a um clique de você. (67) 3316-7200

Capa | Editoria | Lado-B | Veículo | Direto da Rua | Colunista | Anuncie | Classificados | Pale Con

AS MAIS LIDAS <> Cachorro invade casa e é morto a tiro de pistola por po

GANHE DINHEIRO
VENDO O CONTEÚDO DE QUE GOSTA

Interior

05/05/2014 07:40

Sem-terra bloqueiam rodovias 267 e 163 e dificultam tráfego em MS

Alne dos Santos

Imprimir | Enviar | Curtir | Compartilhar | 17 | Tweetar | +1 | Recomendar

ATENÇÃO PROPRIETÁRIO RURAL

NOSSOS SERVIÇOS

- * CAR - Cadastro Ambiental Rural
- * Laudos ITR
- * Licenciamento Ambiental Urbano e Rural

Contato:
(67) 3043-1525

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-terra) bloqueia duas rodovias nesta segunda-feira em Mato Grosso do Sul. Na BR-267, o tráfego está fechado desde as 5h45 no quilômetro 136, em Nova Andradina. São cerca de 100 manifestantes. O município tem três acampamentos e um assentamento. A BR-267 dá acesso a São Paulo.

Veja Mais

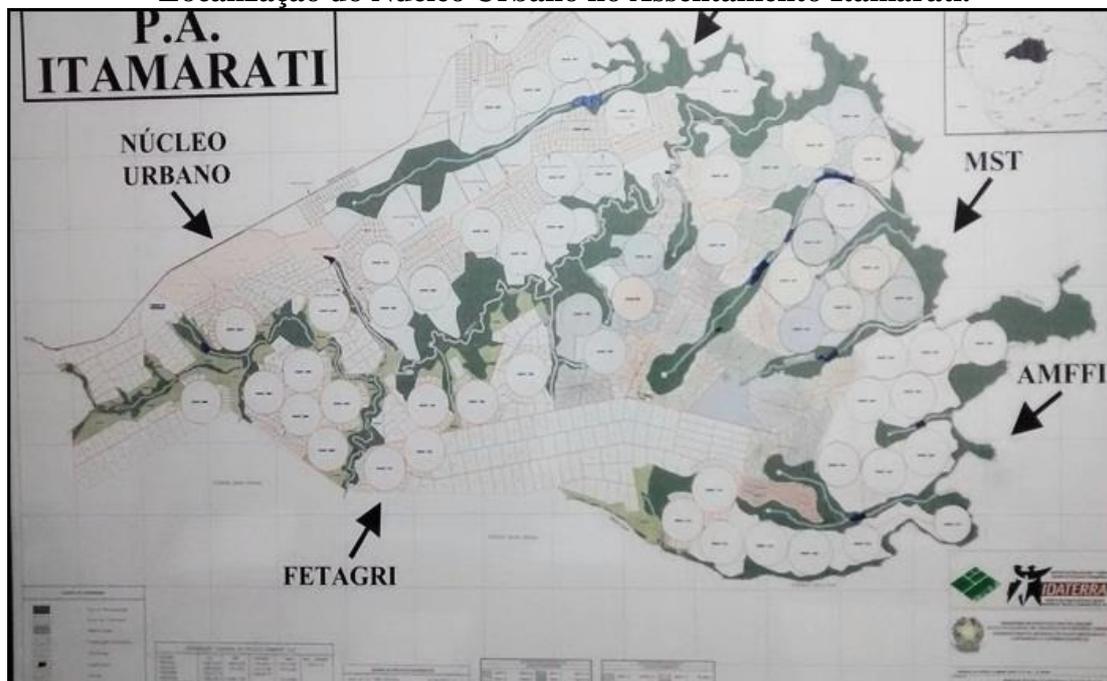
- > [Três meses após instalação de luz, sem-terra abandonam acampamento](#)
- > [Após sete horas de protesto, sem-terra liberam rodovia](#)

De acordo com o coordenador da direção estadual do MST, Jonas Carlos Conceição, o outro ponto de bloqueio é na BR-163, em Itaquiraí. "É um acampamento de brasiguaios. Já são oito anos, apesar do compromisso do governo de assentar eles", afirma. O acampamento tem 400 pessoas, conforme o MST.

As ações fazem parte da jornada nacional de luta pela Reforma Agrária, que mobiliza os sem-terra até 10 de maio. "Pedimos assentamento das famílias e infraestrutura para os assentados", afirma Jonas Carlos.

Anexo B
IMAGENS DO NÚCLEO URBANO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI

Localização do Núcleo Urbano no Assentamento Itamarati.



Fonte: Foto tirada na sede do INCRA em Dourados-MS. CLEVE, 2015.



Fonte: CLEVE, 2015



Fonte: CLEVE, 2015.



Fonte: CLEVE, 2015.



Fonte: CLEVE, 2015.

Anexo C

NÚMERO DE LOTES E ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO CORONA.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DIRETORIA DE RECURSOS FUNDIÁRIOS					
RELAÇÃO GAV/P 1/1997		O DIRETOR DE RECURSOS FUNDIÁRIOS DO INCRA, no uso de suas atribuições regimentais e delegadas, tendo em vista o que consta do Ofício/INCRA _____/Nº _____, AUTORIZA a expedição de CARTAS DE ANUÊNCIA a _____ (58) ocupantes de nacionalidade brasileira, de áreas integrantes da GLEBA/MÓVEL, conforme se descreve:			
DENOMINAÇÃO DA GLEBA/MÓVEL	ÁREA TOTAL (ha)	MUNICÍPIO/LOCALIZAÇÃO	UF	CODIGO DA GLEBA	IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
P. A. CORONA	1.095,8569	PONTA PORÃ	MS		CORONA
BANCO		LOCAL AGENCIA BANCARIA/MUNICÍPIO	UF	OBSERVAÇÃO	
DO BRASIL S/A		PONTA PORÃ	MS	ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA UNIDADE AVANÇADA DOURADOS	
Nº DO PROCESSO	NOME DO INTERESSADO	IDENTIFICAÇÃO DO LOTE	ÁREA APROXIMADA	Nº DA C. A	
087/97	ADELINO JOSE DE SOUZA FILHO	005	15,3524	1.651/97	
090/97	ALCINO JOSE MAI	050	15,0000	1.652/97	
089/97	ALGUIMAR DE SOUZA FRAGA	038	15,0018	1.653/97	
094/97	ALONSO LUCIANO DA SILVA	031	24,4992	1.654/97	
088/97	ANTONIO ACIR RUSSO	015	15,1450	1.655/97	
091/97	ANTONIO BOMBARDA SOBRINHO	033	22,4597	1.656/97	
092/97	ANTONIO FERNANDO DA SILVA	041	15,2272	1.657/97	
093/97	ANTONIO RODRIGUES CHAVES	040	15,4319	1.658/97	
095/97	AUGUSTO AGUIRRE	032	24,2188	1.659/97	
096/97	CARLOS ADRIEL LOPES GONÇALVES	008	15,3117	1.660/97	
097/97	CARLOS ENEZIO BENITES	034	18,2027	1.661/97	
098/97	CELINA ORTILO	052	15,1537	1.662/97	
100/97	CEZAR CALIXTO DA SILVA	025	24,2500	1.663/97	
099/97	CICERO FERREIRA DOS SANTOS	047	15,4239	1.664/97	
101/97	DAVID LOURENÇO	037	15,0237	1.665/97	
102/97	DEVANI FAUSTINO DE AQUINO	016	15,8182	1.666/97	
103/97	EDITE ALVES DE AQUINO	051	15,0451	1.667/97	
105/97	EDSON LÍCIO DA ROCHA	007	15,9985	1.668/97	
107/97	ELEODORO RAMÃO LOPES	048	15,0206	1.669/97	
ÁREA A TRANSPORTAR			327,5819		

104/97	ELIAS FELIS DA SILVA	049	15,1888	1.670/97
106/97	ELZA MARIA SELESTINO DUTRA	056	24,2736	1.671/97
108/97	ENEIDE BATISTA DAMASCENO	028	20,3361	1.672/97
109/97	FAUSTINO LOURENÇO	058	16,1428	1.673/97
110/97	FRANCISCO MARCELINO DOS SANTOS	011	16,3223	1.674/97
111/97	INACIO GUSLINKI	018	14,6094	1.675/97
112/97	IZALTINO DE OLIVEIRA	009	15,0033	1.676/97
119/97	JAIR GONÇALVES CHAGAS	053	16,0302	1.677/97
115/97	JAIR SANTANA	012	15,0000	1.678/97
113/97	JAIRO SILVA CHAVES	054	24,2884	1.679/97
116/97	JENARA OLAZAR	027	29,1918	1.680/97
117/97	JENUARIA CAVALHEIRO NOVEIRA	030	16,3012	1.681/97
120/97	JOSE DOS SANTOS	019	15,0350	1.682/97
121/97	JOSE LOPES GONÇALVES	055	18,2645	1.683/97
118/97	JOSE MILTON PEREIRA DA SILVA	024	15,1860	1.684/97
114/97	JOSE RAMOS PACO	013	19,2534	1.685/97
122/97	JULIO GONÇALVES GOMES	057	15,5957	1.686/97
123/97	LAURITA OLIVEIRA SILVA	014	15,7946	1.687/97
127/97	LUIZ ANTONIO DOS SANTOS	001	24,1367	1.688/97
129/97	MANOEL RUBEM COSTA	026	16,1813	1.689/97
128/97	MARIA DE LOURDES DA SILVA SOUZA	021	15,4866	1.690/97
130/97	MARIO SIMÕES ALVES	045	15,1137	1.691/97
131/97	NERVITA DOS ANJOS DA FONSECA	042	15,7003	1.692/97
134/97	OSMAEL PINHEIRO TORRACA	002	15,6125	1.693/97
133/97	OSMAR CALONGA	004	16,0865	1.694/97
132/97	OSMAR FERREIRA	022	15,8595	1.695/97
135/97	OSNIEL TORRACA	010	15,0028	1.696/97
124/97	OSVALDO JOSE DE ALMEIDA	039	16,0348	1.697/97
138/97	PAULO LUCIANO DA SILVA	020	18,2270	1.698/97
137/97	PEDRO OSVALDO FRAGA	035	16,6250	1.699/97
136/97	PEDRO VALIENTE	017	15,2944	1.700/97
139/97	RAMÃO DORILEU FRAGA	046	15,0625	1.701/97
140/97	ROSA BALES DO AMARAL ALMEIDA	036	15,1059	1.702/97
141/97	SEBASTIAO DOS SANTOS	006	25,4682	1.703/97
143/97	TEODORO VALENTIM GUARANI	029	15,4471	1.704/97
144/97	VALDIR PEREIRA DA SILVA	044	18,1977	1.705/97
125/97	VALTEIR VIEIRA DE AMORIM	023	15,7867	1.706/97
142/97	VESPASEANO MACHADO DE SOUZA	043	15,5666	1.707/97
126/97	WALTER LUCIO PRATA	003		1.708/97
ÁREA TOTAL			1.004,3948	

Anexo D
FOTOGRAFIAS

Acesso ao Assentamento Itamarati



Fonte: CLEVE, 2015

Assentamento Itamarati



Fonte: CLEVE, 2015

Assentamento Itamarati



Fonte: CLEVE, 2015

Escola e igreja no assentamento Tupanceretan



Fonte: CLEVE, 2015

Assentamento Corona



Fonte: CLEVE, 2015

Assentamento Tupanceretan



Fonte: CLEVE, 2015

Acampamento Nova Esperança II



Fonte: CLEVE, 2015

Acampamento Santo Antônio



Fonte: CLEVE, 2015

Anexo E

ROTERIO DE ENTREVISTAS PARA OS ASSENTAMENTOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Quanto ao assentamento

- 1- Identificação: nome e idade
- 2- De onde saíram? Quando? Por quê?
- 3- Há quanto tempo está no assentamento?
- 4- Qual era a sua principal atividade econômica antes de entrar no assentamento?
- 5- O que produzem? Qual atividade dá maior renda?
- 6- Tem outra renda fora do assentamento? Qual?
- 7- Qual é a renda familiar? (mais ou menos)
- 8- Onde costumam fazer compras, ir ao médico, dentista? (cidade) Por quê?
- 9- Quando foram assentados? (ano) Qual foi a sensação de se tornarem assentados?
- 10- Quais foram as maiores dificuldades que vocês tiveram quando chegaram ao lote?
- 11- Quais as maiores dificuldades para permanecer no lote?
- 12- O governo subsidiou esta chegada? (água, luz, financiamentos)
- 13- Atualmente o governo tem subsidiado o que necessitam para permanecerem no lote?
- 14- O que o governo deveria ajudar para melhorar a vida no assentamento?
- 15- Você participa de qual movimento? Como é sua participação no movimento em que está engajado?
- 16- Por morar na fronteira facilita a compra e venda de produtos?
- 17- Quais as formas de organização e reprodução no assentamento?
- 18- Os assentados se organizam produtivamente de forma: () individual () coletiva
- 19- Lembranças do período do acampamento (como era a área, como sobreviviam, quais as principais dificuldades).
- 20- Qual o projeto da família para o futuro? Pretende que os filhos permaneçam no campo?

ANEXO F
ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS ACAMPAMENTOS

Quanto ao acampamento

- 1- Identificação: nome e idade
- 2- De onde saíram?
- 3- Como tem sido este período no acampamento? Por que a escolha por este lugar?
- 4- Quais as formas de organização e permanência no acampamento?
- 5- Quais as dificuldades encontradas no acampamento?
- 6- Recebem auxílios do governo?
- 7- Qual a importância desta fase da luta pela terra?
- 8- Quando sentiram a necessidade de entrar nos movimentos sociais que lutam pela terra?
- 9- O fato de o acampamento estar na fronteira, dificulta ou facilita? Por quê?
- 10- Já tentou adquirir terras no Paraguai?
- 11- Onde costumam fazer compras, ir ao médico, dentista? (cidade) Por quê?

ANEXO G

DOCUMENTOS SOBRE O ASSENTAMENTO CORONA E TUPANCERETAN

== AUTO DE IMISSÃO DE POSSE ==

Agos deseseis dias do mês de outubro do ano de mil_novecentos e noventa e seis, nesta Cidade e Comarca de Bela Vista, MS., em cumprimento ao mandado expedido e assinado pelo MM. Juiz Federal, da 1ª Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul 1ª subseção, e extraído dos Autos da Ação de Desapropriação movida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, contra Antonio Lair Rubin Stefanello, também assina Antonio Rubin Stefanello, Catarina Rubert Stefanello, Luciano Rubert Stefanello, Rodrigo Rubert Stefanello e Jeronimo Rubert Stefanello, viemos nos Oficiais de Justiça ao final assinados até a Fazenda TUPANCERETAN, localizada nesta Comarca, e ali sendo, após as formalidades legais IMITAMOS o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na Pessoa de seus Representantes legais, o Dr. ADÃO FRANCISCO NOVAIS RG Nº 000026628 e o Dr. GERSON SALAMENE na Posse do Imóvel Objeto da Ação de desapropriação Autos Nº 96,6853-4, constantes de 2.594,8896 ha. cujas confrontações e limites são descritos na Objeto do Registro Nº R-6-6.854 ficha 01 a 04, do livro 2, do Cartorio de Registro de Imóveis desta Cidade e Comarca. Feita a Imissão de posse, lavramos o presente Auto, que após lido e achado conforme, vai devidamente assinado por nós Oficiais de Justiça, pelos imitidos e pela Testemunha.

- a) OFICIAL DE JUSTIÇA: *Ademir Ribeiro* Oficial de Justiça
- a) OFICIAL DE JUSTIÇA: *W. Damasceno*
- a) IMITIDO: *Adão Francisco Novais*
- a) IMITIDO:
- a) TESTEMUNHA:

Nº 143 QUINTA-FEIRA, 25 JUL. 1996 DIÁRIO OFICIAL SEÇÃO 1 13761

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1996.

Declara de Interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "FAZENDA TUPANCERETAN", situado no Município de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 164 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c", e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "FAZENDA TUPANCERETAN", com a área de 2.594,8096 (dois mil, quinhentos e noventa e quatro hectares, oitenta e oito ares e seis centilares), situado no Município de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, objeto do Registro nº R-6-6.851, fls. 01 a 04, do Livro 2, do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Bela Vista/MS.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação da balsa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 1996; 175º da Independência e

108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Raul Belens Jungmann Pinto

jun. 17 1997 9:25

4000 MAPA INCRAP/SP/MS

TEL 067-382-5359

P.

PORTARIA INCRAP/SR-16/Nº 30 DE 03 DE junho DE 1997

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRAP DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRAP nº 358, de 20 de maio de 1994, publicada no D.O.U. de 24 de maio de 1994,

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel denominado Fazenda Corona, com área 1.088,1139 ha, localizado no Município de Ponta Porã no Estado do Mato Grosso do Sul, desapropriado para fins de Reforma Agrária através do Decreto S/Nº de 18 de julho de 1996, e cuja a emissão de posse se deu em 11 de abril de 1997;

CONSIDERANDO que a análise procedida no Processo INCRAP/SR16/Nº 54290.000547/07-02, pelos órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional, decidiu pela regularidade da proposta, de acordo com a Instrução SEASC/Nº 07/88, **R E S O L V E**

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Corona, com área de 1.088,1139 ha (um mil e oitenta e oito hectares, onze ares, trinta e nove centilares), localizado no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul, e que prevê a criação de 50 (cinquenta) unidades agrícolas familiares e a implantação da infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar, elaborado pela SR-16/Z;

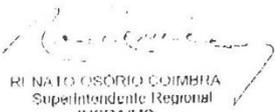
II - Criar o Projeto de Assentamento Corona, Código Sipro ME0042000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento;

III - Autorizar à Divisão de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar à Divisão de Assentamento que encaminhe cópia deste ato, ora aprovado, para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;

V - Determinar à Divisão de Assentamento que participe nos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à Funai, o Projeto ora criado;

VI - Determinar à Divisão de Assentamento que registre as informações referentes ao Projeto de Assentamento ora criado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipro


RENATO OSÓRIO COIMBRA
Superintendente Regional
INCRAP/MS

PUBLICAÇÕES	
DCUJ04	de 04.06.1997
Seção I	- Pág 11504
BS N.º 23	de 09.06.1997

FROM: INCRA ASSENTAMENTO 2 TO: 067+2511147

20-02-97 15:41



PUBLICAÇÕES
 DOU 252 de 30/12/1996
 Seção I - Pág 28818
 BS N.º 53 de 30/12/1996

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA INCRA/SR-16/Nº 64, DE 27 de Dezembro de 1996.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, nos uso d atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P nº 358, de 20 de maio de 1994, publicada no D.O.U. DE 24 de maio de 1994.

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando a dar destinação ao imóvel rural denominado FAZENDA Tupancreretan, com área de 2.594,8896 ha, localizado no Município de Bela Vista, no Estado do Mato Grosso do Sul, desapropriado para fins de Reforma Agrária através do Decreto s/nº de 24 de julho de 1996 e cuja imissão de posse deu em 16 de outubro de 1996;

CONSIDERANDO que a análise procedida no Processo INCRA/SR-16/Nº 21590.001085/96-27, pelos órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional, decidiu pela regularidade da proposta, de acordo com a Instrução SRASC/Nº 07/88, RESOLVE:

- I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Tupancreretan, com área de 2.594,8896 ha (dois mil, quinhentos e noventa e quatro hectares, oitenta e oito ares e noventa e seis centiares), localizado no Município de Bela Vista, Estado do Mato Grosso do Sul e que prevê a criação de 80 (oitenta) unidades agrícolas familiares e a implantação de infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, em conformidade com o Plano Preliminar-PP, elaborado pela SR-16/Z;
- II - Criar o Projeto de Assentamento Tupancreretan, Código SIPRA MS0039000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento;
- III - Autorizar à Divisão de Assentamento a promover as modificações e adaptações que no curso da execução, fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;
- IV - Determinar à Divisão de Assentamento que encaminhe cópia deste ato, ora aprovado, para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;
- V - Determinar à Divisão de Assentamento que participe aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como a FUNAI, o projeto ora criado; e
- VI - Determinar à Divisão de Assentamento que registre as informações referentes ao Projeto de Assentamento ora criado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA.

Renato Osório Coimbra
 RENATO OSÓRIO COIMBRA
 Superintendente

AO GAB/GT
 Para encaminhamento
 juliana ms 20/02/97
[Assinatura]

ANEXO H

REPORTAGENS SOBRE O ROUBO DE PIVÔS DO ASSENTAMENTO ITAMARATI

Site: <http://www.reporterterm.com.br/>

Notícia publicada em 12 de setembro de 2014.

Ladrões levam cabos e peças de pivôs do Assentamento Itamarati

set12, 2014



No início desta semana ladrões voltaram a atacar no Assentamento Itamarati. A comunidade que faz parte da Associação das Famílias dos Antigos Funcionários da Itamarati (FAFI), teve mais um grande prejuízo, após ação de marginais no início da noite de segunda-feira, dia 8.

Conforme relatos da comunidade, os bandidos saquearam parte dos pivôs de irrigação, levando uma grande quantidade de fios elétricos e também algumas peças, o que gerou prejuízos que ainda estão sendo calculados.

Segundo membros da FAFI, depois que perceberam o furto tentaram de todas as formas impedir que os bandidos fugissem do Assentamento com o material roubado, mas não conseguiram apoio.

“Pedimos que a Polícia Militar cercasse a área para tentar prender os ladrões, mas o destacamento aqui nem tem efetivo e isso acabou facilitando a vida dos malandros que conseguiram fugir”, disse um morador.

Um outro associado conta que a situação dos assentados é de desespero. “Nós já enfrentamos as maiores dificuldades e depois ainda aparecem ladrões para levar o pouco que temos. Estamos implorando para que o policiamento seja reforçado. Os moradores do Itamarati pedem socorro”, ressalta.

Site: <http://www.pontaporainforma.com.br/>

Notícia publicada em 17 de maio de 2015.

Roubos de pivôs de irrigação causam prejuízos de R\$ 1,5 mi em 2014 a assentados

Famílias de pequenos agricultores deixam de plantar cerca de 3.600 hectares das áreas irrigadas no Assentamento Itamarati, por conta das ações de vândalos que depredam ou roubam conjuntos de irrigação tipo pivô central, causando um prejuízo aproximado em torno de R\$ 1,5 mi em 2014. O roubo mais comum vão desde fiação, transformadores, pneus, entre outros.



Journal Folha do Campo - Itamarati



Já foram flagrados ladrões que desmontaram os pivôs e estão carregando em caminhões para transportar para outros locais - (Foto: O logo Net).

Muitas famílias de pequenos agricultores do Assentamento Itamarati, além do prejuízo causado pela falta de estradas em tempos chuvosos, estão amargando outro tipo de prejuízo. São os roubos dos pivôs centrais de irrigação. Os roubos vão desde fiação elétrica; transformadores; caixas de comandos; motores elétricos; pneus; encanamentos; aspersores, entre outros.

Nos últimos meses foram aproximadamente 36 roubos, 6 só no mês de abril. Os itens mais visados pelos ladrões são o painel de comando central e os transformadores, de onde são retirados apenas o cobre para ser vendido. Em

cada roubo os assentados amargam prejuízos por volta de R\$ 40 mil reais para recuperar o pivô depredado. O pivô central de irrigação é um sistema de agricultura irrigada por meio de aspersão. Nesse sistema uma área circular é projetada para receber uma estrutura suspensa que em seu centro recebe uma tubulação e por meio de um raio que gira em toda a área circular, a água é aspergida por cima da plantação.

ANEXO I

Relação de municípios do Mato Grosso do Sul localizados sobre a faixa de fronteira.

Municípios	Classificação
1 Amambai	faixa de fronteira
2 Anastácio	faixa de fronteira
3 Antônio João	linha de fronteira
4 Aquidauana	faixa de fronteira
5 Aral Moreira	linha de fronteira
6 Bela Vista	cidade-gêmea
7 Bodoquena	faixa de fronteira
8 Bonito	faixa de fronteira
9 Caarapó	faixa de fronteira
10 Caracol	linha de fronteira
11 Coronel Sapucaia	linha de fronteira
12 Corumbá	cidade-gêmea
13 Deodápolis	faixa de fronteira
14 Dois Irmãos do Buriti	faixa de fronteira
15 Douradina	faixa de fronteira
16 Dourados	faixa de fronteira
17 Eldorado	faixa de fronteira
18 Fátima do Sul	faixa de fronteira
19 Glória de Dourados	faixa de fronteira
20 Guia Lopes da Laguna	faixa de fronteira
21 Iguatemi	faixa de fronteira
22 Itaporã	faixa de fronteira
23 Itaquiraí	faixa de fronteira
24 Japorã	linha de fronteira
25 Jardim	faixa de fronteira
26 Jateí	faixa de fronteira
27 Juti	faixa de fronteira
28 Ladário	faixa de fronteira
29 Laguna Carapã	faixa de fronteira
30 Maracaju	faixa de fronteira
31 Miranda	faixa de fronteira
32 Mundo Novo	Cidade-gêmea
33 Naviraí	faixa de fronteira
34 Nioaque	faixa de fronteira
35 Novo Horizonte do Sul	faixa de fronteira
36 Paranhos	cidade-gêmea
37 Ponta Porã	cidade-gêmea
38 Porto Murtinho	linha de fronteira
39 Rio Brillhante	faixa de fronteira
40 Sete Quedas	linha de fronteira
41 Sidrolândia	faixa de fronteira
42 Tacuru	faixa de fronteira
43 Taquarussu	faixa de fronteira
44 Vicentina	faixa de fronteira

ANEXO J

Croqui do assentamento Tupanceretan

